

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DE VOLTA À “FAMÍLIA DA FÉ”: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE  
REINSERÇÃO DE *DESVIADOS* NA ASSEMBLÉIA DE DEUS BELÉM – CARUARU,  
PE**

**ROBSON GERLIANDRO DA SILVA**

CAMPINA GRANDE  
2014

**ROBSON GERLIANDRO DA SILVA**

**DE VOLTA À “FAMÍLIA DA FÉ”: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE  
REINSERÇÃO DE *DESVIADOS* NA ASSEMBLÉIA DE DEUS BELÉM – CARUARU,  
PE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

CAMPINA GRANDE  
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

S586d

Silva, Robson Gerliandro da.

De volta à “família da fé”: uma análise dos processos de reinserção de *desviados* na Assembleia de Deus Belém – Caruaru, PE / Robson Gerliandro da Silva. – Campina Grande, 2014.  
147 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho".  
Referências.

1. Igreja Assembleia de Deus Belém – Caruaru (PE). 2. Igreja Assembleia de Deus Belém – Reinserção de Membros. 3. Estigma Religioso. I. Guerra Sobrinho, Lemuel Dourado. II. Título.

CDU 316:2(043)

**ROBSON GERLIANDRO DA SILVA**

**DE VOLTA À “FAMÍLIA DA FÉ”: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE  
REINSERÇÃO DE *DESVIADOS* NA ASSEMBLÉIA DE DEUS BELÉM – CARUARU,  
PE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho – PPGCS/UFCG  
(Orientador)**

---

**Prof. Dr. Adriano de León – PPGS/UFPB  
(Examinador externo)**

---

**Prof. Dr. Magnólia Gibson Cabral da Silva – PPGCS/PPGCS  
(Examinador interno)**

## **DEDICATÓRIA**

### **Dedico**

À minha amada esposa, Monik Dayane Pinheiro Florêncio. Presente de Deus, princesa dos meus sonhos e meu grande amor.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não é, de forma alguma, fruto de um trabalho solitário. Pelo contrário, em cada linha escrita posso ver a contribuição de várias pessoas que, no decorrer da minha trajetória, têm me ajudado a crescer como ser humano e como acadêmico. São algumas destas pessoas preciosas que eu gostaria de citar neste momento.

Em primeiro lugar, a Deus seja a glória a honra e o louvor, porque se Ele não tivesse me dado vida, força e sabedoria, jamais eu poderia escrever nem sequer uma palavra, quanto mais uma dissertação.

Agradeço à minha esposa, que esteve comigo em todos os momentos, ajudando-me, encorajando-me, compreendendo-me e, às vezes, até agüentando meu stress no anseio de ver esta obra finalizada.

Aos meus pais Luiz Roberto da Silva e Rosilda Maria da Silva pelo amor e pela educação que me deram e também pelo cuidado que sempre tiveram comigo.

À minha irmã Geizeane, ao meu cunhado Jaquielson e ao meu irmão Ricardo (*in memoriam*), que se estivesse aqui estaria muito feliz por minha conquista.

Ao meu professor e orientador, Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, pelas dicas importantes para a construção deste trabalho, pela ajuda, pela disponibilidade e pelo encorajamento.

Aos professores da pós-graduação em Ciências Sociais, principalmente aqueles com quem eu tive o grande prazer de estudar, tais como, Ronaldo Laurentino, Vanderlan Francisco, Jesus Izquierdo, Magnólia Gibson, Clóvis Alberto, Gonzálo Rojas, Rodrigo Grünewald e Ramonildes Gomes. As discussões na sala de aula foram bastante importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Dr. José Adilson Filho, que foi meu orientador no Programa de Iniciação Científica da FAFICA, orientando-me nos primeiros passos da pesquisa científica e ajudando-me também neste trabalho.

Aos meus amigos Carlos Alberto e Adriano Batista pela preocupação e pelo desejo de me ajudar na pesquisa de campo.

Aos meus alunos da Escola Teológica para Líderes, pela preocupação e incentivo. Dentre estes eu destaco: Aristóbulo, Cleide, Antonio e Cesar, que também me ajudaram na pesquisa de campo.

A todos os entrevistados, assembleianos, *desviados* e *ex-desviados* da Assembléia de Deus Belém, que me receberam e responderam às questões que lhes foram colocadas, proporcionando as informações necessárias para esta dissertação.

Enfim, meu carinho e gratidão a todos que acreditaram e me ajudaram para que hoje eu estivesse com este trabalho concluído.

“O mundo é um livro, e quem fica sentado em casa lê somente uma página”

**Santo Agostinho**



## RESUMO

O presente trabalho analisa, em perspectiva sociológica, a experiência de pessoas que, após terem se desviado da igreja Assembléia de Deus Belém em Caruaru-PE, retornaram para esta igreja e se inseriram na comunidade assembleiana. Temos o objetivo de compreender como se dá o processo de retorno destes ex-desviados, analisando as razões que os fazem voltar para a igreja, os rituais institucionais de retorno, as dificuldades que estes membros retornantes enfrentam no antigo/novo contexto em que lutam por aceitação e a relação entre *membros permanentes* e *desviados retornantes*. Utilizando o conceito de “estigma” e a metáfora da dramaturgia social desenvolvidos por Erving Goffman, examinamos o esforço dos *desviados retornantes* para representar seu papel de forma que convençam os *membros permanentes* de sua nova conversão e, conseqüentemente, sejam completamente recebidos na igreja, tendo seus privilégios restituídos. Além disso, tentamos compreender a formação da identidade do ator assembleiano em seu aspecto teológico e suas implicações para a experiência social, o que nos ajuda a compreender alguns aspectos da trajetória do *desviado retornante*.

***Palavras-Chave:*** Desviado retornante – Membro permantente – Estigma – Representação.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes, in a sociological perspective, the experience of people who, having strayed from the Assembly of God Bethlehem church in Caruaru-PE, returned to that church and insert themselves again in the community. We try to understand what happens in the return process of these ex-diverted to the church like, analyzing their reasons for returning; the return institutional rituals; the difficulties that those returning members face in the old/new context in which they fight for acceptance and the relationship between *permanent members* and *diverted returners*. Using the concept of "stigma" and the metaphor of the social drama by Erving Goffman, we examined the efforts of *diverted returners* to represent their roles in order to convince the *permanent members* about their new conversion, and, therefore, to be fully received into the church and have their privileges back. And, besides that, we try to understand the identity formation of the *Assembly of God Bethlehem Church* followers on theological aspect and its implications for their social experience, which helps us to understand some aspects of the *diverted Returner* trajectories.

**Keywords:** *Diverted returner - Permanent member - Stigma - Representation.*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - GOFFMAN E A ANÁLISE DAS INTERAÇÕES SOCIAIS....</b>	<b>24</b>
1.1 Aspectos gerais da sociologia de Goffman.....	25
1.2 Goffman e a perspectiva dramaturgica.....	34
1.2.1 Dramaturgia social e preservação da fachada.....	41
1.2.2 Dramaturgia social e desqualificação para atuar.....	45
1.2.3 Dramaturgia social no cenário religioso.....	49
1.3 Considerações sobre o cenário da ADB.....	54
<b>CAPÍTULO 2- ASSEMBLEIANOS <i>NORMAIS</i> E <i>DESVIADOS</i>: PAPÉIS E ATUAÇÕES .....</b>	<b>57</b>
2.1 O ator assembleiano e sua inclusão no palco da ADB.....	58
2.2 A Teologia da ADB e a formação do ator assembleiano.....	66
2.3 A construção social do ator <i>desviante</i> .....	78
2.4 O ator <i>desviante</i> e sua exclusão da ADB.....	84
<b>CAPÍTULO 3- O <i>DESVIADO</i> <i>RETORNANTE</i> E SUA NOVA ATUAÇÃO NO CENÁRIO DA ADB .....</b>	<b>93</b>
3.1 Considerações iniciais sobre o <i>desviado retornante</i> .....	94
3.2 Por que retornar para a ADB? .....	99
3.3 O <i>desviado retornante</i> e sua reinclusão na ADB.....	106
3.4 O <i>desviado retornante</i> e as dificuldades da reinserção na ADB	115
3.4.1 Dificuldades ligadas à rejeição.....	115
3.4.2 Dificuldades referentes ao descrédito.....	121
3.4.3 Dificuldades relativas a <i>deixar de ser</i> .....	128
3.5 O <i>desviado retornante</i> e sua nova perspectiva de fé.....	133
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

A religião é, indubitavelmente, um dos fenômenos mais interessantes da vida social. Por causa dela algumas pessoas matam, morrem, brigam, flagelam-se, prostituem-se, enfim, no desejo de estar mais perto do sagrado, alguns cometem os mais diversos (e às vezes absurdos) atos de fé, contribuindo para a inferência de que o fenômeno religioso é bastante complexo para ser compreendido em sua totalidade. Segundo Bauman (1998, p. 205): “A religião pertence a uma família de curiosos e às vezes embaraçantes conceitos que a gente compreende perfeitamente até querer defini-los”.

De acordo com McGrath, a religião está presente em todas as culturas porque no coração humano há uma insatisfação, “um sentimento de saudade de algum lugar que nunca visitamos, a intimação de uma terra mui distante, que nos atrai apesar de não a conhecermos” (MCGRATH, 2007, p. 69). Este sentimento, segundo o autor, é um dos fatores que impulsionam os seres humanos à busca da religião.

Simmel chega a uma conclusão semelhante, fazendo uma distinção entre religiosidade e religião. Para ele a religiosidade é uma disposição natural existente nos seres humanos que se aperfeiçoa dentro da cultura e pode desembocar na manifestação de uma religião ou em modalidades menos formalizadas (Cf. CIPRIANI, 2007).

No caso da religiosidade transformada em religião, esta tem a capacidade de transubstanciar a natureza, proporcionando sentido a elementos que, de outra maneira, seriam insignificantes. E, dessa forma, ela cria uma realidade dicotomizada entre sagrado e profano, atribuindo significados ulteriores para a existência do ser humano no mundo e sistematizando teodicéias que organizam teleologicamente suas experiências negativas.

Embora estas características estejam presentes na maioria das religiões, há muitos fatores que diferenciam umas das outras, podendo variar a partir de elementos, tais como gênese, cultura, concepções éticas, doutrinárias, *etc.* Max Weber, por exemplo, usa a categoria da racionalização para diferenciar algumas religiões, dentre elas, o catolicismo e o protestantismo.

A apresentação que Weber faz do protestantismo é de uma religião que experimenta em sua doutrina o processo de *desencantamento do mundo*. Para ele, enquanto o catolicismo medieval era marcado por uma série de rituais intermediários entre o homem e a salvação (como, por exemplo, a transubstanciação, o padre tido como um sacerdote, o poder da igreja e a autoridade papal para enviar ou tirar alguém do purgatório), o protestantismo rejeita todas

estas crenças e ritos mágicos, e apresenta uma proposta que suprime a salvação eclesiástico-sacramental. Em suas palavras:

Aquele grande processo histórico-religioso do desencantamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação, encontrou aqui sua conclusão. O puritano genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo vestígio de cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música só para não dar trela ao aparecimento da superstition, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental. (WEBER: 2004, P. 96)

Esta citação ressalta dois aspectos interessantes sobre a relação entre protestantismo e *desencantamento do mundo*. Primeiro, aponta para o fato de que este “desencantamento” não é uma peculiaridade das denominações protestantes, pois, no judaísmo, do século VIII a.C., os profetas já enfatizavam em suas mensagens os aspectos éticos, contrapondo-se às religiões de magia (WEBER: 1999). Segundo, Weber nos mostra como os puritanismos se apropriaram deste discurso anti-mágico e tentaram excluir qualquer superstição de suas expressões de fé, a partir da ênfase em um discurso racionalizado em detrimento dos aspectos emocionais e místicos.

Esta atitude extrema dos protestantismos do século XVI é explicada, segundo Weber (*Ibidem*), pela ruptura abrupta com o catolicismo, iniciada por Lutero e, posteriormente, sistematizada por Calvino. Para o católico medieval, a magia estava presente em vários aspectos da religião, inclusive na transubstanciação mística ocorrida na eucaristia e na concepção mística e sinérgica da salvação. Todavia, no protestantismo o ser humano era visto apenas como passivo e, portanto, Deus (o único ativo na salvação) dá, conforme sua livre vontade, a salvação a seus “eleitos” e, conseqüentemente, esta teoria exclui qualquer necessidade de manifestação mágico-sacramental como meio de salvação humana.

Embora esta diferença entre catolicismo e protestantismo fosse perceptível no século XVI, a partir do início do século XX a face do protestantismo começou a mudar. A religião que era tida por Weber como racionalizada e desencantada viu surgir dentro de si o pentecostalismo, que minimizava o aspecto racionalizante e enfatizava a experiência mística, através da busca do fiel pelos poderes sobrenaturais.

As igrejas pentecostais têm como centro de sua teologia a experiência do “batismo com o Espírito Santo”, que de acordo com a teologia pentecostal, seria uma experiência extática e posterior à conversão, através da qual o fiel experimentaria e demonstraria ter um contato mais profundo com o sagrado do que aquele vivenciado no início de seu processo de

conversão. Além desta experiência, que é marcada pelo falar em *línguas estranhas*, o pentecostalismo também ressalta em seu discurso e prática litúrgica a profecia, a operação de milagres, a prática do exorcismo, dentre outras “práticas miraculosas”. Com esta nova proposta de religiosidade as igrejas pentecostais conseguiram muitos adeptos e, atualmente, são as igrejas evangélicas que mais crescem no Brasil.

Os primeiros protestantes que implantaram o trabalho missionário no Brasil, no século XIX, pertenciam às igrejas definidas como *não carismáticas*<sup>1</sup>. Embora através destas denominações tenha havido um aumento considerável do número de evangélicos em solo brasileiro, o crescimento mais notável desse segmento se deu com o trabalho das igrejas pentecostais, que surgiram no século XX. Segundo Boaventura (2006), apesar do pentecostalismo ser um movimento recente, o número de pentecostais no Brasil já supera consideravelmente o das igrejas evangélicas tradicionais.<sup>2</sup>

Embora Rolim confesse que é difícil afirmar com exatidão o número de pentecostais, pelo fato de estar em constante mudança a quantidade daqueles que aderem ao movimento e daqueles que o deixam, o mesmo autor, confirma a expansão inicial do pentecostalismo baseando-se na análise quantitativa de templos, desde 1910 até 1970. Seus dados são os seguintes: em 1910 havia 2 templos pentecostais no Brasil; em 1920, 50 templos; em 1930, 267 templos; em 1940, 912 templos; em 1950, 1924 templos; em 1960, 4582 templos; e em 1970, já se contava 11.118 templos (Cf. ROLIM, 1987, p. 144). Esta ascensão acelerada do protestantismo pentecostal foi o que motivou a revista *Veja*, em 03-07-2002, a chamar o Brasil em sua capa de “*A nação evangélica*”.

Conforme lembra Moraes (2000, p. 104): “Isso não quer dizer que o país tenha deixado de ser essencialmente católico na medida em que cabe ao protestantismo e às demais formas de expressão de fé ou de ateísmo a condição de minoritárias”, mas, indubitavelmente, o crescimento dos pentecostais é um assunto que chama a atenção e, segundo Boaventura (2006), tem despertado a preocupação da Igreja Católica Romana e tem sido tema de discussões entre os estudiosos da sociedade atual. Analisando este assunto, Rolim (1987) apresenta 04 fatores que contribuíram de forma significativa para a implantação e o crescimento acelerado do protestantismo pentecostal no Brasil:

**1- As regiões onde foi implantado:** os pentecostais plantaram suas igrejas nas áreas proselitistas, de São Paulo até o Norte. Eles não foram inicialmente para o Sul, onde os

---

<sup>1</sup> Igreja Congregacional, Batista, Presbiteriana e Metodista

<sup>2</sup> De acordo com os dados do IBGE, no censo de 2010 seis de cada dez evangélicos declararam-se pentecostais

luteranos, que não eram proselitistas, tinham se inserido. Assim, foram contagiados pelo desejo e esforço missionário.

**2- As pessoas que desejava alcançar:** enquanto as igrejas *não carismáticas* se dirigiam às camadas médias e altas, os pentecostais foram inicialmente às camadas empobrecidas, aproximando-se de suas necessidades e estabelecendo contatos mais fortes;

**3- Não tinham escolas para formar pastores:** enquanto nas igrejas históricas só quem podia pregar era o pastor porque tinha estudado, nas pentecostais pregava tanto o pastor como o simples *crente*, ou seja, aquelas pessoas pobres e sem instrução que se convertiam ao pentecostalismo, logo testemunhavam da sua fé e eram incentivados a pregar no púlpito e aos seus amigos;

**4- Migração e urbanização:** as pessoas que migraram do Norte e Nordeste para o Sudeste e aqueles que deixavam a vida rural em busca de trabalho e melhores condições de vida se sentiam desorientados na nova vida. Esse indivíduo migrante ficava “como que perdido nos grandes centros urbanos. Mas tão logo entre numa igreja pentecostal [...] recebe um acolhimento fraternal, coisa que não encontra quando entra por acaso nas igrejas católicas das cidades grandes” (ROLIM, 1987, p. 26).

Estes são apenas alguns dos fatores. Podendo também ser citados outros, tais como o declínio da igreja católica no início do século XX, os cismas nas igrejas protestantes históricas e a busca pelo poder divino, pois “para quem não tinha acesso à informação ou às oportunidades de crescimento [no mundo secular], chegar ao ponto de ser objeto da atuação do Espírito de Deus proporcionava uma sensação de valorização e poder” (OLIVEIRA, 2004, p. 48).

Embora algumas características que favoreceram o crescimento inicial dos pentecostais estejam mudando (como, por exemplo, o aumento de pessoas de classe média e alta que aderem a este segmento e o aumento de escolas teológicas para formação de obreiros e pastores), as igrejas que compõem este segmento continuam crescendo bastante atualmente e, principalmente a Assembléia de Deus<sup>3</sup>.

De acordo com o Censo de 2010, em dez anos os protestantes tradicionais tiveram um crescimento quase equivalente ao crescimento populacional, enquanto os pentecostais cresceram quase quatro vezes mais. Além disso, no subgrupo pentecostal, a Assembléia de

---

<sup>3</sup> A Assembléia de Deus surgiu em 18 de Junho de 1911, através dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, que tinham se convertido ao pentecostalismo nos Estados Unidos e disseram ter recebido uma profecia que os mandava ir ao Pará (FREESTON, 1994), baseando-se nessa mensagem, eles chegaram ao Brasil em 19 de novembro de 1910 com o desejo de pregar o evangelho e difundir a experiência pentecostal.

Deus (que em 2000 já era a maior denominação evangélica) também se destacou como a denominação que mais cresceu nos dez anos seguintes.<sup>4</sup>

Como vimos acima, esta igreja, desde o início, tem se destacado por sua ascensão numérica e, mesmo diante do abatimento de alguns grupos religiosos de bastante expressão nacional, tais como a Igreja Universal do Reino de Deus, que perdeu, entre 2000-2010, cerca de 228 mil fiéis e a igreja católica, que perdeu cerca de 1,7 milhões (e a despeito do aumento do grupo dos “sem religião”, de cerca de 12,5 milhões para 15,3 milhões), a Assembléia de Deus continua crescendo aceleradamente, contribuindo para a ascensão evangélica no país.

Contudo, paralelamente ao crescimento dos evangélicos no Brasil, outro fato que também chama a atenção de alguns sociólogos e cientistas da religião é a quantidade de pessoas que após se tornarem evangélicas, se desencantam com a fé e deixam as igrejas às quais se afiliaram. Jardim Neto (2000), por exemplo, afirma que nunca tantas pessoas deixaram a religião evangélica como atualmente, sem contar muitos que estão decepcionados com igreja e cansados dela, mas ainda não a abandonaram (*cf.* AZEVEDO, 2010; ROMEIRO, 2005).

Muitos destes que abandonam a igreja evangélica são pessoas que se converteram, foram *batizados no Espírito Santo* e nas águas, participaram dos rituais evangélicos, pregaram o evangelho a pessoas de outras religiões e alguns até exerceram liderança na comunidade da qual faziam parte. Porém, no decorrer da sua trajetória de vida, deixaram suas igrejas e voltaram a praticar atos que, enquanto evangélicos, interpretavam como pecaminosos.

O interesse pelo assunto deste trabalho surgiu no contato com pessoa que tinham vivido esta experiência. Observando algumas igrejas evangélicas na cidade de Caruaru-PE, percebemos a existência de memberships flutuantes, ou seja, enquanto um número significativo de pessoas se inseria na igreja e permanecia, outro número não muito inferior ao primeiro se convertia, mas não continuava na igreja, o que despertou em nós a curiosidade para saber como era a vida “pós-evangélica” destas pessoas que haviam abandonado a comunidade e como era seu relacionamento com os membros de suas ex-igrejas.

---

<sup>4</sup> Conforme a seguinte tabela, baseada nos censos do IBGE 2000 e 2010:

ANO	POPULAÇÃO BRASILEIRA	EVANGÉLICOS TRADICIONAIS	EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS	ASSEMBLÉIA DE DEUS
2000	169.872.856	6.939.765	17.617.307	8 418 140
2010	190.755.799	7.686.827	25 370 484	12 314 410
<b>Crescimento</b>	≅12%	≅11%	≅44%	≅46%



Parte do problema já estava, então, estruturado, porém faltava delimitar a igreja evangélica que seria analisada. Nesta tarefa que não foi fácil devido ao número elevado de igrejas evangélicas na cidade, escolhemos a igreja Assembléia de Deus Belém<sup>5</sup> pelo fato de ela ser conhecida na cidade de Caruaru como uma igreja de padrões doutrinários rígidos e que enfatiza em seu discurso os *usos e costumes*, tais como proibir aos homens jogar futebol, ir ao cinema, mulheres de usar calças compridas, maquiagem, jóias, *etc.* (SILVA, 2003).

Estas exigências da ADB nos levaram a refletir sobre algumas questões, tais como: “como membros que foram doutrinados em um contexto eclesiástico tão ascético vivem quando abandonam a igreja (uma vez que quando um fiel deixa a ADB sua vida normalmente, passa a negar parte do processo doutrinário que moldou sua identidade enquanto estava na igreja)? Quais razões levam tais membros a deixarem a ADB? Como eles (re)interpretam, a partir do afastamento da igreja, sua experiência de conversão? E, principalmente, como é o relacionamento deles com seus ex-irmãos assembleianos?”.

Em nossa pesquisa anterior (SILVA, 2010), aprofundamos estas reflexões e constatamos que a relação entre estes dois grupos (assembleianos e desviados) era, muitas vezes, inexistente e que quando alguns assembleianos se referiam aos *desviados*, faziam comentários negativos, dizendo que estes haviam abandonado a igreja por causa da falta de fé e por terem dado lugar ao diabo; a maioria dos desviados, por sua vez, diziam que muitas pessoas da ADB não tinham amor e que a igreja defendia doutrina de homens ao invés da Bíblia.

Todavia, o que mais chamou nossa atenção foi o fato de que a maioria dos *desviados* falava mal da ADB e a criticava em vários momentos da entrevista, mas no final, quando eram questionados: “*Se você voltasse para uma igreja evangélica, para qual igreja voltaria? Por quê?*” (Anexo 3, Questão 9), eles, imediatamente, diziam: para a ADB. Esta resposta despertou em nós o desejo de analisar os aspectos referentes à volta de um *desviado* para sua ex-igreja e, portanto, foi assim que o presente trabalho surgiu.

Partindo das conclusões da pesquisa supramencionada, nosso trabalho examina alguns casos de *desviados* que retornaram para suas ex-igrejas, analisando como se dá o processo de reinserção na ADB; que mudanças ocorrem no “*ex-desviado*” que agora está novamente na condição de assembleiano; como se reconstrói a reputação e a aceitação do *desviado retornante*; e como são as relações entre *assembleianos permanentes* e *desviados retornantes* no contexto da ADB.

---

<sup>5</sup> A partir deste momento a Assembléia de Deus Belém será citada neste trabalho através da sigla ADB.

Além de outros autores, nossa perspectiva teórica se inspira, sobretudo, nas contribuições de Erving Goffman, enfatizando principalmente a teoria do estigma e a metáfora da dramaturgia social, que, de forma resumida, podemos dizer que é a forma de ver a interação social como uma encenação, na qual poderíamos observar a estrutura bastidores-palco-platéia.

Segundo Goffman (1985), para que uma interação aconteça de forma organizada e sem acidentes é necessário um conhecimento prévio entre os atores que estão interagindo, ou seja, quando duas pessoas se aproximam para uma interação face a face, o conhecimento que uma tem sobre a outra interfere significativamente na forma de agir dos atores e por isso:

A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada (*Ibidem*, p. 11).

Partindo deste pressuposto, uma vez que os “*desviados retornantes*” têm um histórico de ruptura com os padrões doutrinários da ADB, observamos de que maneira o conhecimento prévio de sua condição e do seu histórico desviante interferem no modo como os *membros permanentes* o recepcionam em sua reinserção e como o tratam no decorrer das relações intra-eclésiásticas.

Além disso, analisamos como o “*desviado retornante*” usa o mecanismo de “*controle de informação*” com o objetivo de manipular as impressões a seu respeito de modo a produzir avaliações positivas de suas *performances*. Pelo fato de supor que seu histórico desviante poderá interferir negativamente na forma como ele é tratado (sendo estigmatizado em seu espaço de atuação ministerial e em futuros relacionamentos), ele seleciona deliberadamente informações sobre si de modo a evitar o conhecimento pelos outros agentes sociais daquilo que pode comprometer sua identidade na interação. Nas palavras de Goffman (1988, p. 51):

Uma possibilidade fundamental na vida da pessoa estigmatizada é a colaboração que presta aos normais no sentido de atuar como se a sua qualidade diferencial manifesta não tivesse importância nem merecesse atenção especial. Entretanto quando a diferença não está imediatamente aparente e não se tem dela um conhecimento prévio (ou pelo menos ela não sabe que os outros a conhecem), quando, na verdade, ela é uma pessoa desacreditável, e não desacreditada, nesse momento é que aparece a segunda possibilidade fundamental em sua vida. A questão que se coloca não é da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde.

Portanto, através da perspectiva dramatúrgica, analisamos a forma como os ex-desviados utilizam os mecanismos de controle de informação, de modo a resultar no sucesso de sua reinserção e na aceitação na comunidade. Também examinamos os rituais de interações através dos quais a igreja recebe estes antigos/novos membros, explorando principalmente, em nossa análise, o exercício da *disciplina* e a prática da *observação* sobre os *desviados retornantes*.

Outro conceito goffmaniano usado em nosso trabalho é o de “*regiões e comportamento regional*”. Partindo da definição de Goffman de que “uma região pode ser definida como qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção” (GOFFMAN, 1985, p. 101), analisamos como os *desviados retornantes* se comportam nas duas regiões citadas por este autor, *região de fundo* e *região de fachada*.

Segundo Goffman (1985) na *região de fundo* a encenação pode ser contradita como coisa natural e os segredos vitais do espetáculo são claramente visíveis e compartilhados. É nela também que a cena é planejada, adaptada, analisada e corrigida, pois a platéia não tem acesso a este espaço. Na região de fachada, porém, o ator deve ser constantemente vigilante e cuidadoso, pois é nela que acontece o espetáculo e que ele age deliberadamente com a finalidade de passar para a platéia a impressão desejada. O sucesso do ator, nesta região, justifica e mantém sua credibilidade diante da platéia e faz com que sua fachada seja preservada, confirmada e respeitada.

Aplicando estes conceitos ao nosso trabalho, analisamos como os *desviados retornantes* atuam nessas duas diferentes regiões e articulam as possibilidades e limitações de atuação deliberadamente para atingir o propósito previamente estabelecido, que é sua aceitação diante dos *membros permanentes*.

Além disso, examinamos de que maneira o *desviado retornante* usa o recurso do “*decoro*” para aperfeiçoar e melhorar seu poder de convencimento. De acordo com Goffman, o *decoro* é um grupo de padrões ligado à região de fachada e que “diz respeito ao modo como o ator se comporta enquanto está ao alcance visual ou auditivo da platéia, mas não necessariamente empenhado em conversar com ela” (*Ibidem*, p. 102). Nesse tipo de atuação, embora a platéia ache que o ator está agindo de forma aleatória, cada uma de suas ações é calculada e visa ao fim especial da encenação. Esta é uma das razões pelas quais analisamos o uso do decoro pelo *ex-desviado* em seu relacionamento com os *membros permanentes*.

Para a elaboração deste trabalho realizamos uma revisão bibliográfica de autores que pesquisam, principalmente, o fenômeno religioso pentecostal, e de sociólogos que trabalham com análise de grupos desviantes, focando a sócio-dinâmica do estigma nas relações entre atores *normais* e *outsiders*. Destes autores, como já foi dito, enfatizamos principalmente os aspectos da sociologia de Goffman, porém, sempre tentando estabelecer diálogos entre as propostas teóricas deste autor e outros que contribuem para a interpretação e aprofundamento de seus conceitos e, conseqüentemente, para o enriquecimento da abordagem de nosso objeto de estudo.

Além da revisão bibliográfica, também realizamos pesquisa de campo, pois entendemos que esta “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou um pergunta [...] e permite] estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade” (MINAYO, 2009, p. 61). Visitamos diversos cultos na ADB (principalmente cultos de ensino e Escola dominical), tentando observar aspectos ligados à liturgia, doutrina e tratamento mútuo entre os atores assembleianos, e para encontrar pessoas que se enquadrassem no perfil dos sujeitos que seriam investigados. Neste contato com o campo de pesquisa utilizamos a técnica de observação simples, que é descrita por Gil (1999, p. 111) como “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. Nossa metodologia foi prioritariamente de natureza qualitativa por entendermos que os estudos que empregam esta metodologia:

Podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2008, p. 80)

Encontrar pessoas que tinham vivido a experiência do desvio e posteriormente do retorno não foi uma tarefa fácil por, pelo menos, duas razões: primeiro, porque parece que embora nas entrevistas quase todos os desviados dissessem que desejavam voltar para suas ex-igrejas, nem sempre é isso que acontece<sup>6</sup> (ou se acontece, eles não permanecem muito tempo na ADB, pelos motivos que veremos adiante); segundo, porque muitos dos assembleianos que são *desviados retornantes* não gostam de compartilhar a experiência de afastamento, uma vez que acham que é um fato vergonhoso que maculou sua trajetória

---

<sup>6</sup> As primeiras pessoas que procuramos para as entrevistas foram os entrevistados de nossa pesquisa anterior (SILVA, 2010), mas todos eles ainda estavam afastados da igreja.

evangélica. Contudo, a despeito destas dificuldades, encontramos algumas poucas pessoas que se encaixavam em nosso perfil de sujeitos a serem entrevistados.

Embora a observação simples tenha nos ajudado na coleta dos dados, a maior parte das informações contidas em nosso trabalho foi oriunda das entrevistas realizadas. Preferimos trabalhar com entrevistas (ao invés do uso do questionário) porque nos oferece maior flexibilidade para esclarecimento das perguntas e nos possibilita captar as expressões corporais e a tonalidade de voz dos entrevistados (Cf. GIL, 1999). Trabalhamos com entrevistas semi-estruturadas, levando em consideração, nos questionamentos, as informações obtidas no decorrer da observação simples e, sobretudo, questões ligadas a nosso problema de pesquisa (Cf. Anexo1, 2 e 3).

Foram entrevistadas, no total, quinze pessoas. Cinco assembleianos não *desviantes*, cinco *desviados retornantes* e cinco *desviados* (sendo estas últimas aproveitadas de nossa pesquisa anterior sobre este grupo). No caso dos assembleianos não *desviantes* entrevistados, optamos por pessoas que participavam da ADB há mais de cinco anos e que exerciam liderança de grupos na igreja (foram entrevistados três homens e duas mulheres); em relação aos *desviados retornantes*, todos eles também tinham participado da ADB (antes do desvio e do retorno) por mais de que cinco anos e tinham sido batizados *nas águas e com o Espírito Santo*. Deste grupo foram entrevistados apenas cinco homens, não por causa de um critério pré-estabelecido, mas devido às dificuldades supramencionadas para conseguir a participação de tais sujeitos (talvez possamos inferir deste fato que há mais desviados retornantes homens do que mulheres, ou talvez que as mulheres têm mais dificuldades de compartilhar tais experiências; porém, tais inferências serão apenas especulações).

O trabalho “*De fora do ‘Paraíso’*” (SILVA, 2010) foi significativamente utilizado nesta pesquisa, tanto na apresentação de características importantes do pentecostalismo, e em especial da ADB, como também no aproveitamento que fizemos das entrevistas dos *desviados*. Estes entrevistados tinham participado da ADB por mais de dois anos e estavam desviados há mais de um. Deste grupo foram entrevistados três homens e duas mulheres, e três destes entrevistados tinham participado de lideranças de grupos antes do afastamento.

A pesquisa de campo na ADB foi bastante difícil. Os membros desta igreja são bastante fechados para esse tipo de pesquisa e também alguns sujeitos entrevistados ficavam muito preocupados sobre o que seria feito com as informações que estavam sendo colhidas nas entrevistas. Todavia, apesar de ser impossível fazer um trabalho dissertativo totalmente neutro, acreditamos que os entrevistados que lerem este trabalho constatarão nossa seriedade e

rigor na análise das falas que eles produziram nas oportunidades das entrevistas com eles realizadas.

O presente trabalho está dividido em três partes. No primeiro capítulo fizemos uma discussão teórica sobre a sociologia de Goffman, destacando os principais conceitos deste autor e, principalmente, sua metáfora da dramaturgia social. Observamos algumas características desta metáfora, focando nos aspectos da preservação da fachada e da (des)qualificação para atuar. Neste segundo aspecto fizemos um *link* entre a teoria da representação social do eu em Goffman e sua teoria do estigma. Ainda neste capítulo, apresentamos um exemplo de como a metáfora da dramaturgia pode contribuir para a interpretação do fenômeno religioso e terminamos descrevendo algumas características históricas e estruturais da Assembléia de Deus no Brasil e, principalmente, em Caruaru.

No segundo capítulo analisamos como se dá o processo de inclusão do novo convertido na ADB, desde o ritual de ingresso (que é o *apelo*) até sua preparação para o batismo. Examinamos também alguns aspectos da teologia assembleiana, focando como a soteriologia, a escatologia, a angeologia, a pneumatologia e a missiologia contribuem para a formação da identidade do ator assembleiano e, posteriormente, do ator desviante. A partir dessas informações, apresentamos alguns aspectos gerais da sociologia do desvio, aplicando-os ao *desviado* da ADB e destacando a relação (ou não relação) entre *desviados* e assembleianos não *desviantes*.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisamos o retorno dos *desviados* para a ADB. Começamos tratando sobre alguns aspectos gerais a respeito de atores *desviantes* que retornam para o grupo dos considerados *normais* e, em seguida, delimitamos nossa análise aos *desviados* da igreja, examinando algumas razões que fazem com que eles, apesar dos problemas supramencionados, desejem voltar para a ADB.

Nesta perspectiva, analisamos a reinclusão do *desviado* na ADB, destacando os aspectos presentes no processo de *disciplina* e de *observação* da igreja e observando como estas práticas da igreja funcionam como mecanismos de ativação e estímulo para a representação de papéis e a manipulação da impressão na região de fachada. Discutimos algumas estratégias de representação do *desviado retornante* para reconquistar sua aceitação diante dos membros não *desviantes* e como estes membros respondem aos esforços do *desviado retornante* no culto administrativo e no decorrer de sua trajetória, nas relações intra-eclésiásticas.

Ainda analisando o retorno dos desviados, constatamos e examinamos algumas dificuldades presentes em sua reinserção na ADB (dificuldade da rejeição, do descrédito e de não ter mais seu cargo de liderança), observando como eles lidam com estas dificuldades na tentativa de amenizar os efeitos destrutivos do histórico desviante e recuperar sua credibilidade no antigo/novo contexto. E, diante das lutas e desafios presentes na reinserção, finalizamos tratando sobre as mudanças presentes no *desviado retornante* em sua perspectiva em relação à igreja e em relação aos atores desviantes à luz dos impactos e transformações oriundas de sua trajetória enquanto *ortoassembleiano – desviado – desviado retornante*.

De volta à "família"

**CAPÍTULO 1**

**Goffman e a análise das interações sociais**



## 1.1. ASPECTOS GERAIS DA SOCIOLOGIA DE GOFFMAN

“O mundo inteiro é um palco e todos os homens e mulheres não passam de meros atores. Eles entram e saem de cena e cada um no seu tempo representa diversos papéis” (Shakespeare)

Neste capítulo apresentamos uma análise do referencial teórico usado na elaboração do presente trabalho, examinando algumas categorias e conceitos que estarão presentes em seu desenvolvimento. Nossa perspectiva teórica se inspira, sobretudo, nas contribuições de Erving Goffman para o estudo das interações sociais e, por isso, delimitaremos o conteúdo do capítulo à análise da obra deste autor e a sua relação com nosso objeto de estudo.

Herdeiro da tradição sociológica da escola de Chicago, onde fez seu mestrado e doutorado, Goffman é, indubitavelmente, um dos maiores sociólogos do século XX. Sua obra é vasta, tendo como foco mais significativo a observação das microrrelações sociais ou, em suas palavras, as interações *face a face*, nas quais ele destaca detalhes que, por parecerem “óbvios”, passam despercebidos diante da reflexão humana ordinária. Bourdieu (2004, p.11), por exemplo, define o trabalho de Goffman assim:

A obra de Goffman representa o produto mais bem sucedido de uma das maneiras mais originais e raras de praticar a sociologia: aquela que consiste em olhar de perto e longamente a realidade social, em vestir o avental de médico para entrar no asilo psiquiátrico e se colocar assim no próprio espaço nesta infinidade de interações “infinitesimais” cuja integração faz a vida social. Goffman terá sido aquele que fez com que a sociologia descobrisse o infinitamente pequeno: aquilo mesmo que os teóricos sem objeto e os observadores sem conceitos não sabiam perceber e que permanecia ignorado, porque muito evidente, como tudo o que é óbvio

Partindo desta definição, acrescentamos que a maior preocupação de Goffman não é criar conceitos que expliquem as grandes estruturas sociais e nem analisar a existência de regras universais que possam ser aplicadas aos fatos sociais em todo mundo. Antes, ele analisa o cotidiano e as pequenas expressões e interações ligadas a ele, nas quais, os indivíduos que interagem usam, constantemente, símbolos que expressam seus desejos, concepções e valores. Nas palavras de Nunes (1993, p. 33) ele “procurou mostrar como os episódios triviais da vida quotidiana constituíam, não um domínio marginal reservado aos curiosos e diletantes, mas uma dimensão central da pesquisa sociológica”.

Todavia, é importante destacar que, o fato de a ênfase principal da sociologia goffmaniana não estar na análise das instituições e da estrutura social (macrossociologia), não significa dizer que ele as despreza quando examina as interações sociais. Pelo contrário, em sua análise, Goffman entende que a interação não ocorre em um vácuo e que as ações dos sujeitos que interagem pressupõem uma ordem social estabelecida, que influencia direta e indiretamente nas ações dos sujeitos.

Goffman, naturalmente, não deu maior atenção ao estudo das grandes instituições sociais (o hospital psiquiátrico foi o mais próximo a que ele conseguiu chegar), mas certamente sabia que por detrás de todos os comportamentos *face a face* que de fato chamaram sua atenção de pesquisador, havia grandes, sólidas e duráveis estruturas institucionais que distribuíam os recursos da interação (poder, prestígio, habilidades sociais, por exemplo) de forma desigual (BERGER, 2012, p. 20)

Destarte, ao invés da análise goffmaniana das interações ser oposta à análise das estruturas, podemos dizer que elas são complementares. O que Goffman nos mostra é como a estrutura se revela nas interações e como nestas os atores sociais se esforçam constantemente para manter a ordem social e as imagens que, desde o início, eles apresentam de si. Sobre a relação entre ordem e interação Goffman (1985, p. 41) escreve:

[...] quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo. Na medida em que uma apresentação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la, à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais da comunidade

Portanto, quando Goffman analisa as interações *face a face*, seu olhar não está limitado apenas aos indivíduos que interagem, ou seja, ele não isola os indivíduos do seu contexto social maior e nem ignora o fato de haver regras coercitivas agindo e influenciando a interação social. Em suas palavras: “As regras de conduta invadem o indivíduo de duas formas gerais: diretamente, como obrigações, estabelecendo como ele é moralmente coagido a se conduzir; indiretamente, como expectativas, estabelecendo como os outros são moralmente forçados a agir em relação a ele” (GOFFMAN, 2011, p. 53).

Diante do que foi dito, deve ficar claro que a proposta de Goffman não é fazer psicologismo, pois o foco de sua análise não é o indivíduo em si, mas a interação. Como ele escreve: “Eu pressuponho que o estudo apropriado da interação não é o indivíduo e sua psicologia, e sim as relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes mutuamente

presentes umas às outras” (*Ibidem*, p. 10). Obviamente, ele não despreza a importância da psicologia, mas entende que “Uma psicologia está necessariamente envolvida, mas ela é despojada e comprimida para se acomodar ao estudo sociológico das conversações”. (*Ibidem*, p. 11). Esta ênfase no aspecto interacional da metodologia de Goffman certamente recebeu grande influência do filósofo e sociólogo alemão, George Simmel.

A despeito da diferença de contexto e de objetivo entre as obras de Simmel e Goffman, Greg Smith (2004) destaca três semelhanças entre os escritos destes autores. Primeiro, ele diz que a investigação da ordem da interação presente na sociologia goffmaniana foi elaborada a partir da sociologia formal, desenvolvida por Simmel. Segundo, ele afirma que os dois autores baseiam suas teorias em pressupostos psicológicos e destacam a articulação destes para que a socialização ou interação face a face ocorra. E terceiro, apesar do pressuposto psicológico, ele entende que Simmel e Goffman tinham como foco a análise das interações sociais, fugindo das concepções holistas e individualistas. Estas e outras semelhanças entre estes dois pensadores fizeram com que, segundo Winkin (2004, p. 22) Everett Hughes descrevesse Goffman como “o nosso Simmel”.

Segundo Gusmão (1972, p. 114), “Simmel trouxe para a sociologia a filosofia de Kant” e esta influência kantiana sobre ele pode ser constatada, entre outros aspectos, em sua formulação de *apriorismos* sociológicos, à semelhança do uso do apriorismo cognitivo presente na “Crítica da Razão pura” (Cf. Smith 2004, p. 55-56) e, principalmente, em sua concepção de *forma e conteúdo*.

A reflexão de Kant concentrou-se, principalmente, na análise das condições que possibilitam o conhecimento. Refletindo sobre o antagonismo epistemológico entre o racionalismo e o empirismo, ele afirmou que, a despeito da origem do conhecimento ser a experiência, existem certas condições *a priori* para que as impressões sensíveis se transformem em conhecimento. Desta forma, em sua epistemologia, Kant conseguiu fazer uma síntese entre as propostas racionalista e empirista. Além disso, segundo Strathern (1997), Kant acreditava que não podemos jamais conhecer o mundo real, pois para ele, o que percebemos são apenas fenômenos, enquanto a coisa em si (o *numeno*) que propicia o aparecimento dos fenômenos permanece para sempre incognoscível. Esta distinção entre *numeno* e *fenômeno* influenciou a sociologia formal de Simmel, mas é importante lembrar que “Embora kantiano na origem, o uso que Simmel faz da noção de forma é bastante mais amplo do que o de Kant” (SMITH, 2004, p. 64).

Para Simmel, os fatos sociais não são somente sociais, pois são impulsionados por *conteúdos* que em si não têm natureza social. Sua definição para conteúdo é “tudo que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos” (SIMMEL, 2006, p. 60). Ele afirma que estes conteúdos só são fatores de socialização quando transformam elementos individuais em determinadas formas de estar com o outro, ou seja, em sua concepção, a socialização é a forma essencial da vida social.

Para Simmel, portanto, a sociologia (sendo impossibilitada de examinar o conteúdo) deve analisar as formas sociais, que resultam dos conteúdos, e estas formas são as próprias interações. Em suas palavras:

[...] a própria sociedade, em geral, significa a interação entre indivíduos. Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeito por parte deles. (*Ibidem*, p. 59-60)

Esta ênfase que Simmel dá à interação e ao efeito da ação de um indivíduo sobre o outro é retomada e ampliada por Goffman em sua análise dramaturgica, na qual ele destaca a influência recíproca dos indivíduos sobre a ação dos outros no momento da interação face a face e, portanto, “sua ênfase nas consequências sociais da co-presença física introduz algumas considerações comportamentais na preocupação original de Simmel com as orientações e influências recíprocas” (SMITH, 2004, p. 54-55).

Além disso, em sua análise das interações, Goffman (2002) ratifica a importância de se observar a metamsagem dos interagentes para compreender melhor o real sentido da ação e destaca também que o estudioso não deve negligenciar o contexto no qual a metamsagem está inserida, pois seu significado pode variar expressivamente dependendo da situação social na qual é produzida. Nesta perspectiva, Goffman (*Idem*) propõe uma análise não apenas do discurso oral e gestual dos atores, mas dos aspectos ligados à execução deste discurso.

O falante está conversando com alguém do próprio sexo ou do sexo oposto, subordinado ou superior, com um ouvinte ou com muitos, alguém ali mesmo ou ao telefone; está lendo um script ou falando espontaneamente; a ocasião é formal ou informal, de rotina ou de emergência? Note-se que não são os atributos da estrutura social que estão sendo levados em conta aqui, tais como idade e sexo, mas sim os

valores agregados a esses atributos na forma em que são reconhecidos na situação imediata, enquanto ela acontece (GOFFMAN: 2002a, p. 15-16).

Assim, para Goffman, a situação social não é apenas um aspecto sem importância indiretamente ligado à interação. Antes, é a própria base sobre a qual a interação social acontece e que contribui para os significados expressos pelos atores nos encontros, não devendo, por isso, ser negligenciada pelos pesquisadores.

Após a análise da relação entre situação e interação social, apresentaremos, resumidamente, nas próximas linhas, algumas considerações sobre um conceito goffmaniano muito importante, que é o conceito de “quadro”, expresso na obra *Os quadros da experiência social*, que segundo Berger (2012, p. 17) “é a maior reivindicação de Goffman por prestígio como teórico da sociologia”.

O conceito de “quadro” foi extraído da obra de Gregory Bateson e foi usado por Goffman para examinar “a organização da experiência social, em termos de certos princípios básicos que estejam simultaneamente presentes, tanto na organização dos próprios eventos como na organização do nosso envolvimento subjetivo neles” (MALUFE: 1992, p. 21), ou seja, na interação, os indivíduos detectam os quadros de referência através das metagensagens expressas pelos interagentes e isso lhes ajuda a se comportar da forma *correta* diante dos diversos quadros sociais interativos.

De acordo com Goffman, o quadro é um esquema que apresenta indícios que respondem à pergunta “*o que está acontecendo aqui?*” que é feita pelos indivíduos quando se interessam por uma situação usual. Portanto, podemos dizer que é um exercício cognitivo de compreender, através de uma série de conhecimento e experiências sociais vividas anteriormente, as diversas formas sob as quais a realidade se apresenta. Nesta perspectiva, o quadro delimita as características em que tal realidade se revela e pressupõe um conhecimento prévio de pistas que indicam o quadro correto. A obra *Os quadros da experiência social* é assim resumida por Nunes (2005, p. 156):

*Frame analysis* é a revelação do quadro goffmaniano, uma moldura mais ampla e abstrata que enfoca diversos quadros de organização da experiência, as transformações internas, as passagens de um quadro a outro, a emergência de novos quadros, as situações e eventos que ficaram fora dos quadros e as formas de organização que conduzem, potencialmente, a equívocos.

Goffman menciona um exemplo que esclarece a ideia de enquadramento. Se um indivíduo estiver andando na rua e vir duas pessoas brigando, o enquadramento imediato que

ele fará diante daquela experiência é com base no que Goffman chama de *esquemas primários* (que é o ato de atribuir significado a algo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação). Aquele indivíduo acreditará que, de fato, está presenciando uma briga e poderá tentar impedi-la, chamando a polícia ou tentando separar as pessoas, ou poderá, talvez, fugir com medo.

Mas, aquilo que parece ser uma briga pode não ser. Segundo Goffman, um *esquema primário* pode sofrer transformações que mudam radicalmente seu significado e, por isso, aquela “briga” poderia ser apenas uma brincadeira, um faz-de-conta ou uma encenação. Portanto, se inicialmente aquele indivíduo ficasse chocado diante da “briga” (esquema primário), ao ver, por exemplo, as câmeras e a equipe cenográfica, ele ressignificaria e reenquadraria aquela experiência, entendendo-a simplesmente como encenação. Este exemplo de ressignificação do esquema primário, Goffman chama de *tonalização*, ou seja, quando há uma adição de novos significados sobre uma atividade primariamente enquadrada. Espera-se, porém, que estes novos significados estejam claramente expostos para que não haja mal entendido entre os indivíduos.

Outro exemplo, citado por Goffman, de adição de significado aos esquemas primários é a *maquinação*, que é definida por ele como o “esforço intencional de um ou mais indivíduos, destinado a manobrar uma atividade de modo que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está ocorrendo” (GOFFMAN: 2012, p. 118). A elaboração da maquinação é semelhante à da tonalização, porém, está sujeita a um tipo especial de descrédito quando a vítima descobre o jogo. Este é o caso, por exemplo, do engano jocoso, que só tem sentido enquanto o “inocente” está sendo enganado, mas quando ele descobre, acaba a graça e perde o sentido.

Goffman também destaca o fato de o indivíduo poder manter certos envolvimento laterais *fora do quadro* que seriam secundários, uma vez que a ênfase principal da atividade está no enquadramento. Como exemplo ele cita o fato de um palestrante falar com um conhecido durante a platéia ou de ele brincar com a caneta enquanto expõe o assunto. Além disso, Goffman enfatiza que algumas dessas atividades *fora do quadro* podem ser usadas para realizar comunicação secreta entre os atores e, nestes casos, a platéia deve estar tão atenta à atividade do quadro que não vê a comunicação secreta.

Quando Goffman destaca estas atividades *fora do quadro*, ele chama a atenção para o fato de que a realidade transcende o quadro da atividade apresentada. Tratando sobre o envolvimento lateral, ele cita o fenômeno da desatenção, que em muitos casos, é eficaz na

execução da atividade no quadro, ou seja, uma vez que este é um recorte limitado da realidade, há muitos outros fatos que estão ocorrendo concomitantemente a ele e, por isso, em muitos casos os indivíduos ficam desatentos a estes outros fatos secundários para se deter apenas ao quadro (principal). Este é o caso, por exemplo, dos jogadores que desviam a atenção das vaías da torcida e dos atores teatrais que não atentam para as atitudes *inconvenientes* da platéia.

Além de afirmar que a realidade transcende o enquadramento, Goffman também ressalta que a atividade enquadrada está ancorada em seu mundo circundante, ou seja, mesmo quando nos referimos a eventos que sinalizam uma “ruptura” com outras atividades do cotidiano e que, normalmente, são sinalizadas por rituais que marcam a ruptura, como por exemplo, o apito do árbitro ou o abrir e fechar da cortina, certamente, há uma dependência destes enquadramentos em relação à realidade maior. Como Nunes (2005, p. 181) resume:

É necessário pressupor uma continuidade, pois, ao transformar uma tira de atividade temos, ao mesmo tempo, que ancorar a tira no que veio antes, no que virá depois e no que está acontecendo em nossa volta. O processo de enquadramento incorpora tudo o que precisamos do mundo em nossa volta para organizar e compreender o que está acontecendo nessa parte do mundo sob nossa atenção; tem, portanto, um caráter recursivo. Assim como existia uma parte da realidade que preexistia e permanecerá após a realização da atividade, nossa concepção sobre esta parte tende também a fazer parte da realidade.

Tratando sobre este entrelaçamento da atividade enquadrada no mundo cotidiano “não cênico”, Goffman ainda fala sobre a delimitação espaço-temporal de um episódio, examinando a estrutura interna do quadro. Para isso ele cita o conceito de *parênteses internos* e *externos*, sendo estes os que delimitam o episódio interacional e aqueles os que o estruturam internamente.

Todavia, Goffman compreende que a distinção entre parênteses externos e internos não é completamente satisfatória e para ilustrar isso, ele apresenta alguns casos em que um mesmo fato pode se apresentar ao mesmo tempo como ambos, dependendo apenas da perspectiva em que é analisado, como por exemplo:

O ritual de despedida que encerra um dia de trabalho no escritório pode ser visto como um parêntese externo sob o ponto de vista daquela jornada particular de trabalho, mas pode também ser visto como um parêntese interno relativamente a um empreendimento mais duradouro, a saber, o exercício continuado do papel de trabalho, um exercício que é interrompido ao final de cada jornada de trabalho, nos fins de semana e nos feriados (GOFFMAN: 2012, p. 323)

Além disso, Goffman destaca que a ancoragem da atividade pode ser constatada não apenas no aspecto objetivo da cena, mas também no aspecto subjetivo, ou seja, assim como os objetos e significados usados na encenação são ancorados no mundo circundante, assim também “os atos de uma pessoa são em parte expressão e resultado de seu eu permanente e [...] este eu estará presente por trás dos papéis particulares que ele desempenha em qualquer momento dado” (*Ibidem*, p. 361). Portanto, a atuação em um papel é delimitada por parênteses externos que se apresentam no “eu permanente” e este tem sua existência anterior ao papel e continuará existindo após sua finalização.

Como foi dito anteriormente, a análise do quadro contribui para que o indivíduo atue de forma correta e coerente com determinada situação, mas, Goffman chama a atenção para o fato de que nem sempre os quadros se apresentam nítidos diante do observador e, por isso, ele trata sobre três problemas resultantes da falta de clareza do quadro apresentado: a ambigüidade, os erros de enquadramento e as explicações e disputas.

A ambigüidade se refere ao fato de que quando algum evento ocorre o indivíduo pode ficar em dúvida sobre o que realmente está acontecendo e sobre qual esquema de compreensão deve aplicar. A ambigüidade gera incerteza e inibe o indivíduo de tomar uma posição, por isso, diante desta situação, ele, normalmente fica atento aos detalhes do quadro, esperando que os atores sinalizem sobre que tipo de ação está acontecendo.

Nos erros de enquadramento, o indivíduo se instala numa ação com base em premissas falsas e, conseqüentemente, interage de forma errônea e incoerente com a situação social “pagando micos”. Esse tipo de situação ocorre quando o indivíduo não entende corretamente as informações oriundas do quadro, como, por exemplo, quando ele está diante de um evento tonalizado e o trata simplesmente como um esquema primário de enquadramento.

Finalmente, Goffman trata das explicações e disputas, que é quando em relação a um mesmo fato há duas (ou mais) diferentes propostas de enquadramento, como por exemplo quando advogados de defesa e acusação tentam, com interesses distintos, enquadrar o mesmo acontecimento em perspectivas diferentes, ou o exemplo de uma “pessoa que sai da loja com uma mercadoria sem tê-la pago, causando o acionamento do alarme. Enquanto ela afirma ter esquecido de passar no caixa, o vendedor sustenta que a mercadoria foi roubada” (NUNES: 2005, p. 187)

Segundo Goffman, não são somente os erros de interpretação que irrompem em falhas de quadro, ele destaca também os aspectos referentes ao próprio envolvimento, que ele chama de *rupturas de quadro*. Nestes casos, ele chama a atenção para as rupturas do quadro



decorrentes das limitações do corpo humano no dilema entre natureza e cultura, citando, principalmente, dois casos em que esta limitação se apresenta:

Primeiro, ele destaca a falta de controle, que é o extravazamento do padrão de conduta esperado em um contexto, como por exemplo, alguém que diante de um enquadramento de tristeza se rompe em risos, ou em outro contexto se rompe em lágrimas. Segundo, ele destaca as mudanças de tom, quando o indivíduo mantém seu comportamento organizado de acordo com o papel, mas em um modo deslocado.

Nas mudanças de tom, Goffman destaca a subtonalização, que acontece quando atos simulados se tornam reais, como, por exemplo, uma brincadeira de lutar entre crianças que pode evoluir para uma briga real. O outro exemplo citado por ele é que “durante as competições profissionais de boxe, a luta pode ‘escapar ao controle’ e alguém receber golpes mais freqüentes e brutais do que é compatível com o quadro do boxe, ou, incidentalmente, com a vida daquele que recebe os golpes” (GOFFMAN, 2012, p. 441). O contrário da subtonalização é a supertonalização, que é o passar de uma determinada distância em relação à realidade literal a uma distância maior e um aumento não autorizado da laminação do quadro, como por exemplo “gargalhadas nos momentos mais sérios de um drama exibido no cinema quebram o quadro, contestando crenças e sentimentos daqueles que o estão vivenciando, mesmo que não haja a intenção de incomodar os presentes”. (NUNES: 2005, p. 188)

Goffman finaliza sua análise de quadros, tratando sobre a fabricação da experiência negativa, as vulnerabilidades da experiência e, finalmente, a análise de quadro na conversação, mostrando como os elementos tratados anteriormente se aplicam aos enunciados verbais.

Este é um resumo dos principais aspectos do conceito goffmaniano de “quadro”, porém, ele é muito complexo para ser examinado exaustivamente neste breve espaço e, portanto, o que expomos até aqui teve a finalidade de estabelecer uma conexão entre este conceito e a metáfora da dramaturgia social desenvolvida por Goffman, que é o assunto que trataremos na próxima seção.

## 1.2. GOFFMAN E A PERSPECTIVA DRAMATÚRGICA

A máscara é o nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas. (Robert Ezra Park)

De acordo com Joseph (2000), Kenneth Burke foi o primeiro a introduzir a ideia de uma abordagem “dramática” dos fatos sociais. Burke estava preocupado com “What is involved, when we say what people are doing and why they are doing it?” (BURKE 1969, p. 15) e para dirigir as investigações em busca das respostas para esta pergunta, ele usa *cinco termos chaves da dramaturgia*: ato, cena, agente, agência e propósito. Através destes termos, Burke olha para a ação realizada em um contexto social (ato), o palco onde a ação social se realiza (cena), o ator que representa um papel e realiza a ação social (agente), o meio pelo qual se efetua a ação (agência) e o objetivo da ação social que os indivíduos empreenderam (propósito). Esta abordagem, inicialmente utilizada por Burke, foi amplamente usada por Goffman e é, segundo Joseph (2000, p. 12) “indubitavelmente, a parcela mais brilhante da microsociologia”.

A teoria do *self*, desenvolvida por Georg Mead, também foi bastante importante para a construção da metáfora dramaturgica, e, segundo Nunes (2005, p. 87) ela é o *hardcore* do interacionismo simbólico. Mead parte do pressuposto de que o *self* nasce através da experiência social (MEAD 1973, p. 173) e que, por isso, diferente da anatomia e da fisiologia humanas, ele não pode ser desenvolvido sem o contato com a sociedade. Em suas palavras “Selves exist only in relation to other selves, as the organism as a physical object exists only in its relation to other physical objects” (MEAD: 1925, p. 174).

Nesta perspectiva, à medida que o indivíduo desenvolve contatos e experiências sociais, ele cada vez mais acumula conhecimento para agir de determinadas formas diante de diferenciados públicos e situações, sendo, portanto, levado a tomar para si as atitudes do grupo social organizado a que pertence e a olhar para si com o olhar do outro, o que interfere significativamente na qualidade de sua ação. Comentando sobre a teoria do *self*, Silva (2007, p. 120) escreve:

A capacidade de ver-nos a nós mesmos por meio dos outros implica que o *self* apresenta dois componentes: o *eu* e o *mim*. O *eu* refere-se ao sujeito que empreende a ação. Os seres humanos são entidades ativas, capazes de atuar espontaneamente e por iniciativa própria. O *mim* se refere ao *self* como objeto, na medida em que formamos uma imagem de nós mesmos nos olhando pelos outros. [...] A interação social é um diálogo contínuo entre o *eu* e o *mim*. O *eu* empreende uma ação, mas não a faz de forma aleatória, toma em consideração ou antecipa a reação de outras pessoas, o que corresponde ao *mim*.

Mead entende que o indivíduo inicia o processo de construção do *self* desde a infância, quando ele interioriza o *nomos* social através do processo de socialização, o qual “não termina com o alcance da última etapa. À medida que os indivíduos acumulam novas experiências e desenvolvem-se socialmente, o processo de socialização continua. [...] O indivíduo incorpora as regras e normas da comunidade ou grupo a que pertence (*Idem*, 2007, P. 124).

A partir desta incorporação, o indivíduo é levado a refletir sobre as possibilidades e limitações de seus atos e palavras antes de agir e falar, ou seja, conhecendo aqueles com quem interage, antes de falar ele cria um diálogo consigo mesmo no qual se questiona sobre as implicações sociais do seu ato. Nas palavras de Mead (1973, p. 174): “En la inteligencia reflexiva, uno piensa para actuar, y para actuar únicamente de modo que esa acción siga siendo parte de uno proceso social. El pensamiento se torna preparatorio de la acción social”.

Este processo de *inteligência reflexiva* pressupõe a existência de uma maneira esperada de ação do indivíduo, que preserva a unidade social. Dadas as diferenças de contextos, o ator pode agir de maneiras diversas dependendo do contexto e dos indivíduos com que ele interage. Segundo Silva (2007, p. 124)

os indivíduos apresentam possibilidades várias de conduta, as quais são manifestas em função da interação com outros determinados e da situação ou contexto social a que estão submetidos. Mead não deixa de relacionar os aspectos apresentados pelo indivíduo com a situação social da qual participa. Propõe que a personalidade é formada por vários *selves*, que são aspectos diferentes que respondem a distintos aspectos da estrutura social.

Esta concepção do *self social* desenvolvida por Mead foi, posteriormente, utilizada por Goffman em *A representação do eu na vida cotidiana*. Nesta obra, Goffman analisa as situações comuns da vida social moderna, usando a analogia do contexto teatral e, desde a introdução, ele destaca o aspecto previsível do ser social e como tal previsão influencia na forma como os atores desenvolvem a *inteligência reflexiva* sobre a maneira de tratar uns aos outros.

Assim como Mead (*idem*), Goffman parte do pressuposto de que à medida que nos relacionamos com outras pessoas, nós acumulamos uma série de conhecimentos práticos

sobre o que devemos e o que não devemos fazer diante de indivíduos que tem determinada aparência ou conduta e, portanto, “quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem” (GOFFMAN, 1985, p. 11). Sendo assim, quando um estranho se apresenta diante de nós, através da sua conduta e aparência, nós refletimos sobre relações anteriores com pessoas parecidas e, conseqüentemente, empreendemos o mesmo tipo de ação, como forma mais confiável de estabelecer uma relação “segura”.

Esta relação entre previsão e ação, embora não seja uma causalidade mecânica, é descrita por Goffman como requisito básico para a relação dramaturgica que os indivíduos desenvolvem no dia-a-dia. Observemos alguns aspectos desta relação e outros presentes na dramaturgia social a partir do seguinte exemplo.

No programa Globo Repórter, no dia 07-07-2006, foi feita uma experiência com duas crianças: Gabriele (9 anos) e Leonardo (2 anos). A equipe deu uma planta de presente para Leonardo, que ao ganhar gritou: “*não quero! É feio*”. Porém, quando o mesmo presente foi dado a Gabrielle, ela disse: “*eu adorei*”. Vendo o vídeo da experiência, o psicanalista José Outeiral, no mesmo programa, observou: “*Ela é uma menina de 9 anos que já internalizou as convenções sociais. Ela diz adorei, mas o seu rosto não acompanha a fala. O olho dela não brilha muito, a mímica do sorriso é muito discreta, fica evidente que há uma defasagem entre a expressão facial do rosto, a resposta corporal e a resposta da fala, assim como fica evidente a satisfação quando ela recebe o presente certo, a boneca*”.

Observando a experiência, a mãe de Gabrielle diz à equipe de reportagem: “*O que eu ensino sempre pra ela é que quando ganhar um presente você deve agradecer, dizer que gostou. Mesmo que depois não goste tanto quanto estava ansiosa com a boneca. Mas que seja educada*”. Na perspectiva de Goffman, este seria um exemplo de encenação, pois, mesmo que a menina não tenha gostado do presente, ela é instruída a representar um papel, que demonstra satisfação e alegria. Em outras palavras, a mãe ensina para a filha: “*não seja mal educada, seja uma atriz, seja mentirosa*”.

Esta experiência revela uma parte da gênese e do processo dramaturgico na interação social. Como destaca Durkheim (1977), quando o ser humano nasce ele já está inserido em uma sociedade, que age coercitivamente sobre ele e molda a formação de sua identidade. Nesta condição, a criança se submete ao processo de socialização por meio, principalmente, da educação familiar e escolar, a fim de que ela interiorize o *nomos social* e, conseqüentemente, corresponda às expectativas do grupo social no qual está inserida.

No exemplo supracitado há duas crianças que estão em estágios diferentes deste processo de socialização. De um lado a criança de dois anos, que ainda não está familiarizada com as regras sociais e, por isso, sem se importar com o constrangimento, expressa sua sinceridade e decepção diante do presente. Do outro lado, porém, a criança de nove anos já foi instruída sobre o fato de que deve mentir (socialmente) para não ofender os outros e, portanto, como aprendiz obediente, ela dramatiza de tal forma que demonstra grande satisfação. Mas a incoerência destacada pelo psicanalista na reportagem, demonstra que, embora a criança de nove anos esteja em um grau mais avançado de socialização do que a de dois, ela ainda não aprendeu a “mentir” eficazmente, ou seja, enquanto em estágios posteriores ela tende a ser uma grande atriz no teatro da vida, em seu estágio atual ainda pode-se constatar a discrepância entre fala e sentimento em sua expressão facial.

Outra lição que podemos extrair do exemplo acima é em relação à coerência entre a finalidade da cena e o roteiro presente na fala da menina: “*eu adorei*”. A expressão posterior da mãe de Gabriele demonstra a existência de um script, cuja finalidade é manter a organização da relação. Nas palavras de Berger (1986, p. 108-109):

Usando a linguagem do teatro, do qual se derivou o conceito de papel, podemos dizer que a sociedade proporciona o *script* para todos os personagens. Por conseguinte, tudo quanto os atores têm a fazer é assumir os papéis que lhes foram atribuídos antes de levantar o pano. Desde que desempenhem seus papéis como estabelecido no *script*, o drama pode ir adiante como planejado.

Nesta perspectiva, embora o ator tenha liberdade para improvisar o texto, este deve ser coerente com a finalidade da cena, pois do contrário, serão necessárias algumas reparações. Aqui podemos comparar o ator com um músico, que ao som da harmonia, tem a incumbência de tocar seu instrumento melodicamente, de acordo com a partitura. Sem causar qualquer dano à música, o músico tem liberdade para improvisar, mas à medida que toca seu instrumento, ele deve ser cuidadoso para que, saindo do campo harmônico originalmente previsto, o que ele faz não se torne incoerente e comprometa a qualidade musical.

Assim como nem todos os solos musicais são compatíveis com determinado acorde, assim também nem todas as atitudes e representações do ator são coerentes com a cena social, sendo, portanto, necessário que, em alguns casos, o “eu” se adapte a diversas circunstâncias e, em outros, a pessoa se apresente deliberadamente com um “eu” que gostaria de ser. Em outras palavras, na perspectiva da dramaturgia social “o ‘eu’ deixa de ser uma entidade objetiva, sólida, que se transfere de uma situação para outra. Será um processo criado e recriado continuamente em cada situação social de que uma pessoa participa, mantido coeso pelo tenuous

fio da memória” (BERGER, 1986, p. 120). Estes fatores podem fazer com que uma única pessoa possa ter tantas diversas representações de si quantos grupos sociais dos quais ela participa. Ou seja:

A pessoa é percebida como um repertório de papéis, cada um dos quais é equipado com uma determinada identidade. O âmbito da pessoa individual pode ser medido pelo número de papéis que é capaz de desempenhar. A biografia da pessoa se nos afigura agora como uma sequência ininterrupta de desempenhos num palco, para diferentes platéias, às vezes exigindo mudanças totais de roupagens, sempre exigindo que o ator seja o personagem (*Ibidem*, p. 119)

Exemplificando esta afirmação, é possível que um homem seja dócil e educado no trabalho, mas em casa seja bastante ignorante e grosseiro com sua esposa e filhos; ou alguém pode ser prepotente e infiel no trabalho, mas na igreja pode ter um discurso e prática amorosos e leais. Até no ambiente acadêmico um indivíduo pode ter posturas díspares, como por exemplo, um professor que diante dos alunos do ensino médio se gaba de grande conhecimento e menospreza os outros, mas quando está diante de mestres e doutores, se apresenta *humildemente* e como um *pequeno aprendiz*.

Uma mesma pessoa pode representar todos estes diversos (e em alguns casos divergentes) papéis, mas de acordo com Goffman (1985), se ela quiser preservar suas representações e a aparente unidade de sua personalidade sob controle e sem constrangimento, deverá ser cuidadosa para que as platéias que assistem seus papéis divergentes não se encontrem e ela corra o risco de que ter a incoerência de seus papéis revelada.

Neste ponto é importante destacar a distinção que Goffman faz entre pessoa e papel. Para ele, “pessoa [é] o indivíduo, o ator, a saber, aquele que participa, e o papel [é] ofício ou função concretos que ele desempenha durante essa participação” (GOFFMAN: 2012, p. 333). Portanto, por trás de cada papel representado, há uma única pessoa, ou seja, assim como no contexto cênico a mesma pessoa pode ser o vilão em uma novela e em outra ser o mocinho, assim também na vida cotidiana uma mesma pessoa pode representar diversos papéis, em diferentes cenários e diante de diversas platéias.

Segundo Goffman (*Ibidem*, p. 353) “um pressuposto básico de qualquer representação de um determinado papel é que o ator possui uma biografia contínua, uma única identidade pessoal contínua”, ou seja, enquanto o papel é apresentado no palco ele é caracterizado pela ruptura e pela diversificação, mas quando a pessoa interage nos bastidores, ela traz em si o aspecto da continuidade e, portanto, embora no palco a pessoa possa representar diversos e

(em alguns casos) até antagônicos papéis, quando ela tira a máscara e volta para os bastidores, volta a ser uma e a mesma pessoa. Nas palavras de Nunes (2005, p. 185):

embora reconheça uma multiplicidade do *self*, em nível psicológico, cognitivo e cultural, Goffman admite que a legitimidade social dessas derivações do *self* depende de um conjunto de convenções e pressuposições que permanecem, como resíduo, sob as laminações sucessivas dos reenquadramentos da organização e da percepção da experiência.

Esta distinção entre papel e pessoa nem sempre é fácil de compreender, uma vez que, como veremos posteriormente, os bastidores de uma representação podem ser o palco de outra, e Goffman não se detém muito sobre este tópico para esclarecer tal distinção. Mas diante destas questões nos deparamos com o problema da distinção entre realidade e encenação, ou seja, “o problema crucial no modelo de Goffman é distinguir as ações ‘encenadas’ daquelas que não o são, o que corresponde, em nosso instrumental de reconstrução ao problema ontológico, ou seja, à distinção entre ‘agir é encenar’ e ‘agir é como encenar’” (NUNES: 2005, p. 134).

Goffman se preocupa com as atuações teatrais dos agentes sociais, mas ao mesmo tempo ele percebe quão tênue é a linha que divide a teatralização do social daquilo que é meramente social (se é que pode-se dizer assim) e, por isso, ele escreve:

[...] o relacionamento social comum é montado tal como uma cena teatral, resultado da troca de ações, oposições e respostas conclusivas dramaticamente distendidas. Os teatros mesmo em mão de atores iniciantes, podem ganhar vida porque a própria vida é uma encenação dramática. O mundo todo não constitui evidentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não é.

Talvez, a maneira teórica mais fácil de estabelecer um limite dramaturgico, seja separar o palco dos bastidores, mas esta maneira também apresenta algumas dificuldades práticas, uma vez que, em alguns casos, até os bastidores podem servir de palco para alguns atores e, neste aspecto, estaríamos diante de um novo espaço chamado de “bastidores dos bastidores”, o que torna bastante difícil a busca dos bastidores ulteriores e do “eu permanente” por trás de todos os papéis. Mas independente da dificuldade, não podemos negar a possibilidade da multiplicidade de papéis desempenhados pela mesma pessoa, podendo até mesmo apresentar um papel no palco, outro nos bastidores e ainda outro nos bastidores dos bastidores.

Para concluir esta seção, destacamos que, na perspectiva goffmaniana, para que uma cena ocorra com êxito é necessário um duplo reconhecimento da veracidade do papel. De um

lado, o ator deve demonstrar aos outros que o papel desempenhado por ele é verdadeiro (esta demonstração, como veremos, pode ser sincera ou dramatizada) e de outro lado, a platéia, para quem a representação é feita, deve reconhecer a legitimidade do ator.

Em relação à demonstração do próprio ator, Goffman faz uma distinção entre o ator *sincero*, que é aquele que acredita no papel que representa e o ator *cínico*, que não acredita na sua própria atuação. A atuação de ambos pressupõe uma platéia que acredita na cena, mas enquanto no primeiro caso o ator age impulsionado por sentimentos e motivações que, em sua opinião, são corretos, no segundo sua ação é deliberadamente voltada para o engano.

Contudo, embora este segundo tipo de ação esteja ligado à dissimulação, mentira e segundas intenções, é importante destacar que a atuação do ator cínico, segundo Goffman, não está necessariamente ligada à prática de interesse pessoal e ganho egoísta. Dentre outras ilustrações que provam esta assertiva, ele cita o exemplo de médicos que prescrevem medicamentos inócuos para tranquilizar os doentes. Com esta atitude, eles atuam como atores cínicos, mas não egoístas.

Depois de tratar sobre o auto-reconhecimento do ator, nos voltemos para o reconhecimento da platéia, pois, independente do tipo de ação, a dramaturgia pressupõe uma interdependência entre a atuação do ator e a aceitação da platéia. E por mais que uma pessoa se esforce para interpretar a personagem de forma eficaz, o êxito de sua atuação depende, sobretudo, da crença e do reconhecimento da platéia diante do seu papel, pois “uma falta de apoio apreciativo percebida no encontro pode chocá-la, confundi-la e momentaneamente incapacitá-la enquanto participante da interação. Seus modos e orientações podem cambalear, desabar e desmoronar” (GOFFMAN 2011, p. 16). Nas palavras de Berger (1986, p. 114):

As identidades são atribuídas pela sociedade. É preciso ainda que a sociedade as sustente e com bastante regularidade. Uma pessoa não pode ser humana sozinha e, aparentemente, não pode apegar-se a qualquer identidade sem o amparo da sociedade [...] Os casos de retirada radical de reconhecimento por parte da sociedade nos ensinam muita coisa a respeito do caráter social da identidade. Por exemplo, um homem que da noite para o dia passa de cidadão livre a condenado vê-se submetido imediatamente a um ataque maciço contra a concepção que faz de si mesmo. Pode tentar desesperadamente apegar-se a essa concepção, mas na falta de outras pessoas que confirmem sua velha identidade ser-lhe-á quase impossível mantê-la.

Portanto, concluímos que ninguém faz teatro social sozinho, pois o ator sempre precisa de outros que acreditem e confirmem seu papel. Em casos de negação e descrença no papel do outro, se o indivíduo for um ator *cínico*, ele pode tentar manipular a mente de seus



interlocutores, a fim de reverter a situação e fortalecer a credibilidade de seu papel, mas se for um ator *sincero*, ele ficará profundamente abalado pela falta de confirmação.

Segundo Berger (1996) para que o indivíduo continue acreditando em seu papel e, como resultado, interaja com outros atores e platéias, ele precisa permanecer na *estrutura de plausibilidade*, que será um suporte para o fortalecimento de sua identidade e da crença em seu papel e, conseqüentemente, para o êxito de suas atuações posteriores. O indivíduo, nesta condição, não apenas está inserido na sociedade, mas depende dela para ser o que quer ser. Ou seja:

Apesar de sua fachada social ser sua posse mais pessoal e o centro de sua segurança e prazer, ela é apenas um empréstimo da sociedade; ela será tirada a não ser que a pessoa se comporte de forma digna dela. Atributos aprovados e sua relação com a fachada fazem de cada homem seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os homens possam gostar de suas celas (GOFFMAN 2011, p. 18)

Diante do que foi dito até agora, pode-se concluir que a dramaturgia social parte do pressuposto de que há uma influência recíproca entre os indivíduos que participam da interação social e que esta influência contribui para a escolha de papéis na relação.

Se o indivíduo está sozinho, não há qualquer necessidade de representação, pois ele pode demonstrar ser o que, de fato, é sem ferir ninguém, mas quando se apresenta diante de outras pessoas, ele pode, com certo grau de limitação, querer ser “o que não é” e, por isso, ele representará um papel que lhe possibilitará um tratamento adequado ao papel escolhido. Contudo, para que tenha êxito neste empreendimento, ele deve ser cuidadoso em relação à preservação da fachada, que é o assunto que trataremos na próxima subseção.

### 1.2.1. DRAMATURGIA SOCIAL E PRESERVAÇÃO DA FACHADA<sup>7</sup>

Como temos observado, o sucesso ou fracasso da interação face a face depende, em grande medida, da qualidade da representação dos atores sociais e, portanto, estes têm a responsabilidade não apenas de iniciar a interação, mas, sobretudo, de mantê-la organizada durante o envolvimento através da neutralização dos incidentes que possam ameaçar as fachadas presentes.

---

<sup>7</sup> “O termo fachada pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem dos termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 2011, p. 13-14)

Nesta perspectiva, o primeiro encontro entre os atores é bastante importante, pois é lá que eles apresentam suas fachadas pela primeira vez e estabelecem, indiretamente, a maneira como desejam ser tratados<sup>8</sup>. Consequentemente, os contatos posteriores deverão edificar novas experiências que confirmem a imagem inicial dos atores e que preservem as identidades apresentadas no primeiro encontro.

Ao entrar numa situação em que recebe uma fachada para manter, essa pessoa assume a responsabilidade de vigiar o fluxo de eventos que passa diante dela. Ela precisa garantir que uma ordem expressiva particular seja mantida – uma ordem que regula o fluxo de eventos, grandes ou pequenos, de forma que qualquer coisa que pareça ser expressada por eles será consistente com sua fachada. (GOFFMAN, 2011, p. 17)

Neste sentido, podemos comparar a interação social com um edifício, no qual construímos novas experiências em cada encontro, porém sempre com base no alicerce da fachada inicial dos participantes e preservando-a continuamente. Na interação “a pessoa terá dois pontos de vista – uma orientação defensiva para salvar sua própria fachada e uma orientação protetora para salvar a fachada dos outros” (*Ibidem*, p. 22). Em outras palavras, diante de possíveis ameaças oriundas do contato com os outros, os atores se esforçam para manter a interação de forma segura e livrando-a de incidentes que possam ameaçá-la. Segundo Goffman (*Ibidem*, p. 19):

A aceitação mútua de linhas tem um efeito conservador importante sobre os encontros. Quando uma pessoa apresenta uma linha inicial, ela e as outras tendem a construir suas respostas posteriores a partir dela e, num certo sentido, ficam presas a ela. Se a pessoa alterar sua linha radicalmente, ou se a linha se tornar desacreditada, o resultado é a confusão, pois os participantes estarão preparados e comprometidos com ações que não são mais apropriadas.

O que esta citação deixa claro é que uma vez que o edifício da interação está construído, uma mudança no alicerce da fachada pode fazer ruir toda estrutura interacional, pois “é mais fácil para o indivíduo escolher a linha de tratamento que vai exigir de, e estender aos, outros presentes no início de um encontro do que alterar a que está sendo seguida, uma vez que iniciada a interação” (GOFFMAN 1985, p. 19). Isso faz com que os atores tentem, na maioria das vezes, preservar a fachada uns dos outros. Partindo desta ideia, Goffman (2011) destaca dois tipos de preservação da fachada.

---

<sup>8</sup> Esta afirmação pressupõe que tais atores terão outros encontros posteriormente, pois do contrário: “um encontro com pessoas com as quais ela não terá mais interações no futuro a libera para assumir uma linha ‘altiva’ que o futuro depreciará, ou a libera para sofrer humilhações que tornariam interações futuras com elas algo constrangedor demais para enfrentar” (GOFFMAN: 2011, p. 15).

Primeiro ele cita o *processo de evitação*, que consiste em evitar contatos em que seria provável que ameaças à fachada ocorressem. Esta evitação pode ser total, no sentido de evitar qualquer encontro, ou parcial, quando no encontro a pessoa usa mecanismos de evitação, como por exemplo, a mudança de assuntos que ameaçam a fachada, ou ainda quando diante de um incidente, ela tenta manter a ficção de que nenhuma ameaça à fachada aconteceu.

O segundo processo citado por Goffman é o *processo corretivo*, que é quando os participantes de um encontro não conseguem evitar um evento que ameaça a fachada dos atores envolvidos, mas tentam corrigir seus efeitos. Nesse tipo de processo, Goffman apresenta várias formas de correções, tais como, a tentativa de mostrar que o evento é insignificante, a tentativa de mostrar que o ator não tinha escolha ou não tinha poder sobre si e a tentativa da auto-punição.

Segundo Goffman, a finalidade desses dois processos é a neutralização dos incidentes ameaçadores e a preservação das fachadas, que são as bases da interação.

Influenciados pela sociologia de Goffman, Penelope Brown e Stephen Levinson ampliaram o conceito de *preservação da fachada* e o aplicaram à sociolinguística interacional. Estes autores fazem uma distinção entre *fachada negativa* e *fachada positiva*, sendo esta ligada ao desejo do indivíduo de ser aceito, estimado e admirado e aquela ligada ao desejo do indivíduo de ter seu território preservado e de não sofrer imposições.

Assim como Goffman, Brown & Levinson (1987) entendem que na interação verbal as fachadas podem ser ameaçadas e que, por isso, os atores se esforçam para preservar as fachadas uns dos outros, usando estratégias de polidez<sup>9</sup> para atenuar os efeitos negativos dos *atos ameaçadores de fachada (AAF)*. Nesta perspectiva, a polidez não é vista apenas como norma social, mas também como estratégia discursiva. Citando Fávero, Andrade e Aquino (2000, p. 71):

Podemos afirmar que a comunicação verbal é uma atividade intencional dirigida para a obtenção de determinado objetivo e o uso adequado da linguagem pode constituir um elemento determinante para o êxito do objetivo pretendido. O locutor deve, assim, levar em conta que seu enunciado esteja de acordo com suas intenções e, principalmente, com a categoria e o papel de seu interlocutor. Portanto, o uso conveniente de todos os meios de que a linguagem dispõe é fator primordial para a manutenção de uma interação cordial, especialmente quando o falante deve enfrentar um conflito entre seus objetivos e os de seu interlocutor e quer, muitas vezes, não

---

<sup>9</sup> “o termo polidez é empregado, em lingüística e em pragmática, com um sentido bem mais amplo, que compreende, além dessas fórmulas de cortesia e dessas regras de etiqueta, **qualquer procedimento destinado (sobretudo) a minimizar os efeitos negativos que determinados atos de linguagem (como ordens, pedidos, críticas, reclamações, advertências, recusas, discordâncias, ameaças, etc.) têm sobre o alocutário**”. (DAHER: 2005, p. 56).

romper suas boas relações. Neste sentido, a polidez pode ser entendida como um conjunto de estratégias discursivas destinadas a evitar ou amenizar o conflito.

Em muitos momentos da interação, portanto, o indivíduo se vê no grande dilema de ter que realizar um *AAF* e de, ao mesmo tempo, querer preservar a fachada do interlocutor. Diante deste dilema, a estratégia de polidez se apresenta como uma boa opção e, portanto, Brown & Levinson (1987) destacam quatro maneiras de como a estratégia de polidez pode ser usada para comunicar um *AAF*:

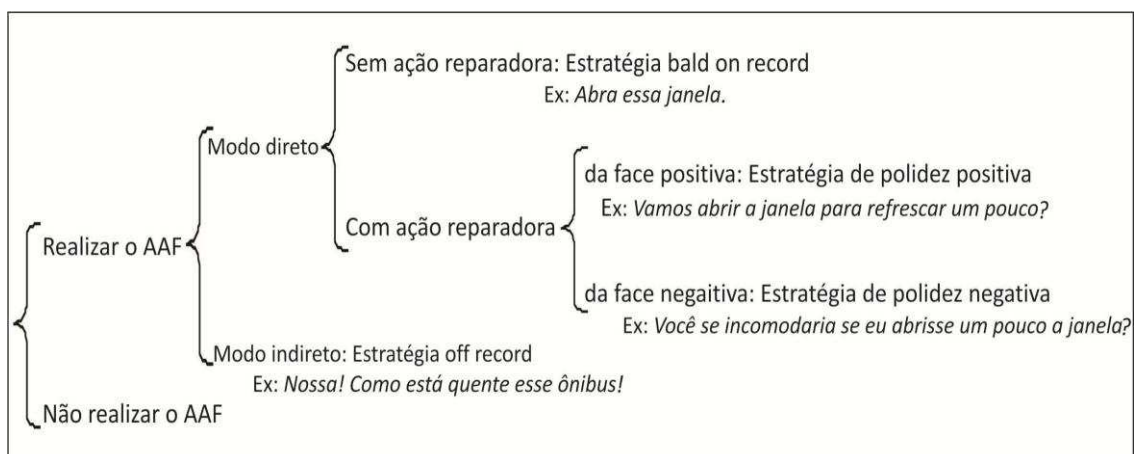
**Bald on Record:** consiste em realizar um *AAF* de forma clara e direta sem preocupação com a polidez.

**Polidez positiva:** consiste em realizar um *AAF* de forma direta, porém, mantendo a fachada positiva do ouvinte, ou seja, junto com *AAF* o ouvinte é estimado e reconhecido.

**Polidez negativa:** também consiste em realizar um *AAF*, mas mantendo a fachada negativa do ouvinte, ou seja, evita-se a imposição ao ouvinte e preserva sua liberdade de ação.

**Off Record:** consiste em realizar um *AAF* de forma indireta, em que o locutor apenas insinua, implicitamente, a intenção pretendida, transferindo ao ouvinte a inferência de sua intenção.

Com base no esquema feito por Brown & Levinson (1987, p. 74), podemos exemplificar as cinco estratégias supramencionadas no seguinte gráfico:



O uso de cada uma destas estratégias de polidez tem vantagens e desvantagens quando se compara a preservação da fachada e a clareza da mensagem. Segundo Daher (2005, p. 68), “o grau de polidez é inversamente proporcional ao grau de clareza do enunciado”, ou seja, quanto mais tentamos preservar a fachada do ouvinte, mais corremos o risco de que a

mensagem que estamos transmitindo não fique clara em sua mente. Este autor usa o seguinte esquema para exemplificar esta afirmação:

<p><b>1. Bald on record:</b> <i>Abra essa janela.</i></p> <p><b>2. Polidez positiva:</b> <i>Vamos abrir a janela pra refrescar um pouco?</i></p> <p><b>3. Polidez negativa:</b> <i>Você se incomodaria se eu abrisse um pouco a janela?</i></p> <p><b>4. Off record:</b> <i>Nossa, como está quente ônibus!</i></p>	
---	--

Embora a teoria da polidez desenvolvida por Brown e Levinson destaque alguns elementos e conceitos que não foram abordados por Goffman, não resta dúvida de que essa teoria tem sua origem, conteúdo e propósito na sociologia interacional goffmaniana. Como os próprios autores reconhecem “Our notion of ‘face’ is derived from that of Goffman” (BROWN & LEVINSON, 1987, p. 61). Além disso, quando Goffman escreve sobre a preservação da fachada, ele também destaca a polidez no diálogo como um elemento de preservação (Cf. GOFFMAN, 2011, p. 24).

Agora que já tratamos sobre a preservação da fachada, na próxima subseção analisaremos alguns grupos de pessoas que não tiveram êxito nesta preservação e que, por isso, são considerados desqualificados para atuar entre os atores “normais”, estes são os atores “desviantes”.

### 1.2.2. DRAMATURGIA SOCIAL E DESQUALIFICAÇÃO PARA ATUAR

Como vimos na subseção anterior, a interação social pressupõe a existência de um compromisso entre os atores, que visa à preservação da fachada uns dos outros. Em prol desta preservação, os indivíduos são instruídos e incitados a confirmar, através de seus atos, as identidades apresentadas, sendo importante, que eles estejam atentos e evitem as práticas que comprometem a encenação, uma vez que “a impressão de realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contratempos” (GOFFMAN 1985, p. 58). Esta concepção indica que os atores estão cientes da

importância da preservação do drama e das conseqüências drásticas que os atos anti-cênicos podem acarretar.

Nesta subseção, trataremos sobre atores que, inicialmente ou no decorrer da interação, são constatados como ineptos para representar os papéis que a cena requer, sendo necessário, portanto, seu afastamento da cena para que a ordem interacional seja mantida e não ameaçada. Estes indivíduos serão chamados aqui de *atores desviantes*, pois são vistos como notas dissonantes no acorde social e veículos que andam na contramão da interação, ou seja, são considerados desqualificados para contracenar com os atores “normais”.

Antes de tratar sobre a atuação do *ator desviante*, convém ressaltar que o desvio na perspectiva sociológica, não é uma característica ontologicamente desviante. Ele tem esta atribuição por causa de sua característica negativa em relação a um conjunto de atos que se apresentam como positivos e normais na cultura. O ato desviante significa a ultrapassagem dos limites impostos pela definição hegemônica do *ato correto* e, por isso, podemos dizer que “grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio” (BECKER: 2008, p. 21-22). Esta característica social do desvio é o que faz com que um mesmo ato seja considerado normal em um grupo e desviante em outro.

Goffman (1980) compreende o *desviante* como aquele cujas ações expressam uma discrepância específica entre a *identidade social virtual* e a *identidade social real*, ou seja, aqueles que se comportam (ou são) de forma diferente do que é prescrito pela sociedade como uma ação “normal”. Como conseqüência, os atores desviantes tendem a ser estigmatizados e, em alguns casos, excluídos do contexto social. Nas palavras de Berger (1985, p. 37)

O mundo social se esforça, na medida do possível, por ser considerado como uma coisa óbvia. A socialização obtém êxito na medida em que essa qualidade de ser aceita como coisa evidente é interiorizada. Não basta que o indivíduo considere os sentidos-chave da ordem social como úteis, desejáveis ou corretos. É muito melhor (melhor, isto é, em termos de estabilidade social) que ele os considere como inevitáveis, como parte e parcela da universal “natureza das coisas”. Se isso for conseguido, o indivíduo que se desgarrar seriamente dos programas sociais definidos pode ser considerado não só como um idiota ou um canalha, mas como um louco. Subjetivamente, portanto, o desvio sério provoca não só culpa moral mas o terror da loucura.

O *ator desviante*, nesta perspectiva, pode ser uma grande ameaça para a encenação e, por isso, quando os atores “normais” percebem sua presença, há uma tendência de evitar a interação ou, se isso não for possível, a interação é feita com bastante cautela. Em alguns casos, as marcas do desvio são inicialmente visíveis, o que faz com que os atores “normais” evitem, desde o início, qualquer contato com os desviantes, porém, em outros casos, a

diferença que faz com que o indivíduo seja um ator desviante não é visível (nos termos de Goffman (1988) tal pessoa é desacreditável, mas não desacreditada). Nesses casos, sua aceitação no grupo depende da capacidade de ocultar o que o diferencia em relação aos considerados como *atores normais*.

A entrevista de emprego pode ser um exemplo de como atores *desviantes* tentam se apresentar como atores *normais*. Há diversos *sites* na internet que instruem sobre como os indivíduos devem se comportar em uma entrevista de emprego e sobre o que devem e o que não devem falar, fazendo com que os entrevistados, normalmente, apresentem uma imagem de si, não como ela é, mas de acordo com o que eles acham que o entrevistador deseja que seja. Sobre este exemplo, Goffman (1985, p. 207) afirma:

Muitas vezes o entrevistador terá de tomar decisões da maior importância para o entrevistado, baseado somente na informação obtida na encenação da entrevista com o candidato. O entrevistado julgará provavelmente, e com alguma razão, que qualquer ato seu será tomado como altamente simbólico e que, portanto, deverá preparar-se e pensar muito antes de sua representação. Nessas ocasiões esperamos que o entrevistado dará muita atenção a sua aparência e maneira, não apenas para criar uma impressão favorável, mas também para sentir-se seguro e impedir qualquer impressão desfavorável que possa ser transmitida inadvertidamente.

Tomemos o caso hipotético de um indivíduo estressado, mal humorado, mal educado e grosseiro, que se submete a uma entrevista de emprego para vendedor em uma loja. Na entrevista, ele sabe que se apresentar esta imagem negativa, não será aceito no emprego, então ele é levado a se apresentar, no primeiro encontro, como educado, gentil e bem humorado. Este é, segundo Goffman (*Ibidem*), um ator cínico e, se for contratado, precisará se policiar constantemente enquanto estiver no trabalho para que suas ações sejam coerentes com a fachada escolhida inicialmente. Se ele perder a fachada, dependendo do caso, talvez na primeira vez os companheiros utilizem o processo corretivo, mas se o incidente continuar ocorrendo, provavelmente sua farsa será descoberta e ele será demitido, pois segundo Goffman (1985, p. 60): “Quando descobrimos que alguém com quem lidamos é impostor [...] estamos descobrindo que ele não tinha o direito de representar o papel que desempenhava e não era um ocupante credenciado da importante posição social”. Nesse sentido, a demissão é uma forma de dizer ao *ator desviante* que ele é desqualificado para atuar entre os *atores normais*.

Além do âmbito profissional, podemos citar outros contextos em que *atores desviantes* se revelam e são estigmatizados pelos que se consideram “normais”. Este é o caso, por exemplo, dos hereges, dos bandidos, dos deficientes e outros. Mas, o grau de exclusão sofrida

por estes atores *desviantes* varia de acordo com o tipo de diferença que eles têm em relação aos outros e do impacto que esta diferença causa no grupo.

Na situação de *minoria cognitiva* (BERGER, 1996), o *ator desviante*, em muitos casos, costuma interiorizar os padrões de normalidade definidos pela sociedade, sendo levado “a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser” (GOFFMAN: 1988, p. 17). Nesta condição, se o ator desviante é desacreditável, mas não desacreditado, normalmente ele tende a observar atentamente os gestos dos outros em relação a ele, temendo que descubram seu “defeito” e, nos casos de “desvios” revelados, tais pessoas se apresentam, normalmente, assumindo uma postura de inferioridade diante dos *atores normais*. Enfim, nos dois casos, os estigmatizados têm motivos para estabelecer uma relação angustiada quando participam de uma relação mista (Cf. *Ibidem*, p. 27).

Segundo Goffman (*Ibidem*, p. 15) “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” e por isso, quando o estigmatizado interioriza esta concepção ele pode tomar algumas atitudes, tais como tentar corrigir diretamente seu defeito, tentar se superar em atividades restritas para mostrar que o “defeito” não lhe impede de crescer ou ele pode usar seu fracasso para ganhos secundários.

Para concluir a discussão desta subseção, é importante ressaltar três aspectos relacionados aos atores desviantes: primeiro, quando afirmamos que o ator desviante é tratado como desqualificado para atuar, tal desqualificação está restrita a um determinado grupo (este grupo pode ser pequeno, uma igreja, ou uma loja; ou pode ser grande, como uma cidade), ou seja, o ator desviante não está desqualificado para atuar em qualquer espaço ou com qualquer pessoa. O exemplo da vendedora supracitada nos mostra que o fato de ela ter sido demitida não quer dizer que ela não possa se relacionar com pessoas da família, ou vizinhos, ou amigos, etc.

Segundo, observamos que vários motivos podem levar um grupo a estigmatizar uma determinada característica dos indivíduos. Alguns são mais normalmente constatados como, por exemplo, religião, classe social e cor, mas há também casos atípicos tais como a constatação de Elias e Scotson (2000), na qual eles observaram que a diferença entre dois grupos que residiam na mesma comunidade de Winston Parva era apenas o tempo de residência lá e somente isso era motivo para uma série de exclusões.

E, finalmente, em terceiro lugar, nos casos em que a desqualificação para atuar é mais abrangente, “os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria” (GOFFMAN,



1988, p. 32). Uma vez que um ator está excluído de todos os palcos sociais, ele tenta encontrar pessoas que sofrem a mesma exclusão, para que, provando o mesmo estigma, vivam em sociedade. Este é o caso, por exemplo, dos leprosos em Israel no Antigo Testamento, que eram excluídos do convívio familiar e, voluntariamente, se uniam a outros leprosos; outro caso que podemos mencionar é o da pessoa que pratica um crime e que, por causa disso, é considerada como alguém que não pode conviver com os atores normais. Tais pessoas serão levadas, involuntariamente, à prisão para viver com pessoas condenadas ao mesmo tipo de exclusão.

O tema sobre o ator desviante será retomado posteriormente, quando tratarmos sobre o *desviado* da ADB, por isso, nesta subseção citamos apenas alguns aspectos gerais sobre este grupo. Para concluir o assunto sobre a perspectiva dramaturgica goffmaniana, na próxima subseção delimitaremos nossa abordagem dramaturgica ao campo da religião e mostraremos como a abordagem teatral de Goffman nos ajuda a analisar alguns aspectos da interação no âmbito religioso.

### **1.2.3. DRAMATURGIA SOCIAL NO CENÁRIO RELIGIOSO**

Para concluir o assunto referente à perspectiva dramaturgica, trataremos nesta subseção sobre o que Goffman chama de *comportamento regional* e, uma vez que este se apresenta em diversas áreas da vida social, selecionamos o campo religioso, tal como descrito por Pierre Bourdieu, para analisar os aspectos destacados por Goffman em relação às *regiões* de atuação.

Goffman não é um expoente da sociologia da religião e em seus livros são escassas as referências ao fenômeno religioso, porém, uma vez que sua abordagem dramaturgica pode ser aplicada a diversos contextos sociais (e pelo fato de que os espaços em que a religião se manifesta são marcados por múltiplas interações entre os adeptos), cremos que sua análise também pode contribuir significativamente para a abordagem das interações no cenário religioso. Por isso, nas próximas linhas descreveremos alguns aspectos da sociologia da religião elaborada por Bourdieu à luz das contribuições sociológicas de Goffman.

Dentre os aspectos importantes da análise do fenômeno religioso desenvolvida por Bourdieu (2009), destacamos que ele examina o campo religioso focando-o no aspecto institucional-racionalizado. Em sua análise, ele destaca a atuação de dois grupos, os

consumidores de símbolos religiosos e os produtores destes símbolos, sendo estes constituídos “por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘corpus’ deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros)” (BOURDIEU, 2009, p. 39), enquanto os consumidores (os leigos) são destituídos das atribuições dos especialistas.

Estes dois grupos antagônicos e mutuamente dependentes encontram-se, normalmente, nas atividades cúltricas e nestas, os produtores dos símbolos religiosos representam papéis que ajudam a reforçar seu monopólio sobre os leigos. Porém, segundo Goffman (1985), tais atores (especialistas) só podem atuar com êxito porque têm o reconhecimento social da platéia (os leigos).

Nesse ponto, a análise dramaturgical de Goffman nos ajuda a compreender como os especialistas religiosos agem para manter o monopólio religioso sobre os leigos. Goffman (1985) divide a atuação no teatro social em praticamente duas regiões, a *região de fachada*, que se refere ao lugar onde a representação é executada e a *região de fundo*, que é o lugar onde a cena é preparada. Na primeira, os aspectos que confirmam a fachada são deliberadamente acentuados e os que a desacreditam são suprimidos; enquanto na segunda, os atores contradizem a cena naturalmente, pois “o ator pode descontraí-lo, abandonar a sua fachada, abster-se de representar e sair do personagem” (GOFFMAN: 1985, p. 107).

Na *região de fundo* (também chamada de bastidores) estão escondidos os segredos do espetáculo e as informações incompatíveis com a cena, portanto, Goffman afirma que a passagem da *região de fundo* para a *região de fachada* deve sempre se conservar fechada para que a platéia não tenha acesso a tais informações, que poderiam destruir o espetáculo. Para que isso não aconteça os atores devem se policiar, expressando diante da platéia apenas uma imagem coerente com a que deve ser expressa na *região de fachada* e, conseqüentemente, as imagens incompatíveis devem ser reservadas apenas para a *região de fundo*. Como é citado em um exemplo, pelo próprio Goffman (*Ibidem*, p. 108): “Para dar à família enlutada a ilusão de que o morto está em um sono profundo e tranqüilo, o agente funerário deve ser capaz de mantê-la longe da sala onde os cadáveres são tratados, embalsamados e recompostos, em preparação para sua última representação”.

As duas *regiões* supracitadas podem ser constatadas em alguns espaços cênicos religiosos, nos quais especialistas religiosos sobem ao palco e, com exímia oratória, pregam sermões empolgantes e com supostas manifestações de poderes sobrenaturais. Nesse contexto,

tais pregadores não se apresentam diante da platéia apenas como pessoas normais, mas, sobretudo, como sacerdotes e mediadores entre o sagrado e o profano. Eles são, de acordo com Bourdieu (2009), especialistas religiosos e produtores dos símbolos sagrados e por isso, se apresentam diante dos leigos como detentores do monopólio religioso e do conhecimento secreto. Como demonstra a descrição da Igreja Universal do Reino de Deus feita por Silveira (1999, p. 360):

A Igreja universal é um teatro, onde atores (pregadores e fiéis) participam dramaticamente de um espetáculo de fé. Em seu palco um pastor-ator tangibiliza as forças sagradas diante de uma multidão que, como em um teatro de arena, também participa da encenação, com gestos, no manejo de objetos corriqueiros transformados em cúlticos, na movimentação das pessoas pelo espaço, no balancear dos corpos, nas palmas ritmadas, nas cenas de exorcismo e nas dramatizações de episódios bíblicos.

Esta é a descrição do palco (ou da *região de fachada*), na qual os atores se apresentam diante do público com a fachada desejada e com o poder de manipular a impressão que a plateia tem sobre eles. Aqui chamamos a atenção para o antagonismo das *regiões*, pois embora na *região de fundo* os especialistas se apresentem simplesmente como pessoas normais, quando estão diante da platéia eles transformam sua representação e se apresentam como agentes que detêm a graça, o poder e a unção que são inacessíveis à platéia, tentando assim, manter distância social em relação aos leigos, a fim de conseguir deles mais respeito e admiração. Nas palavras de Goffman (1985, p. 113):

Há pessoas que podem se tornar de tal modo veneradas, que a única aparência condizente com elas é estar no meio de uma comitiva ou de uma cerimônia. Seria julgado impróprio aparecerem diante de outras pessoas em qualquer outro contexto, pois estes aparecimentos informais poderiam desacreditar os atributos mágicos que lhe são conferidos.

Transferindo estas observações para o cenário religioso, inferimos que para manter o aspecto sagrado do ofício, os produtores dos símbolos religiosos preferem não se misturar com a platéia. Antes (sabendo que segundo Goffman (*Ibidem*, p. 69) “frequentemente o verdadeiro segredo por trás do mistério é que realmente não há mistério. O problema real consiste em evitar que o público também aprenda isso”), eles desejam manter a fachada, porque assim manterão também o encanto.

Como temos visto, o sucesso dos especialistas religiosos depende da habilidade e disciplina dramatúrgica na *região de fachada*, que é de onde eles ratificam sua detenção do monopólio religioso e a exclusão dos leigos em relação ao poder sagrado. Além disso, em um

contexto marcado pelas múltiplas propostas de religiosidade, os especialistas religiosos tendem a utilizar a representação para desacreditar qualquer concorrência do mercado religioso e afirmar sua própria legitimidade. Como afirma Bourdieu (2009, p. 58):

Na medida em que consegue impor o reconhecimento do seu monopólio (*extra ecclesiam nula salus*) e também porque pretende perpetuar-se, a igreja tende a impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada no mercado de novas empresas de salvação [...], bem como a busca individual de salvação [...]. Ademais a igreja visa conquistar ou preservar um monopólio mais ou menos total de um capital de graça institucional ou sacramental (do qual é depositária por delegação e que constitui um objeto de troca com os leigos e um instrumento de poder sobre os mesmos) pelo controle do acesso aos meios de produção, de reprodução e de distribuição dos bens de salvação (ou seja, assegurando a manutenção da ordem no interior do corpo de especialistas) e pela delegação ao corpo de sacerdotes [...] do monopólio da distribuição institucional ou sacramental e, ao mesmo tempo, de uma autoridade (ou uma graça) de função (ou de instituição)

Nesta citação, Bourdieu descreve a ambição dos especialistas religiosos para manutenção do monopólio sagrado e para o afastamento da concorrência, seja de outras empresas de salvação (como por exemplo, seitas, comunidades independentes, profetas e magos) ou do auto-consumo religioso.

Especialistas e leigos se encontram na *região de fachada* e, enquanto o primeiro grupo ratifica seu poder e acesso ao divino através de suas habilidades performáticas, ao mesmo tempo ele também exclui os leigos destes privilégios. Além disso, nos encontros entre esses dois grupos os especialistas tendem a ressaltar que são não apenas importantes, mas imprescindíveis para o sucesso espiritual do fiel e, portanto, através de sua representação eles não apenas satisfazem a necessidade imediata do crente, mas conseguem sua fidelização ao templo.

Como foi dito acima, o momento em que os especialistas religiosos se apresentam na *região de fachada*, além de ter propósitos querigmáticos e proselitistas, também visa à legitimação do poder, pois como afirma Bourdieu (*Ibidem*, p. 61): “a conservação do monopólio de um poder simbólico como a autoridade religiosa depende da aptidão da instituição que o detém em fazer reconhecer, por parte daqueles que dela estão excluídos, a legitimidade de sua exclusão”.

Diante das características da *região de fachada* que foram mencionadas acima, podemos concluir dizendo que uma vez que esta *região* não é caracterizada por discursos e ações descontraídas e irrefletidas (pelo contrário, “o ator deve agir com expressiva responsabilidade, visto que muitas ações insignificantes e inadvertidas podem às vezes transmitir impressões inapropriadas ao momento” (GOFFMAN: 1985, p. 191)), então a

representação dos atores tem o dever de ser sempre teleologicamente bem sucedida para que tenha o sucesso esperado. É por isso que, analisando o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus, Silveira (1999, p. 364) escreve: “O discurso de seus agentes é composto de palavras emocionalmente escolhidas, o que uma simples observação do discurso de um de seus agentes pode confirmar”.

Destarte, os espetáculos de cada religião têm formas diferentes de apresentar a fachada para os leigos, e estas diferenças dependem da finalidade das propostas teológicas e éticas da religiosidade em questão, mas, devido à limitação proposta neste capítulo, a discussão sobre *regiões* e *comportamento regional* será mais aprofundada posteriormente. Na próxima seção apresentaremos algumas características do campo de estudo deste trabalho, que é a igreja Assembléia de Deus Belém em Caruaru-PE.

### 1.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO DA ADB

"Representar verdadeiramente, significa estar certo, ser lógico, coerente, pensar, lutar, sentir e agir em uníssono com o papel." (Constantin Stanislávski)

De acordo com Goffman, uma das partes padronizadas da fachada é o cenário, que é a “mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir [...] os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele” (GOFFMAN: 1985, p. 29). O cenário oferece os elementos necessários para que a cena ocorra, dando aos atores segurança na atuação e, em alguns casos, legitimando o poder que uma pessoa (ou grupo) tem sobre outra. Este é o caso, por exemplo, da divisão geográfica entre sagrado e profano, em que as quatro paredes de um recinto delimitam estas duas naturezas antagônicas, fazendo com que o simples passar por uma porta determine que a mesma pessoa tenha atitudes bastante díspares.

Nesta seção trataremos sobre o cenário da ADB em Caruaru e sobre seus atores, mas, antes disso, apresentaremos algumas características gerais desta denominação religiosa.

Como já foi dito, a ADB é uma igreja evangélica pentecostal que surgiu no início do século XX a partir de uma cisão na Igreja Batista, em Belém-PA. Seus fundadores, os missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, foram bastante influenciados pelo ascetismo e pelo sentimentalismo do movimento *holliness* (wesleyano) e, desde o início do movimento enfatizaram o *batismo com o Espírito Santo* como uma marca distintiva da ADB. Segundo Rolim (1987, P. 7) “o centro do pentecostalismo é o batismo no Espírito Santo, que não é um rito como o batismo com água, e sim, uma presença toda especial do Espírito Santo, que tem como sinal exterior proferir algumas palavras estranhas”.

O pentecostalismo assembleiano, como foi dito acima, acelerou fortemente o crescimento numérico dos evangélicos no Brasil e foi neste ímpeto de crescimento que no ano de 1918, sete anos depois do surgimento da ADB no Brasil, esta igreja chegou até Pernambuco através do pastor sueco Joel Frans Adolf Carlson e, por meio do seu trabalho, chegou à cidade de Caruaru em 27 de dezembro de 1932.

Atualmente, segundo a liderança da igreja, em Caruaru há aproximadamente 10 mil membros distribuídos em 106 congregações (sendo 17 congregações na zona rural e 89 na zona urbana), o que faz com que ela seja a maior igreja evangélica da cidade. Cada

congregação é dirigida por um *assistente de congregação*, que normalmente é um presbítero e este é submisso ao pastor, que coordena um grupo maior de congregações.

O templo sede da ADB está localizado à Rua Vidal e Negreiros, N° 172, no centro da cidade, porém já está sendo construindo o novo templo sede que terá capacidade para comportar, mais de cinco mil pessoas. Além disso, a ADB também tem uma emissora de rádio (rede Canaã, 105,9), que é utilizada para pregações, programas e divulgações de programações da igreja.

Os dias de culto no templo sede são: quarta-feira: Culto de oração; sexta-feira: culto de doutrina; domingo (manhã): Escola bíblica dominical; domingo (noite): culto de pregação; e na primeira sexta-feira de cada mês acontece a ceia do Senhor, que é um culto em que todos os batizados comem o pão e bebem o vinho, lembrando a morte e a ressurreição de Jesus.<sup>10</sup>

A liturgia dos cultos normalmente ocorre da seguinte maneira: Inicia com uma oração, depois são cantados três hinos da Harpa Cristã, é feita a leitura bíblica oficial, depois é dada a oportunidade para apresentação dos conjuntos e cantores e em um dos hinos é feito o recolhimento das ofertas. Em seguida, acontece a pregação, que é ministrada pelo pastor ou por um obreiro e a bênção apostólica só é impetrada se o pastor estiver presente. As mulheres, normalmente, vão à igreja com saias ou vestidos e a maioria dos homens com roupa social.

A ADB de Caruaru é uma igreja caracterizada por padrões doutrinários rígidos, que além de outras proibições (que caracterizam a maioria das igrejas evangélicas), enfatiza em seu discurso os *usos e costumes*, proibindo os homens de jogar futebol, ir ao cinema, mulheres de usarem calças compridas, maquiagem, jóias *etc.* Conversando com alguns membros desta igreja, eles costumam referir-se às ADBs do sul e sudeste como muito liberais, mas afirmam, com alegria, que a ADB de Pernambuco *mantém-se firme na verdadeira doutrina*. Porém, apesar de sua rigidez, a ADB de Caruaru já foi mais rigorosa. Para embasar essa visão, cito uma Escola Dominical (05/05/2013) da qual participamos e na qual a lição ensinada era sobre *Família e sexualidade*. O professor afirmou que aquele assunto seria considerado um *escândalo* há alguns anos atrás, mas, segundo ele, a igreja atualmente estava mais *aberta* para tratar sobre questões desta natureza.

É no cenário da ADB que os sujeitos de nossa pesquisa se reúnem semanalmente e que interagem uns com os outros, representando seus papéis. Nosso trabalho examina dois grupos de pessoas que se reúnem no mesmo templo, se vestem de forma semelhante e observam as mesmas doutrinas e costumes, porém, diferem um do outro em um aspecto fulcral que será

---

<sup>10</sup> Nas congregações (em Pernambuco), os cultos de oração, escola dominical e culto de pregação são os mesmos, apenas o culto de doutrina varia e a *Ceia do Senhor* acontece em um dos cultos de doutrina.

explorado aqui. Esta diferença não é sócio-econômica, política, doutrinária ou ideológica, mas apenas em relação à trajetória de vida evangélica. Um grupo é composto por aqueles que desde o dia que se afiliaram à ADB jamais se desligaram dela, vivendo segundo os preceitos da igreja e participando regularmente das programações, por isso, os que compõem este grupo serão chamados aqui de *membros permanentes*; o outro grupo é composto por pessoas que também se afiliaram à ADB, mas no decorrer de sua trajetória na fé, devido à prática de algum ato condenável pela igreja, foram desligados do rol de membros (são chamados pelos assembleianos de “desviados”) e, posteriormente, retornaram para a ADB. Os atores que compõem este grupo serão chamadas aqui de *desviados retornantes*.

Através da perspectiva dramaturgic goffmaniana, analisaremos os aspectos referentes ao retorno do *desviado* para a ADB, focando os papéis que os atores dos dois grupos representam no processo de retorno e de interação. Porém, é necessário ratificar que chamar os *membros permanentes* e os *desviados retornantes* de atores não significa, necessariamente, que eles sejam *atores cínicos*, pelo contrário, ambos creem nos papéis que representam e agem, na maioria das vezes, de forma coerente com a que foram doutrinados. Portanto, o que está em foco aqui não é a sinceridade do atores, mas os mecanismos de atuação empregados por eles.

Nos próximos capítulos, observaremos como estes grupos se apresentam na *região de fachada* e na *região de fundo*, como eles utilizam os processos de evitação e de correção para preservação da fachada e analisaremos as características que marcam a qualificação ou desqualificação de um ator para atuar no cenário da ADB, tentando compreender aspectos da identidade do crente assembleiano e como eles influenciam no retorno do ex-desviado para a igreja.

É diante destes desafios que nos lançamos no universo da ADB, esperando conhecer mais sobre este grande palco e sobre os atores que, semanalmente, se apresentam sobre ele.



De volta à "família da Fé"

## **CAPÍTULO 2**

### **Assembleianos e desviados: papéis e atuações**

## 2.1. O ATOR ASSEMBLEIANO E SUA INCLUSÃO NO PALCO DA ADB

[os pentecostais] Não se preocupam com justificar racionalmente o poder de Deus. Esta experiência religiosa, dizem, não anda atrás de provas. Basta vivê-la. (ROLIM: 1980, p. 149)

O primeiro contato que as pessoas têm com a ADB, normalmente, é através de uma visita ao templo, que pode ser motivada pelo desejo pessoal ou por ter sido convidado por alguém (um amigo ou na evangelização). Nesta condição de visitante, o indivíduo se apresenta apenas como platéia, que assiste ao culto apresentado pelos atores, mas não pode participar como ator credenciado do quadro principal e, por isso, age apenas como um tipo de *figurante* e público receptor das ações deste quadro, podendo apenas atuar em atividades paralelas (atividades fora de quadro) individuais ou coletivas, fazendo comentários com pessoas conhecidas que estejam ao seu lado.

O primeiro passo para que o visitante se torne um ator assembleiano é sua resposta positiva ao *apelo*. Este é o nome dado ao convite feito pelo pregador (no final da *mensagem*<sup>11</sup>) aos visitantes para que “aceitem Jesus”, o que, para a ADB, significa tornar-se um *crente assembleiano*<sup>12</sup>. Segundo Rolim (1985, p. 44-45):

O apelo à conversão é de praxe no final dos cultos [...] Visa principalmente aos visitantes. Consiste em lembrar de maneira incisiva algum mal físico, alguma depressão psíquica, desassossego mental, desajuste em família, dificuldade em encontrar trabalho, vícios de beber, de jogar, de fumar, e a tudo isso a solução apontada, como remédio infalível, é “se entregar a Jesus”

A resposta positiva do visitante ao “apelo” (conversão) não significa para os assembleianos apenas uma mudança de religião, mas deve implicar, sobretudo, em uma mudança de vida, que eles chamam de “novo nascimento”. Esta atitude é considerada um marco que divide a história do visitante em duas etapas, a primeira (antes da conversão) quando, segundo a ADB, o homem vive *longe de Deus* e sem compromisso com a igreja, e a segunda (após a conversão) quando o crente assembleiano se compromete com a igreja e seu

<sup>11</sup> Parte do culto na qual o pastor ou outro obreiro escalado comenta e desenvolve temas, geralmente a partir de um texto bíblico. É também chamada de *sermão* ou *pregação*.

<sup>12</sup> O apelo é feito em todos os cultos na ADB, exceto se todos que estiverem na reunião forem evangélicos. Conversando com um dos entrevistados, que é presbítero da ADB, ele disse que até em cultos fúnebres se faz o apelo.

ministério. Segundo o Conselho de doutrina da CGADB<sup>13</sup> (2004, p. 22) “A conversão é a resposta do pecador convicto à chamada de Deus feita pelo Espírito Santo”.

Nesta perspectiva, a conversão na ADB, normalmente vem acompanhada pela noção de “libertação”, pois, excetuando aqueles que se converteram na infância, muitos dos convertidos na ADB experimentaram uma mudança radical em suas vidas, sendo alguns ex-drogados (incluindo ex-alcoólatras e ex-fumantes), ex-criminosos, ex-homossexuais, ex-prostitutas, etc.

É importante salientar que a “libertação”, nesse contexto, não se refere apenas à mudança de vida, mas, sobretudo, à atribuição das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos a elementos espirituais, ou seja, a personificação do mal na figura do diabo presente no discurso da ADB faz com que esta igreja compreenda que esse ser espiritual maligno estava por trás das antigas práticas do agora convertido assembleiano. Nesta perspectiva, conversão seria a libertação do homem das forças malignas e sua disposição para fazer a vontade de Deus. Como Mariz (1994, p. 207) escreve:

Apesar de defender que a “libertação” dá autonomia ao indivíduo, o pentecostalismo não abraça uma visão individualista no sentido que não define o indivíduo como ser totalmente autônomo e autodeterminado. Defende, sim, que o indivíduo quando isolado do poder de Deus – ou da igreja e sua “doutrina” – não tem autonomia e é presa fácil das forças malignas. [...] O conceito de liberdade pentecostal assim se reporta a uma submissão a Deus, ou seja, a sua regra e a seu plano. Ser livre não é seguir os desejos individuais, mas seguir a ética e a palavra de Deus.

A noção de “libertação” ratifica o sentido da conversão na perspectiva de uma ruptura com o passado. Nas palavras de Berger (1986, p. 73) “conversão é um ato no qual o passado é dramaticamente transformado”. Nesta nova condição, o convertido assembleiano tenta abandonar as práticas do passado, que são consideradas pecaminosas pela ADB, pois ele “agora compreende que sua vida anterior foi uma longa noite de pecado e alienação, diante da verdade salvadora [...] Vê seu passado como um cativo na “falsa consciência [...] Os fatos passados têm de ser reinterpretados radicalmente” (*Ibidem*, p. 73-74).

Esta mudança de perspectiva e de fé é tão radical que, como foi dito acima, os assembleianos chamam de “novo nascimento” e, assim como no nascimento do ser humano a sociedade já existe com suas regras, sanções e tradições agindo coercitivamente sobre ele (*Cf. DURKHEIM, 1977*), assim também, no “novo nascimento” o *novo convertido* assembleiano passa a fazer parte de uma comunidade, que já existe e possui regras e tradições que

---

<sup>13</sup> Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil

independem dele. Isto significa que assim como os *nomoi* sociais são introduzidos na criança e ela é ensinada a reprimir seus desejos individuais em favor da coletividade, assim também, no desejo de obter comunhão com a igreja e desfrutar das bênçãos que o discurso assembleiano promete àqueles que “nascem de novo”, o novo convertido deve resistir aos “desejos carnis”, submetendo-se aos preceitos e dogmas da ADB, que o “socializa” e molda nele uma nova identidade, a fim de que ele possa corresponder às expectativas que a igreja tem em relação a seus membros.

Em termos dramaturgicos, podemos dizer que quando o novo ator chega aos palcos da ADB, a cena já está ocorrendo e, por isso, ele deve analisar a atuação dos atores mais experientes para que não cometa algum ato que comprometa as fachadas presentes e a cena. Na condição de *novo convertido* (novo ator assembleiano), espera-se que o indivíduo assuma a fachada estabelecida pela igreja e corresponda ao papel escolhido para sua atuação. De acordo com Goffman (1985, p. 34):

Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel. Quer a investidura do papel tenha sido primordialmente motivada pelo desejo de desempenhar a mencionada tarefa, quer pelo desejo de manter a fachada correspondente, o ator verificará que deve fazer ambas as coisas.

Nesse processo de inclusão na ADB e, conseqüentemente, de assimilação da fachada por ela estabelecida, dois fatores são bastante importantes: primeiro, a disposição do novo ator para se submeter às regras da igreja, pois, uma vez que o indivíduo não foi forçado a responder positivamente ao *apelo* e que ele atribui a experiência de conversão ao poder sobrenatural, logo, ele entende que o desejo de Deus é sua adaptação à nova *família da fé*.

Segundo, a disposição da igreja em doutrinar o novo ator. Os assembleianos acreditam que o desejo de Deus é que o novo crente seja cada vez mais parecido com o tipo ideal assembleiano e, por isso, eles estabelecem um processo de doutrinação do novo ator através de visitas em sua casa (que normalmente são feitas pelo grupo familiar de evangelização e discipulado e auxiliado pela comissão de círculo de oração), dos cultos e da preparação do neófito para o batismo nas águas por meio de uma classe especial de discipulado na Escola Dominical.

Neste processo de inclusão na ADB, o novo convertido não é mais visto como um estranho no templo, mas como um membro da *família da fé* e este é um dos fatores que facilita a atuação do novo ator, pois indica que o novo grupo o reconhece e o aceita como membro legítimo. Como vimos no capítulo anterior, segundo Goffman (1985), para que a

cena ocorra com sucesso, o ator precisa ter o reconhecimento dos outros atores e da platéia diante do seu papel, portanto, ele precisa estar inserido em um contexto em que sua posição é confirmada e legitimada através da interação social com outros que comungam dos mesmos ideais, a fim de que ele continue mantendo firme sua “estrutura de plausibilidade” (Cf. BERGER, 1996). Na ADB, esse tipo de confirmação e legitimação pode ser constatado em algumas expressões e práticas que são utilizadas entre os fiéis e que expressam o reconhecimento dos que estão inseridos na igreja e delimitam as fronteiras entre os *atores normais* e os *atores desviantes*.

Uma destas expressões se apresenta na forma como eles saúdam uns aos outros. Quando dois assembleianos se encontram, eles não saúdam um ao outro com as expressões “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, mas um diz “a paz do Senhor” e o outro responde “amém” ou repete “a paz do Senhor”.

Ao se encontrarem e ao se despedirem, os irmãos (crentes homens ou mulheres que fazem parte da mesma fé) cumprimentam-se dando aperto de mãos e abraçando-se (se do mesmo sexo), desejando verbalmente um ao outro "A Paz do Senhor". Este é um costume que vem desde o início da denominação e baseia-se na forma bíblica com que os crentes da Igreja primitiva se cumprimentavam.<sup>14</sup>

Para o assembleiano, estas expressões são mais do que uma simples saudação, são também uma confirmação de que a outra pessoa também faz parte da *família da fé* e, por isso, são utilizadas quando um ator assembleiano sabe que o outro também é membro da ADB ou quando, no primeiro contato, ele percebe que seu interlocutor tem características externas que demonstram seu pertencimento à igreja, pois, segundo Goffman (1985, p. 11): “Se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles”.

Podemos compreender a saudação assembleiana à luz do modelo da dádiva, desenvolvido por Macel Mauss (2003). De acordo com este autor, a dádiva produz e reproduz alianças entre indivíduos e grupos, pois o ato de dar – receber – retribuir (a perspectiva de Mauss é mais ampla do que apenas a troca de objetos) fortalece o elo social que existe entre os indivíduos que participam da relação e confirma a legitimidade dos participantes. Segundo

---

<sup>14</sup>Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Interlagos – Ministério Belém. **Saudação**, disponível em <http://www.adimb.com/assembleia/costume/saudacao.php#goPagIni>, publicado em 17-08-2004. Acessado em 22-06-2010

Oliveira (2004, p. 3) “as trocas, ou as obrigações de dar, receber e retribuir examinadas por Mauss, simbolizavam não apenas a afirmação dos direitos das partes, mas o reconhecimento mútuo da dignidade dos parceiros, cujo mérito ou valor para participar da relação seria formalmente aceito”.

Sendo assim, Oliveira (*Ibidem*) destaca que há uma relação entre a dádiva e o reconhecimento. Uma vez que, segundo Mauss, o “hau” (espírito daquele que dá) está presente no elemento que um indivíduo dá ao outro, então nas trocas entre pessoas e grupos há mais do que uma simples permutação de objetos (ou ações) inanimados, há, sobretudo, uma mescla de almas e, portanto, uma vez que a troca é um compartilhamento do espírito, aquele que dá o presente não confiará seu espírito a qualquer pessoa. É nesta perspectiva que Oliveira compreende a dádiva como uma forma de reconhecimento da identidade e da dignidade do outro e, conseqüentemente, sua negação seria a demonstração do não reconhecimento de que alguém é digno de participar como igual na interação social, pois tal pessoa seria considerada indigna de receber e compartilhar o espírito do doador.

Tendo isto em mente, percebemos a distinção feita entre os membros da ADB através de sua “saudação”. Por exemplo, se em um ambiente houver convertidos e não convertidos, normalmente os membros da ADB saúdam estes apenas com “bom dia” (boa tarde ou boa noite), enquanto que aos outros, eles dizem “a paz do Senhor”. Esta saudação delimita as fronteiras entre os que são e os que não são participantes da *família da fé*, reconhecendo a identidade e a dignidade dos membros convertidos. Todavia, diferente da constatação de Mauss, o que faz com que um assembleiano saúde o outro com “a paz do Senhor” não é o compartilhamento de seu próprio “hau”, mas é o compartilhamento do mesmo Espírito Santo (que seria o elo de ligação entre os dois assembleianos), ou seja, o reconhecimento de que, pelo fato de o parceiro também ser convertido, ele também tem dentro de si o Espírito Santo e, por isso, deve ser reconhecido como membro legítimo da *família da fé*.

Resumindo, se, por um lado, a saudação assembleiana é uma demonstração de reconhecimento da dignidade do parceiro, por outro, a sua não utilização em relação a outros está associada ao não reconhecimento do pertencimento comum. Posteriormente, veremos como essa saudação é usada para reconhecer e para deslegitimar posições no palco da ADB e algumas reações que isso suscita.

Outro aspecto das práticas assembleianas que contribui para o reconhecimento do convertido na ADB é o uso do termo “irmão” ou “irmã”, que geralmente é usado entre os fiéis para se referir um ao outro. O uso deste termo pressupõe a crença da ADB de que, por

natureza, o ser humano é apenas criatura de Deus e só quando responde positivamente ao *apelo* é que ele se torna filho legítimo do criador e faz parte da *família da fé*, podendo ser chamado de “irmão”.

Além disso, chamar o outro de “irmão” também funciona como uma forma de nivelamento das desigualdades sociais, enfatizando-se a igualdade no tratamento de uns para com os outros. O pastor assembleiano Mauricio Capellari, por exemplo, diz que os cargos que as pessoas desempenham no mundo são esquecidos dentro da igreja e por isso, “*Ser chamado de ‘irmão’ é a maior honra que [tais pessoas] poderiam receber*”.<sup>15</sup> Passar a chamar alguém de “irmão” é muito mais do que uma mudança apenas de termo, indica o reconhecimento da mudança de identidade do outro ator. Para o assembleiano, “irmão” é aquele que tem comunhão com Deus e com a igreja, participa dos rituais sagrados, “saiu do mundo” e agora vive para Deus. Sendo assim:

[...] o tratamento de *irmão, varão*: tais recepções contribuem para ampliar os laços de amizades e fortalecimento do grupo. Não quero afirmar com isso que a categoria irmão e os respectivos sinônimos sejam os únicos elementos de afirmação dos grupos no que tange à “solidariedade”. Mas eles ocupam um papel de extrema relevância para um recém-convertido ao grupo. Este idioma permite ao neófito demarcar seu espaço e, ao mesmo tempo, compreender que o relacionamento na igreja deve ser uma “extensão” do seu lar, considerando que após a conversão e o batismo nas águas, os seus companheiros de religião fazem parte de sua mais importante família, “a de Deus”. (NUNES: 2005, p. 23-24)

Chamar alguém de “irmão” ou “irmã” na ADB é, portanto, uma forma de reconhecer aqueles que fazem parte da Igreja, demonstrando assim, a distinção entre “nós” e “eles”, entre os que estão dentro e os que estão fora da *família da fé*. Ainda citando Nunes (*Ibidem*, p. 23) “Uma categoria como ‘irmãos na fé’ permite ao fiel uma mudança de comportamento em relação ao período anterior à conversão, pois será orientado no sentido de que a família da igreja deverá ter um lugar privilegiado em suas relações sociais.”

Se, por um lado, chamar alguém de “irmão” é uma forma de reconhecimento da identidade e da dignidade do convertido, por outro, esta expressão vem acompanhada de uma expectativa de ações, pois espera-se que aquele que faz parte da família da fé (o irmão) demonstre a legitimidade de seu parentesco através das palavras, das ações, das vestes, *etc.* Em outras palavras, as práticas daqueles que são chamados de *irmãos* devem demonstrar que eles, realmente, são dignos deste termo. E se não for assim, tais pessoas poderão ser punidas, como veremos posteriormente.

---

<sup>15</sup> CAPELLARI, Maurício. Ser chamado de irmão é a maior honra, **Mensageiro da paz**, Rio de Janeiro, p. 6, Jan. 2010.

Além dos aspectos supramencionados, a ADB também pratica o ritual do batismo, que simboliza, para o fiel, a oficialização pública de seu pertencimento à comunidade de fé e contribui para o fortalecimento dos laços sociais entre o fiel e a igreja. Como já foi dito acima, após a conversão, o novo convertido assembleiano passa por um processo de doutrinação, no qual ele aprende os pontos básicos da fé assembleiana. Esta preparação doutrinária acontece, principalmente, na escola dominical, que é onde o fiel participa de uma classe específica de discipulado, na qual ele se prepara para o batismo. É assim que o Conselho de doutrina das Assembléias de Deus (2004, p. 25) define este ritual:

O batismo em águas (do grego *baptzō*, “mergulhar”, “submergir”) é uma das duas ordenanças que Cristo deixou à Igreja (Mt 28.19). Através do batismo, o novo convertido, que já faz parte do Corpo de Cristo pelo novo nascimento, dá o seu testemunho público do que lhe aconteceu. Trata-se, portanto, de uma confissão pública de fé em Cristo, por intermédio de atos e palavras, onde o batizando mostra ter aceitado plenamente as verdades da Bíblia Sagrada.

De acordo com esta definição, percebe-se que o ritual do batismo além de fortalecer a convicção da pessoa que se batiza, pois segundo a ADB é uma das “*ordenanças que Cristo deixou à Igreja*”, ele também fortalece os laços sociais do novo convertido com seu novo grupo. Para o assembleiano, “No ato do batismo em águas, o convertido mostra ter morrido para o mundo e renascido para Cristo, para viver agora em “*novidade de vida*” (*Ibidem*, p. 25), portanto, embora o que demonstra a passagem do indivíduo da vida profana para a sagrada seja a conversão, quando o novo convertido se submete ao ritual do batismo, ele está confirmando sua decisão inicial de fazer parte da ADB e ratificando sua conversão através do testemunho simbólico de sua experiência de fé diante dos outros membros da comunidade religiosa. Segundo Silva (2003, p. 42) “A conversão é a prova íntima do novo nascimento e que se manifesta no arrependimento e reconhecimento de sua situação pessoal e que deve levar a uma nova vida. Para a igreja, depois do arrependimento, a prova mais evidente e visível é o batismo em águas”.

Antes de ser batizado, o assembleiano faz sua “*profissão de fé*”, assumindo, diante dos outros membros, o compromisso de se submeter a Deus e às regras da igreja. Com esta atitude, aquele que começou sendo um visitante (uma platéia diante dos atores) e que depois tornou-se um crente assembleiano (podendo ser chamado de “irmão” e receber a saudação assembleiana), agora, após o batismo, vê abrirem diante de si todas as portas do cenário da ADB para que ele possa atuar como ator sem restrições: ele pode participar da Santa Ceia, das



Assembléias Gerais, votar e ser votado, ocupar cargos na igreja e ter acesso aos relatórios financeiros (*Cf.* Estatuto ADB, Art. 19).

## 2.2. TEOLOGIA DA ADB E A FORMAÇÃO DO ATOR ASSEMBLEIANO

O pentecostalismo com suas bases na experiência pessoal e no poder do Espírito Santo, dá a oportunidade aos pobres e excluídos de experimentarem uma vivência mais próxima do sagrado, de certa forma dando às pessoas a chance de alívio e trazendo uma perspectiva de um sentimento de alívio da pobreza e uma possibilidade de evoluir, assim como uma esperança de uma realidade nova, dando às pessoas uma nova motivação para serem felizes. (SILVA: 2003, p. 60)

Em uma peça teatral, os bons atores interiorizam de tal forma a personagem, que suscitam profundas emoções na platéia. Eles vivem o papel, sentindo a alegria, tristeza, dor e satisfação que lhe são referentes e fazendo com que a platéia, mesmo sabendo que a cena não é verdadeira, seja impactada pela profundidade do sentimento presente nos atores. Como Stanislavski (1999, p. 42) escreve: “a melhor coisa que pode acontecer é o ator se deixar levar pela peça inteiramente”.

Contudo, para que o ator consiga sentir profundamente o papel que representa é necessário um alto grau de dedicação, disciplina e concentração e neste exercício de encenação, ele precisa colocar-se no lugar da personagem interpretada, compreendendo sua vida, seus sentimentos e o que a levou a ser o que é. É dessa forma que o ator vive o que a personagem vive, sente o que ela sente e, conseqüentemente, age como ela agiria.

Esta atividade do ator profissional ilustra um aspecto interessante da realidade dramática na vida cotidiana, que é o fato de que (no que se refere aos atores sinceros) a atuação resulta das experiências anteriores do ator. Nesta perspectiva, uma vez que o ator sincero acredita no papel que representa, o exame de suas ações deve ser precedido pela análise da construção de seu papel. É isto que nos propomos a fazer na presente seção, examinando alguns aspectos dos papéis interpretados pelo ator assembleiano.

Como foi dito no capítulo anterior, não estamos inferindo neste trabalho que os atores que atuam na ADB sejam cínicos ou que haja algum tipo de tonalização ou maquinação em suas encenações, pelo contrário, partindo do pressuposto de que sua atuação é sincera, nesta seção trataremos sobre a preparação doutrinária de tais atores. Ou seja, uma vez que, como foi dito acima, as ações do indivíduo estão intimamente ligadas ao que ele é (ou ao que ele pensa que é), examinaremos a concepção que o assembleiano tem sobre si, as bases doutrinárias sobre as quais esta concepção está firmada e as implicações da doutrina para a vida e o contexto assembleiano. Nesta perspectiva, começaremos tratando sobre como a interiorização

das doutrinas soteriológica e escatológica da ADB contribuem para a formação da identidade do ator assembleiano

A escatologia cristã tem sido, atualmente, uma das disciplinas da teologia sistemática cujos pontos adióforos mais têm sido debatidos. Segundo Erickson (2010), no século XX os teólogos cristãos conservadores chegaram a um consenso nos tópicos principais, mas, dentro do esquema geral tem havido muitas variações e debates, sendo o mais famoso a polêmica em torno do milênio. Segundo os pré-milenistas, após a segunda vinda de Cristo haverá um período de mil anos, no qual ele reinará com seu povo aqui na terra; os pós milenistas, porém, acreditam que a segunda vinda de Cristo ocorrerá após o milênio e os amilenistas negam a doutrina de um milênio literal (GRUDEM: 1999).

Esta discussão é importante para a presente seção porque a corrente escatológica que um segmento religioso adota influencia a maneira como o fiel vive sua experiência de fé e como ele lida com o mundo que o cerca. Rodrigues (2003), por exemplo, mostra como a doutrina pós-milenista adotada pela IURD é um dos fundamentos doutrinários da Teologia da Prosperidade. De acordo com este autor, a IURD crê que já está vivendo o milênio (que é um tempo de prosperidade e de bênçãos para o povo de Deus) e por isso, em seu discurso a prosperidade é tida como um direito do crente, que vivendo no tempo do milênio, tem o direito de desfrutar do melhor que o mundo pode oferecer. Em contrapartida, a ADB defende a escatologia pré-milenista, que está expressa em sua confissão de fé da seguinte maneira:

Cremos [...] Na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. Primeira – invisível ao mundo, para arrebatá-la a sua Igreja fiel da terra, antes da grande tribulação; segunda – visível e corporal, com sua igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos (1 Ts 4. 16, 17; 1 Co 15. 51-54; Ap 20.4; Zc 14. 5 e Jd 14) (CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, 2004, p. 33)

Esta citação mostra três características importantes da escatologia assembleiana. Primeiro, como já foi dito, ela é pré-milenista, ou seja, acredita que o milênio (um tempo de paz, amor e prosperidade) acontecerá após a “terceira” vinda de Cristo. Segundo, é uma escatologia dispensacionalista, pois, diferente do pré-milenismo histórico, que defendia apenas uma volta de Cristo e, em seguida, o início do reino milenar, a ADB acredita que após sua segunda vinda, haverá um período chamado de “a grande tribulação”, que será um tempo de sofrimento e perseguição aos que ficarem aqui na terra e quiserem ser cristãos (BERKOF, 2007). Por fim, mostra que é uma escatologia pré-tribulacionista, pois, defende que a grande tribulação acontecerá após a vinda invisível de Cristo e que nessa fase a Igreja cristã não estará mais na terra.

O impacto da escatologia pré-milenista sobre as práticas do ator assembleiano são mais perceptíveis quando analisamos esta corrente escatológica em conjunto com a corrente soteriológica defendida pela ADB. Por isso, nas próximas linhas trataremos sobre alguns aspectos da soteriologia assembleiana e, em seguida, uniremos estes dois pontos doutrinários, focando seus impactos sobre os membros da igreja.

As igrejas protestantes tradicionais, sendo influenciadas pela teologia calvinista, concebem a salvação como um ato exclusivo e soberano de Deus e, por isso, “uma vez que seus decretos são imutáveis, a graça seria tão impossível de ser perdida para aqueles a quem concedeu, como impossível de ser obtida para aqueles a quem a negou” (WEBER: 2001, p. 87). A teologia da ADB, porém, defende em sua confissão de fé uma soteriologia mais voltada para o arminianismo, que, segundo Anglada (1996), é a crença de que a salvação depende da concordância entre a vontade de Deus e a vontade do homem. É nessa perspectiva que o Assembleiano Antonio Gilberto define os papéis de Deus e do homem no ato da salvação:

A salvação é uma obra inteiramente independente de nossas obras, esforços e méritos. Contudo, o homem tem certas condições a cumprir. Essas condições são a fé, o arrependimento e a confissão [...] Suponhamos que alguém te ofereça um grande e rico presente, porém suas mãos estão ocupadas com uma porção de objetos inúteis e sem valor, e não queres largar essas coisas para receber esse presente, recusando-o assim. O mesmo acontece em relação a Deus e sua salvação. Mas suponhamos que tu largues tudo e aceites o presente. Nada mereces pelo fato de estenderdes a mão para receber o presente, mas, ao fazer assim, satisfazes a condição para receber essa dádiva. O mesmo se dá em relação à salvação.<sup>16</sup>

De acordo com esta definição a obra da salvação é fruto de uma parceria entre Deus e o ser humano, pois, para a ADB, a salvação de uma pessoa depende de sua aceitação do *sacrifício de Jesus* e, conseqüentemente, a permanência desta bênção depende de sua perseverança no caminho que em um determinado momento se dispôs a seguir.

O pastor assembleiano Silas Daniel expressa essa idéia da seguinte forma: “Para aqueles que estão em Cristo está destinada desde a fundação do mundo a salvação; a quem não estiver nele, a perdição. Enquanto você estiver Nele, seu destino é o céu. Enquanto não estiver Nele, o inferno. O critério é estar Nele”.<sup>17</sup> Seguindo a lógica deste raciocínio, a ADB afirma que a pessoa salva (que *está em Cristo*) poderá perder sua salvação (se não *estiver em Cristo*) a qualquer momento, se não houver uma constante vigilância em sua forma de viver e

<sup>16</sup> GILBERTO, Antonio. Doutrina da Salvação (2ª parte), **Mensagem da paz**, Rio de Janeiro, p. 27, Fev. 2006

<sup>17</sup> DANIEL, Silas. À luz da Bíblia, a eleição é condicional e a expiação é universal qualificada, **Mensagem da paz**, Rio de Janeiro, p. 25, Maio de 2008

uma separação constante do mundanismo. Portanto, aquele que está salvo deve permanecer fiel até o fim para que no “último dia” esteja preparado. Em outras palavras, o assembleiano não pode afirmar que “é salvo”, mas deve limitar-se a dizer que “está salvo”, pois, para ele, a salvação é incerta e temporária.

Diante dos aspectos demonstrados acima das doutrinas soteriológicas e escatológicas da ADB, pode-se inferir que os convertidos desta igreja têm suas identidades formadas através da mistura do medo e da incerteza que resultam da crença nessas doutrinas. Se por um lado, o assembleiano tem a esperança de que seu mestre amado e objeto de sua adoração, Jesus Cristo, volte para lhe buscar, como crê sua escatologia, por outro, estão presentes no ator assembleiano o medo e a incerteza de que no dia desta volta, ele seja tomado de surpresa e, portanto, seja um dia em que ele tenha perdido a salvação. Esta mistura de incerteza e medo na ADB pode ser constatada na seguinte citação que faz parte de um comentário sobre as catástrofes naturais que estão acontecendo no mundo:

Esse “princípio das dores”, de que fala Jesus, trata-se das “dores de parto” do reino messiânico que se aproxima. Por isso, à medida que acontecer o aumento dos sinais preditos por Jesus, os crentes em Cristo não se atemorizam, pois sabem que “a redenção está próxima”. Aos que estão despercebidos, tais acontecimentos são motivo de despertar, de despertarem para buscar a Deus. Porém aos que estão firmes na vontade do Senhor, são tristes acontecimentos, sim, mas são também sinais de que a vitória completa se aproxima. Maranata! Ora vem, Senhor Jesus!<sup>18</sup>

Esta citação é direcionada a dois tipos de pessoas, os “despercebidos” e os “crentes em Cristo”. Para estes, é uma mensagem de esperança; para aqueles, é uma mensagem de alerta. Mas, como foi dito acima, para a ADB, estar *crente em Cristo* é uma experiência temporária e que é eterna enquanto dura a perseverança do fiel. Por isso, na constante expectativa da volta de Cristo, que para o assembleiano, acontecerá de forma invisível e inesperada, esta esperança tem um efeito dúbio sobre o convertido. Se por um lado, desperta felicidade, pelo fato de ser o início de uma nova era, marcada pelo amor, paz, prosperidade e, sobretudo, comunhão com Deus, por outro, desperta um questionamento muito temeroso: “quem estará nesta nova era?” A resposta do assembleiano é categórica: *aquele que permanecer até o fim*.

Portanto, o medo do “fim dos tempos” e da condenação, assim como o medo da volta inesperada de Jesus é o que leva alguns assembleianos a buscarem no refúgio da religião a “certeza” da salvação, como demonstra a experiência de conversão do pastor George Oliver Wood, que é líder das Assembléias de Deus no EUA: “Ele tinha 10 anos de idade quando

---

<sup>18</sup> CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS. Tragédia na Ásia indica fim dos tempos: Jesus falou de grandes terremotos antecedendo sua vinda, **Mensageiro da paz**, Rio de Janeiro, p. 3, Jun. 2008

afirmou para sua mãe que queria ser pastor. A decisão foi tomada depois de um sonho terrível que teve. Sonhou que Jesus havia voltado e que ele teria sido deixado para trás por não ter sido fiel”.<sup>19</sup>

O discurso do medo de ser deixado para trás e de ficar na *grande tribulação* pertence à *região de fundo*, pois, na *região de fachada* o discurso que impera é o da esperança e da convicção na salvação, sendo este expresso nos cultos públicos e na evangelização. Contudo, esta discrepância não é resultado de um discurso cínico deliberado, mas está diretamente ligada à concepção sotoriológica sinérgica<sup>20</sup> defendida pela ADB, pois uma vez que para o assembleiano a salvação é vista como um acordo, no qual Deus cumpriu sua parte e o fiel deve cumprir a sua diariamente, quando ele está diante de outras pessoas e envolvido em atividades diretamente ligadas ao sagrado sua certeza da salvação atinge um grau elevadíssimo, mas quando ele sai da *região de fachada* e vai para a *região de fundo*, em alguns momentos sua convicção é mais suscetível de ser abalada. Desta forma, a solução para extirpar a incerteza é tentar fazer com que a *região de fachada* seja uma experiência permanente.

O problema da certeza da salvação para o ator assembleiano é semelhante ao problema detectado por Weber (2001) nos puritanos do século XVI. Segundo este autor, a Reforma protestante surgiu em um contexto em que a salvação era uma das maiores (senão a maior) preocupações das pessoas, portanto, uma vez que o protestantismo tinha desencantado toda forma sacramental que possibilitava a salvação e sua certeza, surgia o problema para os protestantes sobre como ter certeza da salvação.

De acordo com Weber, a resposta dada pelo puritano a esta pergunta era que o eleito deveria “conquistar na luta do dia-a-dia a certeza subjetiva da própria eleição e justificação” (*Ibidem*, p. 102-103) e, nesta perspectiva, o trabalho profissional sem descanso seria o meio mais saliente para obter a confiança da salvação, uma vez que assim o ser humano estaria cumprindo a vocação dada por Deus. A razão disso, segundo Weber, está na seguinte concepção: “se perguntarmos: em quais frutos o reformado {calvinista} é capaz de reconhecer sem sombra de dúvida a justa fé, a resposta será: numa condução da vida pelo cristão que sirva para aumento da glória de Deus” (*Ibidem*, 104).

A ADB, em contrapartida, discorda da teoria vocacional puritana e, conseqüentemente, de suas implicações para o ascetismo intramundano. Contudo, uma vez

<sup>19</sup> CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS. Pastor George Oliver Wood: Líder das ADs nos Estados Unidos analisa pentecostalismo no mundo, **Mensageiro da paz**, Rio de Janeiro, p. 11, Jun. 2008

<sup>20</sup> Concepção de que a salvação é resultado de uma parceria entre Deus e o ser humano, diferente da concepção monérgica, que entende a salvação como uma obra exclusiva de Deus no ser humano.

que ela rejeita a regeneração sacramental católica e também discorda da teoria puritana monergística da salvação, ela coloca sobre os ombros do fiel a responsabilidade de permanecer ou não na salvação e, esta permanência se dá através do ascetismo (quase extramundano). Ou seja, para a ADB, aquele que deseja “aumentar a glória de Deus” não deve, necessariamente, trabalhar (como Weber constata no caso dos puritanos), mas, deve antes de tudo, separar-se do mundanismo e dedicar-se cada vez mais às atividades que estão diretamente ligadas ao sagrado. De acordo com Silva (2003, p.39), o assembleiano:

[...] deve resistir às tentações e ser radical na rejeição ao mundanismo e obedecer aos mandamentos divinos. Deve ser virtuoso, ter autodeterminação e possuir rigidez monástica para não sucumbir ao mundanismo e ser arrastado pelo caminho largo dos prazeres da carne e da paixão do mundo. Sendo o mundo tentador como é, viver nele é negar seus prazeres, exigindo do fiel grande força e resistência moral. (SILVA, 2003, p.39)

Em resumo, inferimos que o medo de perder a salvação (indo para o inferno ou passando pela grande tribulação) e o desejo de mantê-la, leva o crente assembleiano a uma corrida progressiva para o aumento de sua *santificação*, que, na concepção da ADB, significa a separação do mundanismo. Ele vive no mundo, mas não deve desfrutar dos “prazeres do mundo” e, por isso, deve viver um ascetismo intramundano constante.

Esta característica da ADB é o que a faz ser conhecida no meio evangélico caruaruense como uma igreja de padrões doutrinários rígidos e de ênfase exacerbada na doutrina dos usos e costumes, diferenciando-a de outras igrejas evangélicas da cidade. E para que os fiéis da ADB não sejam “contaminados” pelo mundanismo, esta igreja cria para eles um “mundo” dentro do mundo, ou seja:

[...] separa os seus membros do mundo com a condição de criar para eles um mundo separado, não só do ponto de vista ético (não beber, não fumar, não jogar bola, não ir ao cinema, não assistir TV *etc.*), como do ponto de vista de uma rotina de vida. [...] Para não serem contaminados e corrompidos pelas coisas, paixões e Interesse do mundo, os líderes pentecostais procuravam imprimir na conduta dos fiéis desde a conversão, os ensinamentos da Bíblia que eram na base e a norma de comportamento de todo verdadeiro cristão e que deviam estimular a obediência plena, e com isso, os usos e costumes para esta igreja tomaram-se numa forma de santidade. [...] E isto está tão impregnado na igreja Assembléia de Deus que, se alguém membro da igreja por um motivo ou outro usar brinco ou outros tipos de jóias e adereços certamente será questionado em relação a sua vida espiritual diante de Deus, e se realmente ele é crente. Exemplo: certo dia, minha esposa, usando um colar, foi à igreja. Uma criança de seis anos perguntou-lhe, se ela não era mais crente, porque estava usando jóia. (SILVA, 2003, p. 36-37)

Para a ADB, apenas levantar a mão na hora do apelo não é suficiente para que alguém prove que é salvo eternamente. O convertido deve demonstrar sua conversão através de mudanças exteriores e comportamentais diárias. Ele deve demonstrar que *nasceu de novo*, vestindo o figurino, verbalizando o *script* e encenando seu papel diante dos outros assembleianos e, nesta atuação, um aspecto importante que demonstra exteriormente sua conversão consiste na submissão do assembleiano aos usos e costumes da igreja.

A citação acima revela a proeminência dos usos e costumes no discurso da ADB e como aqueles que são doutrinados nesta igreja são instados a reproduzi-lo em seu viver diário. Definindo quais são os usos e costumes condenados pela ADB, Silva (*Ibidem*, p. 22) escreve:

Para a igreja Assembléia de Deus a Doutrina dos usos e costumes e os ensinamentos pregados pelos pastores mais antigos como padrão de conduta são: “não usar jóias, batom, calça comprida e cortar o cabelo para as mulheres; não ir ao cinema, não ir à praia e piscina de biquíni e, ou sunga, não ouvir música não-evangélica, não cantar música gospel de ritmos como samba, rock, balada, na igreja ou fora dela, *etc.*, não cantar estas músicas por considerá-las não sacras; não ir ao estádio e não jogar futebol”.

Como pode ser constatado nesta citação, alguns dos costumes pregados pela ADB são contrários a determinados aspectos da cultura brasileira. Um exemplo simples é o fato curioso de que em um país reconhecido mundialmente como o “País do futebol” um seguimento religioso condene a prática deste esporte e proíba que seus fiéis tenham qualquer contato com ele. Esta discrepância faz com que alguns assembleianos exerçam, na região de fundo, algumas destas práticas proibidas, mas na região de fachada encenem o papel de forma coerente com a expectativa da igreja, como declara uma entrevistada:

*[...] na igreja o pessoal é de um jeito, quando estão lá fora, fazem o que as pessoas de outras igrejas fazem. Eu vejo as meninas que sabem que não pode usar calça. Aí, na igreja é aquele comportamento bem... aí, quando tá, por exemplo, na escola, no curso, aí dá a desculpa, “eu tô de calça porque tenho que usar calça, tenho que usar brinco”, assim, dá aquela desculpa, na academia tem que usar calça... (Anexo 3, Entrevista 1, Questão 19). (Sic)*

Outro “desviado”, contando sua experiência enquanto estava na ADB, confessou o seguinte:

*[...] o estilo de cabelo não podia, blusa sem manga não podia, estar de short não podia, essas coisas assim. Não permitem jogar bola, mas as minhas amigas marcavam no tempo extra da gente pra jogar bola escondido do presbítero [...] só nesse fato a gente não obedeceu. Eu gosto muito da*



*Assembléia de Deus, mas só que, essa questão de jogar bola, até os diáconos mesmo, os obreiros, tem obreiro que marca o rachinha com a gente e agente joga. (Anexo 3, Entrevistado 2, Questão 3 ) (Sic)*

Dizer que algum membro da ADB transgredir os mandamentos da igreja na região de fundo é facilmente aceitável, mas quando esse entrevistado mencionou o fato de até pessoas da própria liderança também fazerem isso, pareceu, a princípio, um comentário acusativo e tendencioso, até que outro “desviado” que antes exercia liderança na ADB confirmou esta informação, dizendo:

*Eu não usava short, só calça, não saía sem camisa ou de camiseta, nem na calçada de casa; pra jogar um lixo a pessoa coloca pelo menos uma camisa, né? Eu vivia a doutrina da igreja totalmente. Eu não podia jogar bola, se o presbítero souber é a maior vergonha que o camarada passa na frente do púlpito, ele descasca tudo lá em cima. Aqui se eu saísse de short até a esquina os irmãos diziam que tava desviado [...] a minha fé era muito abalizada, eu sabia como era a doutrina. Apesar de que muitos que tão aí jogam um bolinha escondido, eu batia uma bolinha também com os irmãos. Se juntava num dizia a ninguém e ia embora, alugava uma quadra, jogava uma bolinha escondido e depois ia s'embora pra casa (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 3) (Sic)*

Observando estas entrevistas, percebe-se que este é um dos mecanismos que alguns assembleianos encontram para fazer, na *região de fundo*, aquilo que a ADB proíbe sem deixar de participar da igreja, onde representam seu papel na *região de fachada*. Todavia, é importante destacar que esta atuação cínica de alguns atores assembleianos não resulta de uma desobediência deliberada ao que ele acha que é *mandamento de Deus*. Os assembleianos que agem assim, normalmente, fazem distinção entre *mandamentos de Deus* (cuja transgressão seria *pecado*) e *costumes da igreja* (cuja transgressão não seria *pecado*), portanto eles não vêem nenhum problema na desobediência a estes últimos, embora se forem descobertos pela igreja, serão punidos, como veremos no próximo capítulo.

De acordo com Goffman (1985), um dos fatores que pode destruir a representação é a intromissão inoportuna, que é quando alguém que não conhece os segredos dos bastidores surpreende os atores quando eles não estão representando seus papéis, portanto, quando desobedecem aos costumes da igreja, uma das preocupações dos assembleianos é (ou deve ser) que somente os que conhecem os segredos dos bastidores tenham acesso às atividades descontraídas efetuadas na região de fundo.

Diante deste quadro, uma séria acusação contra a doutrina dos usos e costumes é feita por Gondim (1998:11):

Esse julgo pesado, quando não aliena, gera também outra excrescência: a hipocrisia. Existem muitos que se acomodam ao sistema religioso e mostram-se coerentes com as exigências do pastor somente quando estão na igreja. Longe da fiscalização religiosa, porém, vivem noutra realidade. Esse largo contingente de evangélicos conseguiu desenvolver uma duplicidade comportamental. Na esfera privada, brincam e riem, vestem-se de acordo com as últimas novidades da moda. Mas, quando vão à igreja, passam por uma metamorfose impressionante [...] vivem uma espécie de hipocrisia involuntária, que os agride.

A despeito da atuação cínica de alguns atores assembleianos nos casos supramencionados, inferimos das leituras e entrevistas realizadas que diante daquilo que os assembleianos entendem como pecado (seja *mandamento de Deus* ou *usos e costumes da igreja*), seu desejo sincero é a separação total. Para ele, “Qualquer contágio pode ser perigoso, por isso, ficar diante de um aparelho de televisão, usar roupas curtas, falar sobre determinados assuntos como futebol, mulher, etc., pode significar uma aproximação com o mundo do Demônio. Dessa maneira evitam-se tais situações”. (NUNES: 2005, p. 15).

No desejo de uma vida ascética, o assembleiano luta constantemente contra os “desejos carnavais” que estavam fortemente presentes em sua vida anterior à conversão. Nesta luta, ele deve reprimir os desejos dissonantes com sua nova posição e que podem destruir sua vida espiritual e ameaçar sua fachada.

Esta experiência do crente assembleiano é muito semelhante ao que Goffman (1985) chama de *arte de manipular a impressão*. Para ele, na região de fachada o ator deve sempre estar atento para os atos que podem ameaçar o espetáculo e, por isso, deve disciplinar-se de tal forma que estes atos estejam restritos apenas à região de fundo.

Aplicando esta percepção goffmaniana ao ator assembleiano, podemos dizer que no palco da vida cristã, este deve ser bastante disciplinado para que não cometa *gestos involuntários* que comprometam sua atuação. Nas palavras de Goffman (*Ibidem*, p. 199):

O ator disciplinado é também alguém dotado de autocontrole. Consegue suprimir sua resposta emocional a seus problemas pessoais, aos companheiros quando cometem erros e à platéia, quando instiga sentimentos adversos ou hostilidade para com ele [...] é capaz de suprimir seus sentimentos espontâneos, a fim de dar a impressão de não abandonar a linha emocional

Contudo, a experiência de disciplina dramatúrgica do assembleiano é diferenciada da disciplina detectada por Goffman em, pelo menos, dois aspectos: primeiro, como já foi dito, o assembleiano tenta fazer da região de fachada uma experiência permanente uma vez que sua representação primária acontece diante do panoptismo divino, que exige dele não apenas

momentos de disciplina, mas uma vida disciplinada e segundo, a disciplina e a luta diária do assembleiano não são apenas contra ele mesmo (como a citada por Goffman), mas envolve uma realidade supra-material que destaca a figura do diabo como aquele que está constantemente lutando para destruir as obras de Deus e que “está em nosso derredor, rugindo como leão, procurando a quem possa tragar”.<sup>21</sup>

O discurso dos pregadores pentecostais, mais do que o de outro segmento religioso, é fortemente carregado de sentido ideológico, na medida em que sabem identificar os problemas e as angústias das pessoas mas propõem, sistematicamente, uma explicação transcendental para sua origem, em especial uma demonização dos problemas sociais. [...] Resulta disso que, para eles, as “verdadeiras causas” da doença, miséria, pobreza, desemprego, mortalidade infantil, desacertos amorosos, angústia, *etc.* são buscadas na ação de satanás (ORO, 1996, p. 52-53)

Para os assembleianos, embora os resultados da santificação sejam visíveis no campo da moralização, a luta contra o mundanismo é, sobretudo, espiritual, pois eles “consideram que por trás de uma aparente busca de distração e prazer, de ‘amigos’, que empurram para o mau caminho, e também de toda sociedade sem fé estaria o verdadeiro responsável pelo alcoolismo, como por todo o mal do mundo – o demônio” (MARIZ, 1994, p. 218).

Para a ADB, o crente assembleiano não é passivo no mundo espiritual. Ele tem condições de repreender o poder do demônio e mover a mão do divino em seu favor, acelerando assim o processo de santificação e os meios para esta finalidade são a oração, o jejum, a leitura bíblica, a freqüência aos cultos, o ascetismo e o batismo com o Espírito Santo. Este último, inclusive, é um dos pilares da teologia da ADB, tendo sido o ponto fulcral da exclusão dos primeiros assembleianos da igreja Batista, no ano de 1911 e do surgimento da ADB no Brasil. Para Rolim (1987), o batismo no Espírito Santo é o *centro do pentecostalismo* e é uma experiência que todo crente pentecostal deseja ter, sendo incentivado a buscá-la pelos que já foram batizados. Segundo Silva (2003, p. 41):

Um fato fundamental da partilha do fiel com Deus é a questão do batismo com o Espírito Santo, que é a maior expressão de comunhão e integração na intimidade com o sagrado no contexto das igrejas pentecostais. É no batismo com o Espírito Santo e no falar em línguas estranhas (glossolalia) que o símbolo da comunhão com o sobrenatural se manifesta e é a presença real de Deus na vida do crente que vem para fortalecer no seu dia-a-dia. [...] O fiel se apossa do transcendente e o transcendente dele se apossa, e o resultado é o êxtase, o arrebatamento [...] Para Assembléia de Deus o batismo com o Espírito Santo é a expressão mais íntima das relações que o homem deve experimentar na vida espiritual, que fortalecerá o fiel no dia a dia.

<sup>21</sup> PEDRO. Português. In **Bíblia Sagrada**, Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. Barueri, SP, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p. 1207. (I Pedro 5:7)

Para a ADB, “As línguas são a evidência inicial externa do batismo no Espírito Santo”,<sup>22</sup> sendo também o sinal distintivo que demonstra que o assembleiano tem uma comunhão mais profunda com o sagrado. Por essa razão, este ritual místico é bastante valorizado na ADB e aqueles que se convertem são sempre incentivados a o experimentarem através da oração e de uma vida consagrada a Deus. Além disso, ser batizado com o Espírito Santo é um dos requisitos fundamentais para que o assembleiano exerça liderança na igreja (Cf. Estatuto, Art. 11: III).

Para concluir esta seção, trataremos resumidamente sobre a missiologia da ADB. Como foi dito acima, a conversão é concebida pelo assembleiano como uma libertação do pecado e do diabo. Portanto, “quando o indivíduo foi ‘liberto’, fica na obrigação de tentar libertar outros indivíduos e desta forma se sente relativamente responsável pela transformação dos outros e em parte da sociedade” (MARIZ, 1994, p. 211).

Esta “transformação do outro” acontece por meio da evangelização, na qual os assembleianos compartilham com pessoas não evangélicas seu testemunho pessoal e os ensinamentos da Bíblia sobre a salvação, pois uma vez que ele entende que foi agraciado por Deus pela libertação, seu desejo é compartilhar a mesma libertação com familiares, amigos e outras pessoas.

A evangelização, desde o início, foi uma das marcas do cristianismo, que diferente do judaísmo (que era uma religião nacionalista), viu na atividade missionária uma maneira de divulgação da fé e de obediência à ordem do mestre fundador, que disse: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações”.<sup>23</sup>

A ADB interiorizou este imperativo missionário e, desde seu início no Brasil, tem se destacado como uma igreja evangélica e expoente do protestantismo de missão<sup>24</sup>. É assim que a ADB compreende a importância da atividade missionária:

Nossa missão principal é obedecer ao IDE de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo (Mc 16.15), e pregar o Evangelho a toda a criatura. Somos fruto de missões e, conseqüentemente, temos como prioritária as atividades missionárias, espalhando a semente de salvação por todo o mundo.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> GONÇALVES, José. As línguas são a evidência inicial externa do batismo no Espírito Santo, **Mensageiro da paz**, Rio de Janeiro, p. 16, Nov. 2008

<sup>23</sup> MATEUS. Português. In **Bíblia Sagrada**, Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. Barueri, SP, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p. 965. (Mateus 28:19)

<sup>24</sup> Diferente do protestantismo de imigração, que veio ao Brasil apenas com fins comerciais.

<sup>25</sup> <http://www.ieadpe.org.br/portal/faces/ieadpe/quemsomos.jsp>

Portanto, desde que se converte, todo assembleiano é incentivado a ser um missionário, participando de “campanhas evangelizadoras” e de outras atividades da igreja e também em sua própria casa, no trabalho, na escola, ou em qualquer outro lugar. Nestas atividades evangelísticas a mensagem que ele deve pregar é, sobretudo, a transformação realizada em sua vida.

Nesta seção tratamos, resumidamente, sobre algumas concepções teológicas da ADB e sua importância para a formação da identidade do ator assembleiano. Podemos sintetizar as informações supramencionadas assim: percebemos que a escatologia e a soteriologia da ADB contribuem para a incerteza do ator assembleiano em relação à sua salvação futura e que a busca por esta certeza contínua resulta na tentativa de uma vida constantemente separada do mundanismo. Vimos (na angeologia) que o assembleiano acredita que há uma luta constante do diabo para tirar sua salvação e que, por causa disso, sua concepção pneumatológica o leva à busca do batismo com o Espírito Santo como fortalecimento contra esse ser maligno. Por fim, vimos também a concepção missiológica, que compreende todo assembleiano como um missionário portador da mensagem que pode libertar outras pessoas.

Esta exposição dos pontos doutrinários da ADB nos ajuda a compreender algumas características da identidade dos atores assembleianos e também nos mostra aspectos importantes ligados ao *desviado* e ao *desviado retornante*, como veremos a seguir, no decorrer do nosso trabalho.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ATOR DESVIANTE

Pelo menos em fantasia, as pessoas são muito mais desviantes do que parecem. Em vez de perguntar por que desviantes querem fazer coisas erradas, seria melhor que perguntássemos, por que as pessoas convencionais não se deixam levar pelos impulsos desviantes que têm. (BECKER: 2008, p. 37)

Depois de discutir algumas características do ator assembleiano, na próxima seção trataremos sobre o ator desviante. Contudo, antes de analisar a atuação deste ator é importante fazer algumas considerações sobre o aspecto social do “desvio”.

No século IV d. C., o teólogo e filósofo Agostinho se deparou com a grande dificuldade de explicar filosoficamente a origem do mal e, na tentativa de refutar a teologia maniqueísta, que defendia ser o mal um princípio eterno contrário ao bem, ele, baseando-se na filosofia neoplatônica, negou a existência ontológica do mal e o definiu como sendo simplesmente a privação do bem, ou seja, para Agostinho (2003), o mal só existe porque o bem existe, pois somente a privação deste pode dar origem ao surgimento daquele.

De forma similar à concepção agostiniana, podemos também tratar sobre o conceito de desvio, pois, sendo este um conceito negativo, depende da positividade para que sua existência seja real. Se alguém diz que determinada pessoa é “desviada” é necessário que se diga de qual regra ela está se desviando, pois o termo “desvio” em si mesmo nada é, sendo um conceito parasitário que pressupõe a existência de uma ordem a fim de que, através da transgressão desta, o desvio se torne conhecido. Assim sendo, Bauman (1999, p. 15) afirma: “O caos ‘o outro da ordem’, é pura negatividade. É a negação de tudo o que a ordem se empenha em ser”.

Para Miskolci (2005) o desvio não é uma característica natural do ser humano, pelo contrário, tendo sua origem na transgressão da ordem estabelecida, ele nasce de uma relação socialmente construída. Nas palavras de Becker (2008, p. 22):

O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

Nesta perspectiva, em qualquer grupo que existam regras e, conseqüentemente, expectativas de ações entre os atores, certamente existirá também o desvio, que será a transgressão da norma instituída. Ainda que exista um grupo que defenda em suas normas o grau mais intenso de relativismo, até mesmo nesse caso existirá o desvio, pois em uma sociedade relativa qualquer forma de absoluto será rotulado como “desviante”.

Resumindo, o desvio não é uma qualidade natural do ser humano e nem tampouco, uma qualidade que está presente no próprio ato que alguém comete, mas é fruto da interação social, ou seja, é a resposta daqueles que se julgam “normais” àquele que comete um ato considerado “anormal” e “desviante”.

Definir o desvio nesta perspectiva de uma construção sócio-cultural é importante porque a despeito da quantidade de escritos que têm refletido sobre o conceito de desvio social, segundo o antropólogo Gilberto Velho (1974, p.11), “o problema de desviantes [ainda] é, no nível do senso comum, remetido a uma perspectiva de patologia”. Esta definição é fruto da concepção de que o *ator desviante* é alguém que não consegue preencher os requisitos determinados por um grupo social para atestar que ele é realmente “normal”.

Por isso, Elias & Scotson (2000, p. 25), falando sobre os estabelecidos e os outsiders na comunidade de Winston Parva, afirmam: “considerava-se que lhes faltava [aos outsiders] a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo”. Em outra parte os autores comentam sobre os *estabelecidos* o seguinte: “vêm-se como pessoas ‘melhores, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros” (*Ibidem*, p. 20).

Nesta relação entre o ator “normal” e o ator “desviante” (que Elias chama em seu texto de relação entre *estabelecidos* e *outsiders*), as virtudes destes são ocultadas, salientando-se diante dos atores *normais* apenas suas marcas “desviantes”, estigmatizadas. Nas palavras de Goffman (1988: 14):

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto

Todavia, a associação entre desvio e patologia não está presente apenas no senso comum, mas tem raízes históricas no próprio nascimento da sociologia. Augusto Comte, por exemplo, tentou examinar a sociedade com as mesmas técnicas utilizadas pelas ciências naturais e Herbert Spencer, influenciado pelo Darwinismo, tinha uma visão organicista da

sociedade e fazia uma analogia entre o funcionamento desta e o funcionamento do corpo humano, mostrando que assim como o corpo é integrado, tem suas partes interdependentes e qualquer problema em seu funcionamento é tratado como patologia, assim também, a sociedade é interdependente e aquele que rompe com a “ordem social” é tratado como patológico e perigoso. Sobre esta “naturalização do social” no século XIX, Miskolci (2005, p. 116) afirma:

O crime, a prostituição, a vagabundagem, o alcoolismo, as ditas “perversões” sexuais eram apenas algumas das tantas outras formas de classificação que podiam ser unificadas como anormalidades. Por trás do desvio havia fenômenos explicáveis de forma social e histórica, mas que teorias deterministas apoiadas na biologia apontavam como tendo uma origem intrínseca nos desviantes, portanto a fonte explicativa principal do desvio era natural.<sup>26</sup>

Nos Estados Unidos, a escola de Chicago se destacou no estudo do desvio social. Os pensadores desta escola se depararam com a realidade de uma das cidades que mais crescia no mundo na virada do século XIX para o XX, vendo surgir junto com o crescimento econômico e populacional muitos problemas sociais, tais como greves dos operários, aumento da delinqüência, invasão dos bairros étnicos das cidades pelas gangues, problemas habitacionais, *etc.* Neste cenário tumultuado, pensadores como Howard Becker e Erving Goffman desenvolveram suas pesquisas sociológicas com grupos considerados “desviantes” pela sociedade e em suas análises trabalharam o conceito de desvio como uma construção sócio-cultural.

Como já foi dito acima, analisar o desvio nesta perspectiva implica em compreendê-lo não como uma realidade negativa em si mesma, mas, como negação de um “padrão”. Woodward ratifica esta concepção comentando a ideia de “sujeira” descrita por Mary Douglas:

Ela argumenta que a sujeira ofende a ordem, mas que não existe nada que se possa chamar de sujeira absoluta. A sujeira é “matéria fora de lugar”. Não vemos nada de errado com a terra que encontramos no jardim, mas ela “não está no lugar certo” quando a encontramos no tapete da sala. Nossos esforços para retirar a sujeira não são movimentos simplesmente negativos, mas tentativas positivas para organizar o ambiente – para excluir a matéria que esteja fora de lugar e purifica, assim, o ambiente. (WOODWARD, 2000, p. 47)

---

<sup>26</sup> MISKOLCI, Richard. **Do desvio às diferenças**, In: teoria e pesquisa, São Carlo: Programa de Pós graduação em ciências sociais/ Departamento de Ciências Sociais, n. 47, Julho/Dezembro de 2005, p. 9-41. Disponível em <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/43/36> Acessado em 25-01-2010.



Assim como a terra é um problema apenas em relação ao tapete da casa, assim também o “desvio” é desviante apenas em relação às regras do grupo dos “normais” e, conseqüentemente, seu impacto depende da afronta que é feita a este grupo, pois é ele quem cria as regras, afirmando o que é a identidade correta e demarcando as fronteiras que fazem distinção entre o que fica dentro (nós) e o que fica fora (eles). Nas palavras de Silva (2000, p. 83):

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser realizadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.

A despeito da força desta “identidade normal”, é importante destacar que essas regras sociais interiorizadas nos indivíduos, embora (em muitos casos) criem raízes profundas na consciência coletiva da sociedade não estão imunes a mudanças.

Em “*O processo civilizador*”, por exemplo, Elias (1995) expõe alguns costumes que, embora na Idade Média fossem característicos da nobreza e identificassem o indivíduo que os praticava como um modelo de conduta a ser seguido, se fossem praticados diante de pessoas civilizadas do ocidente atual, seriam tratados como nojentos ou mal educados. Isso demonstra a mutabilidade da cultura, que sendo uma criação social, está constantemente sujeita a mudanças e ressignificações. Por causa desta multabilidade cultural pode-se compreender que em alguns casos aquele que é vilão hoje poderá ser o grande herói de amanhã e aquele que foi estigmatizado e rotulado como “desviante” ontem, pode ser o “normal” de hoje, que determina as regras e discrimina outros membros da sociedade como “desviantes” na atualidade.<sup>27</sup>

Embora a distinção entre norma e desvio seja dinâmica nas sociedades, não se pode negar que aqueles que estão na condição de “desviantes” tendem a sofrer o preconceito dos atores “normais” e o controle daqueles que supervisionam o sistema. Como Bauman (1999) propõe na metáfora do “Estado Jardineiro” para se referir a um fenômeno ocorrido na modernidade, assim como o jardineiro tem o dever de cuidar da plantaçãõ, observar qual a sua necessidade para o crescimento saudável e arrancar as ervas daninhas do jardim, assim

---

<sup>27</sup> Este é o caso, por exemplo, da ADB, que em seu surgimento, em 1911 foi tratada como um grupo desviante da igreja Batista, mas que hoje se estabeleceu no Brasil e “condena” seus “desviantes”.

também o estado no período moderno era considerado responsável pelo crescimento da “boa” população e por aniquilar todo aquele que vive em condição desviante.<sup>28</sup> Foi nesta perspectiva que, segundo Bauman, o mito da raça ariana, na Alemanha, resultou na morte de, aproximadamente, seis milhões de judeus. Isso aconteceu porque:

Os cientistas [...] eram guiados unicamente por uma compreensão adequada e incontestada do papel e da missão da ciência – e por um sentimento de dever face à visão da boa sociedade, uma sociedade sadia, ordeira. Em especial eram guiados pela convicção nada idiossincrática e tipicamente moderna de que o caminho para essa sociedade passa pela domesticação final das forças naturais inerentemente caóticas e pela execução sistemática, se necessário impiedosa, de um plano racional cientificamente concebido. Como ficamos sabendo, o povo judeu reconhecidamente rebelde e anarquista era uma das muitas ervas daninhas que habitavam o lote marcado para o cuidadosamente planejado jardim do futuro. Mas havia também outras ervas daninha – portadores de doenças congênitas, os mentalmente inferiores, os fisicamente deformados. (BAUMAN, 1999, p. 37-38)

O holocausto na Alemanha foi, talvez, o maior extremo a que pôde ter chegado uma relação entre grupos “normais” e “desviantes”. Neste episódio, o discurso e a prática eugenistas da nação alemã se excederam de tal maneira que a intolerância dos “normais” em relação aos “desviantes” tornou-se superior a qualquer manifestação de amor e valor pela vida humana.

Assim como o estado moderno, segundo Bauman, está como um jardineiro diante de sua plantação, assim também pode-se dizer que a religião, em alguns casos, tem sido a grande responsável pela distinção entre “normais” e “desviantes” e, portanto, em suas relações de poder ela manifesta segregação e exclusão, que são legitimadas pelos discursos e práticas religiosas. Os líderes das religiões, nesses casos, se sentem comissionados pela divindade para preservar os que estão em consonância com sua religião (a boa plantação) e, ao mesmo tempo, disciplinar, punir ou excluir aqueles que manifestam tendências desviantes e contrárias a ela (as ervas daninhas). Todorov (1998), por exemplo, afirma que quando os europeus chegaram à “América”, sua crença era de que o papa (que havia recebido autoridade de Deus) tinha dado a “América” de presente aos europeus e, baseando-se nesta crença, eles justificavam teologicamente a tortura e a morte dos índios, pois estes não faziam parte dos atores “normais” cristãos.

---

<sup>28</sup> Segundo este autor, o espírito moderno foi marcado pela ambição de classificar e nomear todos os aspectos da vida humana e social, expurgando assim toda sua condição ambivalente. E não apenas isso, mas em um período no qual o ser humano se gabava de ter chegado à idade da razão e, por isso, declarava que não precisava mais da religião, ele tentou fazer na terra aquilo que em toda Idade Média se projetava para o céu, isto é, uma sociedade perfeita, sem desvio e sem problemas.

Vários outros exemplos de relação entre atores “normais” e atores “desviantes” poderiam ser apontados em diversos cenários religiosos, tais como: Judeus e gentios no antigo testamento, cristãos católicos e hereges na Idade Média e entre mulçumanos e cristãos em alguns países árabes. Mas nosso objetivo aqui é delimitar nossa análise ao contexto da ADB e, portanto, na próxima seção, nos deteremos aos atores desviantes desta igreja.

## 2.4 O ATOR DESVIANTE E SUA EXCLUSÃO DA ADB

A pessoa “normal”, quando descobre em si um impulso desviante, é capaz de controlá-lo pensando nas múltiplas conseqüências que ceder a ele lhe produziria. Já apostou demais em continuar a ser normal para se permitir ser dominada por impulsos não convencionais. (BECKER: 2008, p. 38)

Como vimos no capítulo anterior, o *ator desviante* é aquele que no início ou no decorrer da interação é constatado como sendo inepto para representar os papéis que a cena requer, sendo impossibilitado de atuar com os atores *normais*. Partindo desse pressuposto, em um certo sentido, na perspectiva da ADB, até o não convertido poderia ser considerado um ator desviante, pois, como vimos, sua atuação dentro da igreja é bastante restrita, limitando-se apenas à situação de platéia.

Porém, nesta seção pretendemos discorrer sobre um tipo específico de ator desviante, que é aquele que, tendo se convertido na ADB e se submetido ao processo de doutrinação descrito acima, no decorrer de sua atuação, comete algum ato que contradiz a fachada do ator assembleiano e que o torna desqualificado para contracenar com os atores “normais” desta igreja. O número de atores desviantes nas igrejas evangélicas tem crescido bastante nos últimos anos. Segundo Jardim Neto (2000, p. 16):

Nossa geração presencia, nos últimos trinta anos, a maior explosão de conversões em toda a história do Brasil. Nunca se converteu tanta gente em nosso país como nas décadas de 70, 80 e 90. Milhões de pessoas estão largando os ídolos e a feitiçaria e vindo para nossas igrejas. Sobram-nos motivos para festejar tais acontecimentos. Entretanto, temos, paralelamente, uma estatística triste que não merece nenhuma comemoração. Nunca houve também tantas pessoas se ‘desviando’ e abandonando o evangelho como agora. Ao mesmo tempo em que milhões entram, milhões saem pela porta dos fundos.

Normalmente, a saída de um membro da ADB é o clímax de uma série de fatores que desorganizam sua fé. Nenhum dos entrevistados afirmou que seu desvio tinha se dado logo após ter sido *batizado com o Espírito Santo*, ou numa fase em que ele estava *cheio de fé*, pelo contrário, foi alegado um processo de afastamento contínuo e progressivo que culminava com o desvio. Como uma “desviada” expressou: “*eu fui me afastando aos poucos. Por passar quatro anos na igreja você pensa que nunca vai sair, mas é como um casamento. Não se sai de um casamento de vez, vai aos poucos*” (Anexo 3, Entrevistado 4, Questão 4) (Sic).

O motivo do afastamento varia de um caso para outro, mas todos os entrevistados concordaram em relação ao fato de que foi um afastamento progressivo. E, em alguns casos, a soteriologia da ADB contribuiu para o desvio total do convertido. Nas palavras de um entrevistado:

*A Assembléia é o seguinte: passa pra o membro a vida inteira que se ele pecar ele tá perdido, ele tá no inferno, tem que começar tudo de novo, nascer de novo e quando eu comecei tendo alguns problemas no meu casamento e não buscava, não orava, fui enfraquecendo [...]. E como minha mente tava atordoada na época, eu comecei achando que tava em pecado, em pecado, aí chegou um momento que eu pensei “agora eu tô perdido mesmo”, porque eu aprendi assim, tô perdido, porque eu cometi pecado, então já que eu tô perdido, eu vou fazer tudo que eu nunca fiz. Aí como eu tinha sido criado no Evangelho, né? Aí eu fui pro mundo e no mundo eu fiz tudo que o pessoal do mundo faz. (Anexo 1, Entrevistado 4, Questão 3) (Sic)*

No início deste capítulo, tratamos sobre a formação da identidade do ator assembleiano, analisando como, de *estranho* ele passa a pertencer ao novo grupo. Agora, na condição de ator “desviante”, ele perde todos os “privilégios espirituais” que conseguiu através da conversão. Analisaremos algumas destas perdas nas próximas linhas.

Primeiro, para a ADB o ator desviante é alguém que, tendo sido liberto, voltou a ser escravo do diabo e que, tendo se tornado filho de Deus, voltou à condição de mera criatura. Consequentemente, ele não faz mais parte da *família da fé* e, por isso, não é mais aceito no grupo como membro e como “irmão”.

Em segundo lugar, por não fazer mais parte da *família da fé*, o ator desviante percebe a mudança na saudação dos assembleianos para com ele. A saudação padrão da ADB (que, como vimos no início deste capítulo, é uma forma de reconhecimento da identidade e da dignidade do convertido) dá lugar agora a uma saudação mais fria, pois tal pessoa não faz mais parte do grupo dos *atores normais*. Um dos entrevistados, por exemplo, contou a seguinte experiência:

*Quando eu participava da igreja, geralmente eu chegava e eles, mesmo, me saudavam, diziam: “a paz do Senhor”, eu dizia “amém”. Qualquer coisa, me viu “a paz do Senhor”, mas em dia de hoje, semana passada, mesmo, eu fui na igreja atrás de um amigo meu. E eu tava trabalhando, passei lá e aproveitei pra conversar com ele. Senti uma diferença porque nenhum deles falou comigo, entendeu? Nem sequer olhar pra mim olhou e eu era muito querido ali, assim, de lá. Dois diáconos só que gostam muito de mim e realmente vieram falar comigo, passaram um tempão, pediram pra mim voltar e fiquei muito grato por eles. Mas, assim senti diferença, em vez do*

*costume que eles tinham de vim me saldar, eles não me saudaram mais com a paz do Senhor. (Anexo 3, Entrevistado 2, Questão 12) (Sic)*

Uma experiência semelhante é compartilhada por outra entrevistada:

*Eu tinha uma colega do conjunto que sentava do meu lado e ela ia pra igreja, depois que ela saiu da igreja, a irmã não fala mais com ela, as pessoas quando passam não falam, a gente fala porque fazia parte do mesmo grupo, era tudo amiga, mas existe muita gente que dá a paz do Senhor pra mim e não dá pra ela de jeito nenhum e nem fala nada, não fala nada com ela, nem diz oi, nem tudo bem, nem pergunta como está. (Anexo 3, Entrevista 2, Questão 5) (Sic)*

A terceira perda que marca a experiência do desviado da ADB é em relação à salvação. Vimos, anteriormente, que o Assembleiano acredita que para se manter salvo, ele precisa separar-se do mundanismo. Porém, uma vez que o ator desviante foi *vencido pelo pecado*, a concepção que ele tem sobre si é que, de fato, caiu do *estado de graça*.

Isso pode ser constatado, por exemplo, quando os “desviados” da ADB falavam sobre a perda da salvação, pois quase todos eles acreditavam que a tinham perdido e aqueles que negavam esta realidade, logo após se contradiziam e afirmavam que se morressem do jeito que estavam, jamais seriam salvos. É assim que uma das *desviadas* percebe sua condição:

*Eu acreditava que estava salva pelo que eu sentia no coração, pelos mandamentos que eu seguia da Bíblia, orando pelas madrugadas, jejuando, vigiando, né? Também aí eu me sentia salva, apesar de que só quem vai dizer quem é salvo ou não é só Jesus na hora de sua vinda, mas agora eu sei que eu tô transgredindo os mandamentos de Deus, por isso, perder, perder, eu ainda não perdi porque Jesus ainda não voltou, mas eu acho que eu não tô salva hoje (Anexo 3, Entrevista 4, Questão 8) (Sic)*

Na fala desta *desviada* percebe-se a diferença de sua certeza de salvação enquanto estava na igreja e agora em sua vida pós-evangélica. A crença na perda da salvação também está presente no comentário de outro *desviado*, que diz: “*eu acredito que perdi a salvação [...] eu sei que se eu morrer, do jeito que eu tô hoje, eu vou pro inferno*” (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 8) (Sic).

Ver a si mesmo dessa maneira interfere significativamente no aspecto missiológico, que se refere à quarta perda do desviado da ADB, que é em relação à autoridade de pregar e de testemunhar. Como vimos, quando o indivíduo se converte na ADB, ele é incentivado a compartilhar sua fé e sua conversão com outras pessoas, porém, quando ele se desvia, deve lidar com a dura realidade de encarar, envergonhado, aquelas pessoas a quem antes tinha

evangelizado. Um *desviado retornante*, por exemplo, conta sua dolorosa experiência da seguinte maneira:

*Algumas pessoas me chamaram pra tocar em um show em outra cidade e eu fui, pensando que lá ninguém me conhecia, mas quando eu cheguei lá, muita gente que me conhecia tava lá. Aí nesse dia um pessoa chegou pra mim e me perguntou: “rapaz, tu né crente?” aí eu disse: “sou mais não”, porque eu achei melhor dizer isso do que escandalizar. [...] Quando eu encontrava um irmão, eu cortava caminho pra não ficar de frente com ele. E às vezes quando eu tava tocando no mundo, aí alguém me perguntava: “Mas rapaz, tu num era crente?” aí eu morria de vergonha (Anexo 1, Entrevista 2, Questão 9) (Sic)*

Como este entrevistado descreve, esse é um momento difícil para o desviado, pois ele encontra pessoas para quem, outrora tinha falado ousadamente sobre Deus, sobre a mudança de sua vida, sobre pecado e sobre inferno, mas agora, ele se acha na mesma condição que antes havia condenado.

Além da vergonha diante dos “não crentes”, o desviado também tem o desafio de lidar com os próprios crentes (seus ex-irmãos), que nem sempre são compreensivos com os motivos que os fizeram sair da ADB. Jardim Neto, por exemplo, comenta a maneira como os “desviados” são vistos por suas ex-igrejas:

Eles são vistos com “leprosos espirituais”, pessoas contaminadas por um vírus incurável e que não merecem mais a nossa atenção. Por isso são esquecidos, abandonados e descartados. Alguns crentes acham que procurá-los seria perder tempo. Outros já dizem que seria *jogar pérolas aos porcos*. Assim, a maioria deles nunca mais recebe uma visita (JARDIM NETO, 2000, P. 21)

Quando um *assembleiano* se desvia, os *membros permanentes*, normalmente, questionam a veracidade de sua conversão, dizendo que “*são pessoas que vão pra igreja, mas não têm compromisso com Deus, não estão engajadas na obra de Deus*”. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 3) (Sic). Um *membro permanente* diz o seguinte sobre o porquê de algumas pessoas se desviarem da ADB: *Jesus não entrou de verdade no coração daquela pessoa. Aquela pessoa não se firmou em Cristo, então teve saudade lá fora e voltou a participar do que o mundo oferece*. (Anexo 2, Entrevista 2, Questão 3) (Sic)

Desviar-se, para o assembleiano é negar a fé, amar o mundo e dar as costas para Deus e, por isso, aquele que era visto como um irmão em Cristo, agora é tido como um fraco na fé. Nas palavras de Becker (2000, p. 42):

Ser apanhado e marcado como desviante tem importantes conseqüências para a participação social mais ampla e a auto-imagem do indivíduo. A mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública. Cometer o ato impróprio e ser apanhado lhe confere um novo status. Ele revelou-se um tipo de pessoa diferente do que supostamente era.

Os membros permanentes tendem a ver o desviado como alguém que não orou e nem vigiou e que, por isso cedeu às tentações do pecado. Além disso, como vimos anteriormente, seu afastamento é visto sob a perspectiva sobrenatural, ou seja, o desviado *caiu* diante das artimanhas do demônio e, por isso, necessita de uma nova *libertação* de Deus.

Porém essa nova libertação, muitas vezes, é um processo solitário vivido pelo “desviado”. Dependendo do motivo que o levou a sair da ADB, a relação entre assembleianos e desviados pode ser tão tensa que qualquer contato é evitado. Segundo Jardim Neto (2000, p. 21), “a maioria dos afastados não recebeu uma única visita depois que saiu da igreja [e] os poucos que foram visitados foram tratados de uma maneira errada”. Ratificando esta afirmação, um entrevistado disse o seguinte:

*Eu ia pra igreja tentava me levantar e nesse período eu me sentia sozinho. Os irmãos passavam por mim e não falavam. Às vezes eu passava na frente da igreja, escutava a mensagem, chorava. Eu queria entrar, mas não tinha força. [...] eu corria pra igreja chegava chorando, pedindo socorro, eles pegavam meu nome e oravam por mim, mas no outro dia era fogo de palha. Eu pedia socorro, clamando, mas ninguém me socorria até que um dia Deus viu que era realmente aquilo que eu queria. Num mês eu voltava duas, três vezes tentando ver se alguém me ajudava, mas eles pegavam meu nome e uma visita não faziam. Mas, enquanto a visita não ia em minha casa, no outro dia de cinco horas da manhã tinha cinco, seis bêbados na porta de casa com garrafa de cana, cigarro e tira gosto e nisso era pagode e bebedeira e eu voltava pra lama de novo porque eu nunca tive apoio (Anexo 1, Entrevista 1, Questão 11) (Sic)*

Uma experiência semelhante a esta foi contada por um entrevistado que tinha sido batizado nas águas e com o Espírito Santo, tinha sido obreiro, dirigente de mocidade, auxiliar de trabalho e professor de escola dominical, mas que teve sua carreira interrompida quando traiu sua esposa. Ele diz:

*Eu conheço pessoas, presbíteros da minha igreja que eram assim comigo [ele faz gesto que demonstra amizade íntima], amigos meus e hoje não falam comigo por causa do meu erro. E eu falo a todo mundo isso, a todo crente, eu digo: “se intrigou de mim”, uma pessoa que era amigo meu, deveria vir na minha casa, me dá uma força, me dá um apoio, dizer: “meu irmão, levante sua cabeça, num ligue pra isso não” porque isso melhora a auto-estima do ser humano, eu acho. (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 7) (Sic)*



Durante a entrevista, este desviado se mostrou muito chateado, alterando sua voz e questionando a fé e o amor da ADB. Respondendo se ele já tinha recebido alguma visita de membros da ADB em sua casa, ele diz:

*Veio um casal, eles estavam passando na frente da minha casa e minha mãe chamou, mas fora isso, nunca vieram, nunca se preocuparam, nem procuraram saber. Eu moro aqui na frente da igreja, mas eles nunca vieram não, nunca se preocuparam comigo. E os que vieram me visitar não são da igreja que eu fazia parte. Eles trabalham aqui perto e tavam somente passando na frente da minha casa. Muitos dos crentes daqui nem falam comigo, eu paro pra estacionar o carro aqui na frente de casa, tem um grupo de pessoas na frente da igreja, eles fingem que nem vê. E eles me conhecem, mas ninguém vem. Eu acho que eles devem dizer “eu num vou falar com esse camarada não, é um adúltero, caiu” [...] é uma falta de amor e compaixão pelo ser humano, eu acho assim. A pessoa morar na frente de uma igreja e ninguém dizer: “rapaz vamos na casa do irmão [...], tanto tempo fez parte daqui”, porque desde que eu cheguei em Caruaru, faz 17 anos que eu fazia parte da mesma igreja, dirigia mocidade e ninguém vem, pelo menos como amigo. Mas eles deixaram de ser meus amigos porque eu me afastei, eu acho que deve ser uma má influência pra eles. (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 7) (Sic)*

A casa desse *desviado*, como está explícito em sua fala, é na frente da igreja que ele freqüentava e, durante dezessete anos ele foi membro da ADB, tinha muitas amizades e participava da liderança, mas quando ele se *desviou*, ninguém da igreja o visitou e alguns assembleianos não falam mais com ele.

No momento da entrevista a mãe do entrevistado observava os relatos e confirmou todos estes fatos. Embora ela participe da ADB, demonstrou muita insatisfação e desapontamento pela atitude da igreja em relação ao seu filho.

Esta realidade constatada nas entrevistas tem algumas semelhanças com a relação entre “*estabelecidos e outsiders*” na comunidade de Winston Parva. De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 20):

[os estabelecidos] “recusavam-se a manter qualquer contato social com eles [os outsiders], exceto o exigido por suas atividades profissionais; juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de uma espécie inferior. Em suma, tratavam todos os recém-chegados como pessoas que não se inseriam no grupo, como ‘os de fora’”

Isso acontece porque “o grupo estabelecido tende a olhar para o conjunto de grupo outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ – de sua minoria anômica” (*Ibidem*, 2000, p. 22) e este é um dos motivos que fazem com que os *outsiders* sejam rotulados com

expressões que indiquem sua inferioridade (como, por exemplo, a expressão “desviado”) em relação aos que os estigmatizam.

Quase todos os entrevistados que saíram da ADB, quando foram questionados sobre o termo “desviado”, disseram que era uma expressão *muito pesada* e, embora fossem tratados dessa forma pelos assembleianos, discordavam, dizendo que não eram “desviados”, mas, se consideravam apenas “afastados”. Quando questionados sobre a diferença entre “desviado” e “afastado”, uma das entrevistadas respondeu: *“Afastada porque eu ainda tenho esperança de que um dia eu volto”*. (Anexo 3, Entrevista 4, Questão 6) (Sic). Outro, de forma semelhante, afirma: *“O desviado é aquele que desvia por um caminho e o afastado é aquele que passa um tempo fora, eu penso assim. O desviado é aquele que sabe o caminho e se desvia dele; o afastado é aquele que se afasta um pouco, mas tem esperança de voltar”* (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 6) (Sic).

Ambas as respostas demonstram que esses “desviados” têm esperança de sair da condição em que estão e voltar para a igreja evangélica. Se esta volta é para a ADB, será um assunto discutido mais adiante, todavia, nenhum dos “desviados” demonstrou satisfação pela forma que está vivendo agora. Todos eles, em seus discursos, afirmaram estar errados e diziam que precisavam mudar. Uma das “desviadas”, por exemplo, expressa seu inconformismo com sua vida fora da igreja nas seguintes palavras:

*Eu me sinto até mal, porque a pessoa participar da igreja, saber da verdade, né? Mas é como se você estacionou ali naquilo. Às vezes aquela sede que você tinha de ir pra igreja, você não sente mais, é por hora, né? Aí, ficava meio parada, assim. Você tá vivendo aqui e vai deixando o tempo passar e pronto (Anexo 3, Entrevista 1, Questão 6) (Sic)*

Enquanto estão na igreja, os “desviados” têm sua fé e *status* legitimados pela instituição eclesial, porém, quando se desviam, seu mundo desaba e a instituição na qual eles apostaram sua fé e confiança, volta-se contra eles, acusando-os de não terem satisfeito às expectativas que a comunidade de fé tinha ao seu respeito.

Estando nesta condição, os “desviados” além de serem estigmatizados por alguns assembleianos, crêem que estão errados e que se não se arrependerem e voltarem para a ADB, receberão a punição de Deus por seus atos desviantes e jamais terão a vida eterna. É, provavelmente, por isso que nenhum dos “desviados” entrevistados havia buscado refúgio emocional ou espiritual em outra religião.

Contudo, é importante ressaltar que, de acordo com as entrevistas, a intensidade do conflito entre assembleianos e *desviados* depende da natureza e da repercussão da

transgressão cometida por este último, ou seja, a maneira que alguns membros da ADB tratam os *desviados* varia dependendo do motivo que os fez sair da igreja e, conseqüentemente, a forma como os “desviados” se referem às suas ex-igrejas depende de como eles são tratados por elas.

É como se na ADB houvesse uma hierarquia de pecado. Aqueles que saem da igreja apenas pela desmotivação ou desânimo, raramente, sofrem algum problema de aceitação na igreja e, por isso, na maioria dos casos, eles tem uma visão positiva da ADB. Esta foi a experiência de uma das “desviadas”, que se afastando apenas por causa da desmotivação, disse: “*eu acho que a ADB é uma igreja ótima, pra quem quer, realmente, servir a Deus, eu acho muito bom, assim, eu num tenho nada a reclamar dela não*”. (Anexo 3, Entrevista 4, Questão 7) (Sic)

É como se para a ADB o desânimo fosse um “pecado inferior” e, por isso, quem sai da igreja por esse motivo não é tão excluído no contexto assembleiano. Essa mesma “desviada” conta sua experiência quando visitou a ADB: “*foram maravilhosos comigo, perguntaram como eu estava, falaram que eu voltasse, perguntaram se eu tava voltando e disseram que tavam sentindo falta da minha presença e Deus tava sentindo falta de mim também*”. (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 12) (Sic)

Todavia, no outro extremo do desânimo está o adultério, que é, provavelmente, um dos piores pecados aos olhos da ADB, principalmente quando resulta na separação do casal. Um dos entrevistados, por exemplo, participava da liderança da igreja, mas diz que depois que adulterou e se divorciou as pessoas da igreja o abandonaram. Ele diz que para a ADB o adultério e o divórcio são pecados absurdos e por isso, ele conclui: “*Jesus esquece, mas os irmãos daqui num esquecem não, viu? Jesus perdoa, mas os irmãos não*”. (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 5) (Sic). Ele também reconhece a dificuldade que é para um divorciado voltar para a ADB: “*Pra mim seria muito difícil voltar pra Assembléia, porque se divorciou, acabou-se. Se eu quiser ir, eu posso voltar pra ser um congregado, mas mais do que isso, não*”. (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 9) (Sic).

Nos casos em que o conflito entre assembleianos e desviados é mais intenso, uma das acusações que os *desviados* fazem contra ADB é em relação à *falta de amor*. Eles afirmam que há uma grande incoerência entre o discurso e a prática assembleiana. Nas palavras de Jardim Neto (2000, p. 39): a igreja vê o desviado “como um Judas traidor [...] não o cumprimentamos mais com a paz do Senhor. Nós o vemos com desprezo e procuramos evitá-lo a qualquer custo. Ele se torna um zero à esquerda, indigno da nossa atenção. Essa atitude é

cruel e incompatível com o caráter de Deus”. Diante desta realidade, um dos “desviados” se expressa da seguinte maneira: *“Eu só culpo as pessoas que pregam tanto amor e não tem amor por ninguém. Pregam com as palavras é muito fácil, agora vá viver”*. (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 7) (Sic).

Uma das pessoas que seria entrevistada para este trabalho se negou, pois disse que só em falar sobre a ADB já *ficava enfurecido*. De forma semelhante, alguns dos entrevistados se chateavam bastante quando se lembravam dos problemas que tiveram com os assembleianos. Um dos “desviados”, falando sobre os motivos que o levaram a sair da igreja, disse: *“falta de amor, pregado e não vivido, irmãos que procuram olhar muito a vida dos outros e terminam se esquecendo das suas, muitas contendas e fofocas, geradas dos grandes aos pequenos”*. (Anexo 3, Entrevista 3, Questão 4) (Sic)

Para a maioria dos “desviados” entrevistados, portanto, alguns assembleianos tiveram parcela de culpa em sua saída da igreja. Contudo, um fato que chamou nossa atenção foi que a maioria dos “desviados” que tinham falado mal da ADB durante quase toda entrevista, quando questionados sobre “se voltasse para a igreja evangélica pra qual igreja voltaria?” (Anexo 3, Questão 9), diziam que gostariam de voltar para a ADB. É sobre esta volta que o próximo capítulo tratará e nele analisaremos os motivos que fazem que alguns assembleianos queiram voltar para a ADB e as principais características relacionadas a esta volta.

**DESVIADO PARA A FAMÍLIA**

**CAPÍTULO 3**

**O “*DESVIADO RETORNANTE*”  
E SUA NOVA ATUAÇÃO NO  
CENÁRIO DA ADB**

### 3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O *DESVIADO RETORNANTE*

se a atividade do indivíduo tem de tornar-se significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de modo tal que expresse durante a interação, o que ele precisa transmitir (GOFFMAN, 1985, p. 36-37)

Um dos fatos bastante interessantes da vida de Jesus Cristo foi que as pessoas com quem ele mais teve atritos em seu ministério foram os líderes religiosos, que eram tão elogiados em sua época. Ao invés de priorizar tais líderes, ele estendeu a mão a pessoas que eram excluídas pela sociedade, tais como prostitutas, mendigos, leprosos e cobradores de impostos.

Todavia, esta atitude de Jesus fez com que ele fosse alvo de muitas críticas oriundas dos judeus (principalmente os fariseus e saduceus) e, num dia em que estava reunido com “pecadores” e “publicanos”, ele propôs uma parábola para estes religiosos, que é popularmente conhecida como a parábola do “filho pródigo”:

Certo homem tinha dois filhos; o mais moço deles disse ao pai: Pai, dá-me a parte dos bens que me cabe. E ele lhes repartiu os haveres. Passados não muitos dias, o filho mais moço, ajuntando tudo o que era seu, partiu para uma terra distante e lá dissipou todos os seus bens, vivendo dissolutamente. Depois de ter consumido tudo, sobreveio àquele país uma grande fome, e ele começou a passar necessidade. Então, ele foi e se agregou a um dos cidadãos daquela terra, e este o mandou para os seus campos a guardar porcos. Ali, desejava ele fartar-se das alfarrobas que os porcos comiam; mas ninguém lhe dava nada. Então, caindo em si, disse: Quantos trabalhadores de meu pai têm pão com fartura, e eu aqui morro de fome! Levantar-me-ei, e irei ter com o meu pai, e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores. E, levantando-se, foi para seu pai. Vinha ele ainda longe, quando seu pai o avistou, e, compadecido dele, correndo, o abraçou, e beijou. E o filho lhe disse: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho. O pai, porém, disse aos seus servos: Trazei depressa a melhor roupa, vesti-o, ponde-lhe um anel no dedo e sandálias nos pés; trazei também e matai o novilho cevado. Comamos e regozijemo-nos, porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado. E começaram a regozijar-se. Ora, o filho mais velho estivera no campo; e, quando voltava, ao aproximar-se da casa, ouviu a música e as danças. Chamou um dos criados e perguntou-lhe que era aquilo. E ele informou: Veio teu irmão, e teu pai mandou matar o novilho cevado, porque o recuperou com saúde. Ele se indignou e não queria entrar; saindo, porém, o pai, procurava conciliá-lo. Mas ele respondeu a seu pai: Há tantos anos que te sirvo sem jamais transgredir uma ordem tua, e nunca me deste um cabrito sequer para alegrar-me com os meus amigos; vindo, porém, esse teu filho, que desperdiçou os teus bens com meretrizes, tu mandaste matar para ele o novilho cevado. Então, lhe respondeu o pai: Meu filho, tu sempre estás comigo; tudo o que é meu é teu. Entretanto, era preciso que nos regozijássemos e

nos alegrássemos, porque esse teu irmão estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado.<sup>29</sup>

Não faremos uma exegese profunda desta parábola, apenas destacaremos alguns aspectos importantes para nosso trabalho. De acordo com o contexto anterior, no qual esse texto foi escrito, quando Jesus proferiu essa parábola ele tinha em mente dois grupos de *atores desviantes* (os pecadores e os publicanos) e sua intenção era mostrar aos fariseus que, apesar destes grupos estarem desviados do *propósito divino*, quando eles ouviam sua mensagem, imediatamente retornavam para a *família da fé* (a casa do Pai), recebendo, novamente, todos os privilégios que tinham como filhos. Todavia, embora o pai (que simboliza Deus) recebesse o filho mais novo (*ator desviante*) com muita alegria, seu irmão mais velho (que simbolizava os judeus) não o achava digno de arrependimento e, por isso, recusou-se a participar da festa, achando-se superior àquele *desviado retornante*.

Uma das maiores lições presentes na parábola do *filho pródigo* é que, muitas vezes, diante do *desviado retornante*, os *atores normais* querem se colocar em uma posição acima da assumida pelo próprio Deus. Nesta parábola, o filho mais velho questiona a atitude amorosa e a aceitação do pai diante do *desviado retornante*, fala sobre si mesmo destacando as características positivas de um ator *normal* e despreza a situação presente, evocando o ato desviante do passado de seu irmão. Resumindo: embora o Pai fosse dono da herança e, voluntariamente, quisesse entregá-la novamente ao seu filho, o irmão mais velho achou que aquela atitude seria injusta por causa do histórico desviante do seu irmão.

Destarte, esta parábola nos mostra um aspecto muito importante sobre a relação entre *atores normais* e *desviados retornantes*, que é a presença do estigma nesta relação por causa do histórico desviante dos que integram o segundo grupo, ou seja, o filho mais moço era tão filho quanto o primogênito, mas não foi completamente aceito por causa das marcas de seu passado, que embora fossem passadas estavam nitidamente presentes na mente do seu irmão.

Terminamos o capítulo anterior tratando sobre o ator desviante e suas dificuldades para atuar com os *atores normais*. Delimitamos nossa análise nos desviados da ADB e percebemos que em muitos casos a relação entre assembleianos e *desviados* é inexistente ou bastante tensa, marcada por acusações, rótulos e estigmas.

---

<sup>29</sup> LUCAS. Português. In **Bíblia Sagrada**, Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. Barueri, SP, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p. (Lc 15: 11-32).

Neste capítulo trataremos sobre os *desviados retornantes* da ADB em Caruaru-PE, que são aqueles que, tendo cometido um (ou mais) ato que os identificou como *atores desviantes*, após terem abandonado a igreja (outros não chegaram a abandoná-la) retornaram a ela e tentaram se reinserir no contexto assembleiano. Observaremos, portanto, a interferência do histórico desviante neste processo de reinserção e na resposta dos atores *normais* aos ex-atores *desviantes*.

Existem vários exemplos de *desviados retornantes* no âmbito religioso, e cada religião tem uma maneira diferenciada de se relacionar e tratar seus ex-atores *desviantes*. Antes de tratar sobre o caso da ADB, que será nosso foco principal aqui, mencionaremos, para introduzir a temática, um exemplo de *desviados retornantes* no cristianismo do século III.

No ano 249 d.C. o imperador Décio, querendo restaurar a glória de Roma e acreditando que o Império estava decaindo porque os cristãos tinham abandonado os deuses, promoveu um edito segundo o qual “todos tinham de sacrificar diante dos deuses e queimar incenso diante da estátua do imperador. Quem assim fizesse, obteria um certificado como prova disso. E quem não tivesse tal certificado seria tratado como criminoso que havia desobedecido à ordem imperial” (GONZÁLES, 1995, p. 140).

Nesse contexto, grande perseguição sobreveio aos cristãos que tinham desobedecido ao edito do imperador, porém nem todos eles foram fiéis ao monoteísmo cristão. Alguns sacrificaram, imediatamente, aos outros deuses; outros permaneceram firmes no monoteísmo, mas quando foram levados diante dos tribunais ofereceram sacrifício; e outros (mais ricos) compraram certificado falso sem ter sacrificado.

Quando a perseguição cessou, muitos daqueles que haviam “traído” o cristianismo retornaram para suas ex-igrejas e os cristãos que ficaram firmes diante da perseguição tiveram que lidar com a dificuldade de aceitar ou não os *desviados retornantes*. Nas palavras de Gonzáles (*Ibidem*, p. 141):

O problema que a igreja enfrentou era a questão de que fazer com os “caídos”, com os que de um modo ou outro tinham sucumbido diante das lutas da perseguição. O problema se agravava por várias razões. Uma delas era que nem todos haviam caído de igual modo ou em grau igual. Dificilmente poderia se equiparar o caso de quem havia corrido a sacrificar ante os deuses logo que saiu o decreto imperial com os daqueles que se haviam valido de diversos meios para conseguir certificados, mas nunca haviam sacrificado. Havia outros que, depois de um momento de debilidade no qual haviam se rendido diante das ameaças das autoridades, queriam voltar a se unir à igreja enquanto durava ainda a perseguição, sabendo que isso provavelmente lhes custaria a liberdade e talvez a vida.



Uma vez que o *ator desviante* revelou aos *atores normais* que era inepto para participar da cena (neste caso, quando eles negaram a fé diante da perseguição), nem sempre é fácil voltar ao grupo e reconquistar a confiança dos *atores normais*. Esta é uma das dificuldades presentes na relação entre *atores normais* e *desviados retornantes*.

A diferença entre esses dois grupos não é sócio-econômica, política e nem religiosa, mas apenas em relação ao histórico desviante do segundo grupo. Em um dado momento estes atores (devido a uma *intromissão inoportuna* da platéia, a um *gesto involuntário* na *região da fachada* ou por outro motivo) tiveram suas fachadas derrubadas e foram percebidos como desqualificados para a encenação, por isso, agora eles se vêem diante do desafio de recuperação de suas fachadas e da reinserção no grupo de cuja ortodoxia se desviaram, tentando provar aos demais atores que eles deixaram a condição de desviantes e retornaram ao grupo dos *normais*.

De acordo com Goffman (1988), enquanto os atores desviantes eram apenas *desacreditáveis*, eles podiam conviver normalmente entre os *atores normais*, mas uma vez que eles se transformaram em *desacreditados*, a tendência é que os *atores normais* os rejeitem e os tratem como uma ameaça para a encenação.

Nesta condição, os dois grupos são classificados (organizados) de forma antagônica (o grupo do *nós* e o grupo dos *outros*), sendo esse mecanismo o que possibilita uma certa “facilidade” na relação entre ambos. Entretanto, quando o ator *desviante* deixa sua condição e retorna ao grupo dos *normais*, ele cria uma dificuldade de classificação, uma vez que ele não pode ser classificado como um “normal puro” e nem tampouco como um “desviante total”. Sendo assim, ele se constitui num ator cujo papel sofre de uma ambivalência que dificulta as expectativas e a previsibilidade da sua atuação, observando-se, por isso, zonas de tensão entre *membros normais* e os *desviados retornantes*, como no exemplo supramencionado, dos cristãos do século III.

Não temos relatos detalhados sobre a reinserção dos *ex-atores desviantes* na igreja cristã daquele período e nem sobre o relacionamento entre eles e os *atores normais* nas atividades cúltricas e no cotidiano da igreja, mas, segundo Gonzáles (1995), houve uma série de discussões entre os líderes cristãos sobre a possível aceitação daqueles *desviados retornantes*. Por um lado, alguns confessores<sup>30</sup> defendiam que eles deveriam ser readmitidos imediatamente à igreja, somente com base em seu arrependimento. Em contrapartida, Novaciano (presbítero em Roma), defendendo que a igreja deveria ser pura, se opôs

---

<sup>30</sup> Nome dado àqueles que permaneciam firmes na fé diante das torturas e perseguição, mas cuja firmeza não os havia levado ao martírio. (GONZÁLES, 1995, p. 141)

fortemente à reinserção dos *desviados retornantes*, dizendo que eles maculavam a igreja. Diante desta controvérsia teológica:

Cipriano [bispo de Cartago] convocou um sínodo – isto é, uma assembléia dos bispos da região – que decidiu que aqueles que haviam comprado e obtido certificados sem haver sacrificado podiam ser admitidos à comunhão imediatamente, se mostrassem arrependimento. Os que haviam sacrificado não seriam admitidos senão no seu leito de morte, ou quando em uma nova perseguição tivessem a oportunidade de mostrar a sinceridade do seu arrependimento. Os que haviam sacrificado e não se arrependiam, não seriam admitidos jamais, nem sequer em seu leito de morte. Por último, os membros do clero que haviam sacrificado seriam depostos imediatamente (*Ibidem*, p. 143)

Esta decisão de Cipriano orientou a igreja cristã a lidar com os diversos tipos de *desviados retornantes*, mas não finalizou a controvérsia teológica. No século IV o donatismo reacendeu a chama do debate quando questionou a validade dos sacramentos administrados pelos bispos que haviam adorado outros deuses durante a perseguição. Com este questionamento o cisma donatista suscitou novos debates entre os cristãos acerca de como lidar com os “ex-desviados” e exigiu novas respostas sobre o assunto.

Além deste exemplo de *desviados retornantes* no cristianismo do século III, poderíamos citar vários outros em diversas religiões, mas para cumprir o objetivo do trabalho, nos deteremos apenas nos *desviados retornantes* da ADB. Estes atores não adoraram ou sacrificaram a outros deuses como no exemplo supramencionado, porém, cometeram atos condenados pela igreja e que os impossibilitaram de permanecer atuando entre os *atores normais*. É nossa tarefa agora analisar sua reinserção no contexto assembleiano e suas novas relações com os *atores normais*.

### 3.2. POR QUE RETORNAR PARA A ADB?

Os grupos desviantes tendem, mais que indivíduos desviantes, a racionalizar sua posição. Num extremo, eles desenvolvem uma justificativa histórica, legal e psicológica muito complicada para a atividade desviante. (BECKER, 2008, p. 48)

Um fato que chamou a atenção nas entrevistas com os desviados da ADB foi que, na maioria dos casos analisados, eles manifestavam o desejo de voltar a congregar em suas igrejas. Isso chamou nossa atenção principalmente pelo fato de que, em algumas entrevistas, os desviados falavam mal da ADB e a criticavam em vários momentos, mas no final, quando eram questionados: “*Se você voltasse para uma igreja evangélica, para qual igreja voltaria? Por quê?*” (Anexo 3, Questão 9), eles, imediatamente, diziam: para a ADB.

Diante deste fato que parece contraditório, tentamos compreender as razões que fazem com que os “desviados”, mesmo se declarando decepcionados com a ADB, ainda tenham o desejo de voltar a congregar nela. Nas entrevistas, detectamos três fatores que prendem os “desviados” a esta denominação e que a revelam como sendo, a despeito de todos os problemas e críticas, a *melhor opção de igreja*.

Porém, antes de expor esses três fatores, é importante registrar que, pelo fato de a maioria dos *desviados* não ter se afiliado a qualquer outro grupo religioso, eles não constituem um grupo dos *desviados* que legitimem seu *status*, e isto contribui para que eles se vejam de modo negativo, o que também pode explicar sua disposição e abertura para voltar às suas igrejas. A importância de um grupo na sustentação de um ator *desviante* é descrita por Becker (2008, p. 48-49):

Todos os problemas que enfrenta para escapar da imposição da regra que está infringindo foram enfrentados antes por outros. Soluções foram encontradas. [...] Cada grupo desviante tem um grande repertório de conhecimento sobre assuntos desse tipo, e o novo recruta o aprende rapidamente. Assim, o desviante que ingressa num grupo desviante organizado e institucionalizado tem mais probabilidade que nunca de continuar nesse caminho. Ele aprendeu, por um lado como evitar problemas; por outro, assimilou uma fundamentação para continuar.

Portanto, o fato de não haver uma comunidade composta apenas por *desviados* (que fortaleça a identidade religiosa deste grupo) pode ser apresentado como um aspecto básico

que explica a insatisfação do ator *desviante* diante de sua “condição negativa” e seu desejo de voltar para a ADB.

Tratando especificamente sobre o que foi constatado nas entrevistas, concluímos que o primeiro fator que pode levar o “desviado” a querer retornar para a ADB é a postura exclusivista e *rigorosa* desta igreja, que parece conferir a seus membros (e isso apareceu também nas entrevistas dos que se desviaram) um sentimento de superioridade em relação a outras religiosidades (inclusive outras religiosidades evangélicas).

Como vimos no capítulo anterior, a ADB se destaca na cidade de Caruaru como uma igreja bastante rígida em relação aos *usos e costumes*. Para a liderança desta igreja, “os usos e costumes são vetores importantes na exteriorização de um coração convertido a Cristo”<sup>31</sup> e, por isso, muitos assembleianos vêm a obediência a tais elementos de exteriorização como uma demonstração da verdadeira conversão. Esta concepção faz com que os membros da ADB vejam as outras igrejas como muito “liberais”, sem doutrina, sem organização e que têm *aberto suas portas para o mundanismo*. Como afirma o pastor Almeida afirma: “Como Deus ama a Assembléia de Deus! Não é inútil este título. [...] muitas [denominações] crescem sem uma boa formação doutrinária [...] No entanto, nossa igreja cresce com organização”.<sup>32</sup>

Para não se “contaminar” com as “práticas liberais” de outras igrejas evangélicas a ADB de Caruaru tenta manter seus membros distantes de outras denominações. Por exemplo, ninguém que seja de outra igreja evangélica pode cantar, pregar ou ter qualquer participação nos cultos da ADB (pode apenas assistir aos cultos) e, da mesma forma, ninguém que seja da ADB pode cantar, pregar ou ter qualquer participação em programações de outras igrejas evangélicas<sup>33</sup>.

Esta postura exclusivista da ADB, observada na área coberta em nosso trabalho de campo, contribui para que o membro desta igreja veja as outras denominações evangélicas como inferiores, como demonstra um entrevistado assembleiano:

*Quem sai da Assembléia não se acostuma em outra e se ele for, fica lá a pulso ou por outro motivo, mas não se acostuma não, porque tanto tempo que ele tá convivendo ali, vendo o sistema, vendo como são exigências no meio do povo de Deus pra Deus operar, então pra se adaptar em outra é*

---

<sup>31</sup> ASSEMBLÉIA DE DEUS-PE. A importância dos Usos e Costumes (Parte 1). **ADNEWS**, Pernambuco, p. 09. Jan. 2013

<sup>32</sup> ASSEMBLÉIA DE DEUS-PE. “Como Deus ama a Assembleia de Deus”. **ADNEWS**, Pernambuco, p. 16. Maio. 2013

<sup>33</sup> Também é proibido a um membro da ADB namorar pessoas que participem de outras religiões e de outras igrejas evangélicas.

*muito difícil. É como se você tivesse comendo uma comida que falta alguma coisa pra dar o tempero. (Anexo 1, Entrevista 2, Questão 16) (Sic)*

A fala deste assembleiano demonstra que há uma relação entre as exigências da igreja e a forma de “Deus operar”, ou seja, para muitos assembleianos, a ausência de manifestações sobrenaturais (incluindo o *batismo com o Espírito Santo*) nas outras igrejas é porque elas têm sido muito influenciadas pelo mundanismo. Como disse um entrevistado: *“tem igrejas que tão pior do que o mundo, então, como é que Deus vai agir? Pra ele agir, tem que primeiro consertar o altar. Tem que ter santificação e a Assembléia tem buscado isso”* (Anexo 1, Entrevista 5, Questão 2) (Sic).

Para muitos assembleianos, a ADB é a melhor igreja, a mais rígida, a mais correta e a que mais busca a Deus. Por causa desta admiração excessiva, eles vêem um grande abismo entre esta igreja e as demais e, conseqüentemente, até quando um assembleiano se desvia, esta visão de uma pretensa superioridade eugenista da igreja emerge em seu discurso:

*Eu voltaria pra Assembléia de Deus. É como se eu tivesse me apegado naquela igreja, entendeu? E assim, é como se fosse um ímã me puxando. Somente aquela e já era. Ela e pronto, não tem outra. Posso até visitar outras igrejas, mas a Assembléia de Deus é a única que me dá vontade de voltar. Eu não sei explicar, realmente, é uma igreja muito rígida, mas aquela rigidez dela me fez me acostumar. Eu me acostumei com as regras que eles aplicavam, me acostumei com o tipo de doutrina (Anexo 3, Entrevista 2, Questão 9) (Sic)*

Na fala desse “desviado”, percebe-se que outra igreja ou religião não o atrai. Para ele, a ADB é a melhor e nenhuma se compara a ela. Nas palavras de um membro permanente: *“quem é dela não se dá em outro lugar não”* (Anexo 1, Entrevista 4, Questão 16) (Sic)

Alguns entrevistados também destacavam que a ADB era incomparável em sua maneira fervorosa de “buscar a Deus”. Para eles, esta igreja demonstra ter um *relacionamento mais profundo com o sagrado*. Este aspecto esteve presente no discurso de quase todos os “desviados” entrevistados, que diziam admirar as “orações fervorosas”, as “pregações acaloradas”, as “vigílias”, as “profecias” e o “falar em línguas estranhas” presentes nas reuniões assembleianas

Na ADB as pessoas são incentivadas a *buscar o batismo com o Espírito Santo* através da oração e enfatiza-se a busca constante pela presença poderosa do Divino. Nesse contexto Deus não é concebido como um ser distante. Ele está perto dos fiéis e, em alguns momentos,

se apossa deles e fala sua própria vontade ao povo, através da profecia. Como destaca Rolim (1980, p. 149):

A comunicação com o sagrado se faz sem mediação de agentes especializados. O Espírito se oferece a todos e neles se manifesta como nos tempos primitivos [...] cada um pode manifestar os poderes de Deus, seja através de curas, seja através do dom de falar e orar em línguas ou ainda por meio das profecias [...] Deus, Jesus Cristo, o Espírito estavam ao alcance de sua religiosidade.

Estas características da ADB contribuem significativamente para que os “desviados” desejem voltar pra suas ex-igrejas. Para eles, “*lá é o lugar em que o poder de Deus se manifesta e onde o crente pode ter mais intimidade com o Senhor*”. (Anexo 1, Entrevista 5, Questão 2) (Sic).

Além disso, para a ADB, aqueles que se convertem passam a ser não apenas *filhos de Deus*, mas também *habitação do Espírito Santo* e, portanto, quando o assembleiano se desvia, o Espírito Santo sai de sua vida, gerando no desviado *saudade dos momentos em que, segundo ele, Deus falava com ele e ele sentia o Espírito Santo agindo em sua vida naquela igreja tão fervorosa*. Uma *desviada* expressa seu saudosismo nas seguintes palavras:

*Eu voltaria pra Assembléia de coração aberto, pois a forma de buscar a Deus, a pregação fervorosa, a forma fervorosa de buscar a Deus, a união espiritualmente, a forma que eles clamam por você, que oram por você, que intercedem por você, você sente realmente Deus falando com você. Eu orava pelas madrugadas, ia pr'as vigílias, assim, foi um lugar que eu me senti muito bem* (Anexo 3, Entrevista 4, Questão 9) (Sic)

Outra *desviada* disse que jamais voltaria para a ADB, mas afirmou também: “*Eu queria congrega em uma igreja que buscasse a Deus da mesma forma que se busca na Assembléia*” (Anexo 3, Entrevista 1, Questão 9) (Sic), e ainda outro *desviado* disse o seguinte: “*jamais vi uma igreja que buscasse tanto a Deus como a Assembléia*” (Anexo 3, Entrevista 3, Questão 9) (Sic).

Destarte, a ênfase dada aos usos e costumes como manifestação externa da santificação e a ênfase nos aspectos emotivos e místicos dos dons espirituais miraculosos contribuem para que assembleianos e *desviados* tenham uma grande admiração pela ADB, sendo este um dos fatores que influenciam na volta (ou no desejo de voltar) dos *desviados* para a igreja.

O segundo fator, detectado nas entrevistas, que faz com que os desviados desejem retornar para a ADB está relacionado às redes de relações sociais estabelecidas na ex-igreja. O

“desviado” nº 5, por exemplo, passou dezessete anos na ADB e jamais participou de outra comunidade eclesial, portanto, embora na entrevista ele tenha demonstrado insatisfação e tenha chegado até a dizer que a “*ADB é terrível*”, em seguida, porém, ele diz: “*meu desejo era voltar pra assembleia de Deus, porque foi a igreja que eu comecei, onde eu comecei, onde eu me criei, aí eu tenho esse desejo, né?*” (Anexo 3, Entrevistado 5, Questão 9) (*Sic*).

O “desviado” nº 2 também enfatizou a relevância de algumas amizades enquanto estava na igreja e sua importância na influência de uma possível volta. Em casos assim, os desviados costumam fazer uma distinção entre “igreja” e “pessoas da igreja”, como demonstra a fala de um entrevistado: “*eu saí dela com raiva não da igreja, mas do pessoal que falou de mim, mas a igreja não tem nada a ver*” (Anexo 3, Entrevista 2, Questão 9) (*Sic*).

Nesta fala o entrevistado diz que não está com raiva “da igreja”, mas de “algumas pessoas”. É como se acima das pessoas que compõem a ADB sua fé acreditasse que a igreja em si é inocente, “*não tem nada a ver*”. Outro “desviado” ratifica esta idéia quando diz algo muito parecido: “*Eu não coloco culpa na igreja, eu critico algumas atitudes, porque é um povo que fala tanto de união, de compaixão de amor e às vezes não tem*” (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 7) (*Sic*).

Nas entrevistas, aqueles que criticavam a ADB por causa da falta de amor, de compaixão e das contendas, sempre se preocupavam em frisar que nem todos os assembleianos eram assim, mas, eram apenas *algumas pessoas*. Esta é a segunda razão que leva os “desviados” a querer voltar para a ADB, para eles, a igreja está acima das pessoas e, nesta perspectiva, quem os acusou foram “*algumas pessoas*”, não a igreja.

Para os desviados entrevistados, na igreja congregam “o trigo e o joio”, os verdadeiros convertidos e os que apenas parecem convertidos, mas não são. Estes últimos são os que falam mal e não têm amor, são atores *cínicos* que representam papéis apenas para conseguir interesses religiosos. Portanto, para os *desviados*, tais pessoas também são atores *desviantes*, mas que sendo apenas *desacreditáveis* conseguem controlar e manipular as informações em seu favor, ou talvez, seus desvios sejam “muito pequenos” (visão do pecado em perspectiva hierárquica) aos olhos da liderança da ADB para que sejam tomadas medidas de exclusão e disciplina diante de tais pessoas.

Finalmente, o terceiro fator detectado nas entrevistas, que faz com que o *desviado* deseje voltar (ou volte) para a ADB é o *desejo de ser honrado no lugar em que ele caiu*.

Vimos, no capítulo anterior, que quando um fiel se desvia da ADB, ele perde todos os cargos que tinha na igreja e os “privilégios espirituais” que o discurso assembleiano promete

aos que *nasceram de novo*. Sendo assim, o retorno do *desviado* para a igreja é visto como um novo processo de libertação no qual o *desviado retornante* volta à condição de *salvo* e de *filho de Deus*.

Além disso, quando o *desviado* retorna para a ADB sua intenção não é apenas mostrar seu arrependimento para Deus, mas é também mostrar para as pessoas que viram sua queda (e que fizeram comentários negativos) que ele tem condições de se reerguer e atuar novamente entre os *atores normais* no cenário da ADB. Como afirma a música pentecostal: “*Quem te viu passar na prova e não te ajudou, quando ver você na benção vai se arrepender, vai estar entre a platéia e você no palco vai olhar e ver Jesus brilhando em você*” (SILVA, 2008). Em outras palavras, uma vez que outrora ele foi apontado como ator desqualificado para atuar, agora ele quer mostrar para aqueles que viram sua humilhação a grande vitória conquistada. Como expressa um *desviado retornante*:

*Deus falou comigo que era lá que Ele ia mostrar que Ele ainda pega o homem da lama, do monturo, esquecido e faz sentar no meio de príncipe. Não que isso seja uma honraria como homem, mas agora é uma contenda com Deus, porque eles não estão dizendo que [ele cita o nome dele] não tinha condição de se levantar, eles estavam dizendo que Deus não tinha condição de levantá-lo. Então eu creio assim: Deus vai me levantar lá na Assembléia de Deus e vai me honrar (como a Bíblia diz que quando a gente honra a Deus, Deus também honra, e eu, com minha pouca força tenho honrado ao Senhor) e o Senhor disse: Você vai ficar lá, vai voltar pro seu lugar, vai pegar sua carteira de membro e quando alguém falar eu vou poder dizer que Deus exalta aquele que foi humilhado. Então eu quero o que é meu, e eu creio que vai ser lá que Deus vai me dá, mesmo que eu pegue meu cartão de membro e no mesmo dia devolva e saia pela porta. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 12) (Sic)*

Esse entrevistado informou que após abandonar a igreja, ele perdeu o bom emprego que tinha, se divorciou e começou a se prostituir e a se embriagar de tal forma que era, normalmente, encontrado bêbado e caído nas calçadas; por causa disso, pelo fato de sua casa ser próximo à ADB, muitas pessoas da igreja o viam nessa situação e o desacreditavam. Este é um dos motivos que fez com que ele tivesse o desejo de mostrar aos outros sua *restauração*.

Porém, é importante ressaltar que este “mostrar aos outros” não significa que os *desviados retornantes* acreditem que se levantaram com sua própria força. Pelo contrário, como o entrevistado acima afirmou, seu retorno para a ADB foi *resultado de uma ação divina*.

E, diante desta ação divina, o *desviado retornante* quer mostrar aos outros que *embora ele tenha caído e sido humilhado, pela graça divina ele deu a volta por cima*. Nas palavras de



outro *desviado retornante*: “*eu queria era dar a volta por cima pra mostrar àquelas pessoas que eu era um crente de verdade e que o que tinha acontecido tinha sido só um fracasso meu*” (Anexo 2, Entrevista 3, Questão 14) (*Sic*).

Estas são algumas das razões que fazem com que muitos desviados quando têm a oportunidade de voltar para a igreja evangélica, apesar do pluralismo religioso tão forte na atualidade (e da multiplicidade de denominações evangélicas), descartem a possibilidade de ir para qualquer outra igreja e voltem para a ADB. Nas palavras de um *desviado retornante*:

*Pra onde eu iria? Eu pensei assim: “Eu não tenho pra onde ir”, porque eu amo demais essa igreja. A maneira como eu fui criado nela, que eu cresci. Eu sou uma pessoa que respeito demais as outras religiões e denominações, existe até coisas na Assembléia que eu discordo um pouco, penso um pouco diferente, mas eu amo demais esta igreja, o jeito dela, a maneira dos cultos, a maneira muito simples, então, eu não tenho pra onde ir, eu não teria pra onde ir, ainda que eu quisesse. (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 12) (*Sic*)*

Agora que já tratamos sobre os motivos que fazem com que o desviado retorne para a ADB, na próxima seção trataremos sobre os fatos ligados a este retorno, focando a aceitação da igreja diante dos desviados retornantes e a representação destes diante dos *membros permanentes*.

### 3.3. O DESVIADO RETORNANTE E SUA REINCLUSÃO NA ADB

Há muitas representações que não poderiam ser feitas se certas tarefas não tivessem sido realizadas, tarefas estas que são fisicamente sujas, quase ilegais, cruéis e de certo modo degradantes. Mas estes fatos perturbadores raramente são expressos numa representação. (GOFFMAN, 1985, p. 48)

O primeiro fato que deve ser relatado sobre o retorno do ator *desviante* para a ADB é que aqueles que vivem esta experiência devem submeter-se ao processo de *disciplina* antes de serem reconhecidos, outra vez, como *membros da igreja*.

Neste ponto, é importante fazer uma distinção entre dois tipos de *desviados retornantes*. O primeiro é aquele que comete um ato desviante e abandona a igreja, convertendo-se novamente depois de algum tempo e sendo submetido à *disciplina* da ADB; e o segundo é o que comete um ato desviante, mas não abandona a igreja. Este, quando tem seu ato desviante descoberto (esta descoberta pode ser por denúncia de outros ou por sua própria confissão) também é submetido à *disciplina* da igreja até retornar, formalmente, à *comunhão*.

As ações proibidas a um ator assembleiano e cujas práticas resultam em sua *disciplina* são assim descritas no estatuto da igreja (Art. 21, I-XII):

É vedado ao membro: I- Praticar atos libidinosos pré ou extramatrimoniais; II- Prática de ato libidinoso de modo que venha a ferir ou a contrariar o intuito ditado pela natureza como obra do criador ou ferir os princípios bíblicos do casamento heterossexual seguidos pela igreja; III- Manter concubinato; IV- Manter união estável; V- Receber bênçãos matrimoniais, em caráter oficial ou não, em outra igreja, exceto em Assembléia de Deus coirmã; VI- Casar, sendo casado, ainda que não haja sentença judicial declarando o seu estado de bigamo; VII- Participar de entidade associação ou movimento cujos atos ou ideologias contrariem a Bíblia Sagrada ou a sua doutrina ensinada pela igreja; VIII- Incurrer em conduta escandalosa na sociedade; IX- Figurar em rol de membros de outra igreja; X- Valer-se da condição de membro ou do exercício de função ou cargo para obter proveito pessoal ou de outrem em detrimento da igreja; XI- Insubordinar-se; e XII- Promover dissidência.

Estas ações são vedadas a qualquer membro da ADB e se alguém for acusado de cometê-las, a consequência poderá ser desde a suspensão até a exclusão da comunhão da igreja, sendo esta o desligamento total do membro em relação à igreja e aquela, o não

exercício provisório dos direitos de membros contidos no Artigo 19: II-VI<sup>34</sup>. Mas para chegar a este ponto, o membro infrator, normalmente, passa antes pelo processo de *disciplina*.

Teoricamente, um membro não é *disciplinado* por transgredir os *usos e costumes* da igreja, mas ele pode ser penalizado e se tiver cargos pode perdê-los. Um *desviado retornante*, por exemplo, contou a seguinte experiência:

*Eu era candidato ao diaconato na igreja e eu dava uma força em um desafio jovem em Terra vermelha [um sítio de caruaru] e lá, todo dia, mais ou menos três horas, tinha o lazer. Os caras vinham cheios de droga e pra desopilar a gente batia uma bolinha e quando o pastor da Assembléia de Deus ficou sabendo disso, mandou me chamar, eu e outro irmão, e colocou a gente num quarto e disse: “olhe, a gente tá sabendo que vocês tão jogando bola e vocês sabem que estão em pecado e eu quero saber se vocês vão parar com isso”. O outro irmão baixou a cabeça e aceitou logo, mas eu disse: “olhe pastor, se o senhor me provar biblicamente que eu estou em pecado, eu não tenho como ir contra o senhor não. E eu vou parar a partir de agora, vou continuar lá, mas jogar bola e não jogo mais. Agora se o senhor não provar... aí ele disse: “isso não tá se tratando de pecado, tá se tratando dos costumes da igreja e se você não aceitar agora, eu vou tomar seus cargos. Aí foi dito e feito, eu fiquei sem cargo nenhum na igreja. (Anexo 1, Entrevistado 4, Questão 21) (Sic)*

Esta experiência mostra como o assembleiano diferencia *doutrinas* de *costumes* (Cf. Cap. 2), fazendo com que a desobediência a estes não seja motivo para *disciplina*, mas apenas para restrição quanto ao exercício de cargos na igreja. Esta atitude da ADB é uma forma preventiva de manter os *costumes* da igreja. Entrevistando um dirigente de congregação, ele afirmou:

*Teve uma jovem que eu afastei. Ela tava pintando as unhas, passando batom, pintando o cabelo e eu perguntei à mãe dela, “porque fulana tá assim?” Aí ela foi continuando, continuando, e eu afastei ela das atividades. Aí depois, num trabalho que a gente fez de avivamento, Deus batizou ela com o Espírito Santo, ela viu que tava errada, pediu perdão no dia e tá no conjunto de volta, e hoje tá uma bênção, tá melhor do que era. (Anexo 1, Entrevista 2, Questão 7) (Sic)*

Segundo a ADB, as medidas de advertência e suspensão oriundas do processo disciplinar visam à restauração espiritual, a valorização da comunhão e o exercício da santidade (Cf. Art. 22, §2º), ou seja, o desejo da igreja é que aqueles que se submetem ao processo reconheçam o erro, arrependam-se e no fim do tempo determinado, voltem à

<sup>34</sup> **Art. 19.** São direitos dos membros: I- participar dos cultos; II- participar da Santa Ceia; III- participar das Assembléias gerais; IV- votar e ser votado, observadas as qualificações expostas neste estatuto; V- ocupar cargos na igreja, na forma deste estatuto; VI- ter acesso a relatórios financeiros.

*comunhão* da igreja. Mas, quando o membro infrator é irreduzível, ele é excluído do rol de membros.

Três fatores, normalmente, são observados pela liderança da ADB na aplicação da disciplina e influenciam no tipo e grau de punição do membro transgressor (estes casos se referem principalmente aos casos em que os *atores desviantes* não abandonam a igreja), são eles: a forma como o caso se tornou conhecido, o tipo de infração cometida e a atitude do infrator diante do processo.

Começando pela forma como o caso se torna conhecido, o estatuto da ADB prevê duas situações: a confissão espontânea ou a denúncia. Quando a primeira acontece, o processo é mais rápido e menos complicado. Neste caso “*o presidente [da comissão de aconselhamento], após ouvir a confissão e redigir a ata, fará relatório à autoridade julgadora, que declarará qual a disciplina aplicável*” (Art. 39). Contudo, quando o membro transgressor é denunciado (esta denúncia pode ser escrita ou verbal), se não houver provas convincentes, o ministro ou presbítero a quem a denúncia foi encaminhada, iniciará uma averiguação prévia com vista à apuração dos fatos e, dependendo do resultado, determinará a instauração do processo disciplinar ou a denúncia será arquivada (Cf. Art. 31-32).

De acordo com o *membro permanente* nº 5, que já participou de vários processos de *disciplina*, a maior parte dos membros disciplinados confessam espontaneamente sua transgressão. Isso acontece, segundo ele, devido à consequência da soteriologia assembleiana que defende, como vimos no capítulo anterior, o risco iminente da perda da salvação e, sendo assim, o assembleiano, quando peca, sente a necessidade imediata da confissão para que ele não seja penalizado com a morte eterna. Outro fator citado pelo entrevistado é a consciência cristã, pois o incômodo que a transgressão gera na mente do assembleiano faz com que, por mais doloroso que seja, ele confesse seu pecado. Este é o caso, por exemplo, de um ex-presbítero da ADB, que adulterou e confessou por iniciativa própria (a partir do funcionamento da pressão exercida pela interiorização da norma do grupo):

*Quando você cai em si (não que eu tenha feito inconsciente, que eu não sou doente, né?), quando você comete essa fraqueza... e aí é muito subjetivo, vai depender muito da sua formação cristã, você pensa assim: “eu passo por essa vergonha, ou eu tento me resolver sozinho?” Aí pesa muito. Então, particularmente pra mim, eu imaginei que eu ajudaria a consertar o erro passando pela disciplina. Era como que eu tivesse... é um ato de humildade, de reconhecimento do meu erro, eu achei que me ajudaria no processo de restauração eu fazer isso, fazer assim. Até porque isso foi uma coisa que eu ensinei a vida toda e isso pesou muito também (eu não vou ser hipócrita de dizer que talvez se eu fosse membro eu não teria confessado não), mas,*

*sendo um presbítero da igreja, sendo o que eu era que humanamente falando foi a igreja que me fez ser o que eu era, e eu ensinei aquilo a vida toda, então chegaria o momento que eu teria que ensinar aquilo novamente numa escola dominical, num culto de instrução, num estudo pros irmãos, ensinar que quando isso ocorre o procedimento deve ser esse, como estaria minha consciência? E, como o pastor Jaime me disse: se um dia eu voltar, as pessoas vão poder olhar pra mim e eu vou ter autoridade pra pregar do mesmo jeito que eu pregava antes e falar tudo que eu falava antes, porque ocorreu comigo, o que eu preguei eu vivi e o que eu preguei eu paguei. [...]Pra tomar a decisão de me denunciar eu passei quatro dias e eu parti do princípio do que eu pregava, do que tanto eu ensinei, do que eu tanto instruí, porque eu participei de muitas comissões de disciplinas de outras pessoas, (Anexo 3, Entrevista 1, Questão 7) (Sic)*

Este é o dilema enfrentado pelo assembleiano quando, após a infração, ele pensa na possibilidade de se tornar um ator desqualificado para atuar. É nesse contexto, como vimos acima, que os princípios doutrinários e éticos contribuem significativamente para que o membro escolha o caminho da confissão espontânea.

Todavia, nem sempre o membro infrator confessa sua falta diante da liderança da ADB e, por isso, em muitos casos, ele é *denunciado*. Neste caso o processo é mais delicado, pois aquele que *denuncia* deve apresentar provas para que o processo seja aberto. Um *membro permanente* conta o seguinte exemplo:

*Eu já vi casos de disciplina que se arrastou por semanas porque um disse uma coisa outro disse outra, outro negou. O rapaz que havia sido denunciado por adultério negava até a morte, mas ele não sabia que o marido da mulher (o cônjuge traído) tinha colocado um programa no computador que gravava. Então ele negou, negou, negou, negou, o cara foi lá e imprimiu duzentas e quarenta páginas de conversa do MSN dos dois e tudo que tava na conversa batia com o que tinha acontecido na prática, dia tal ele comentou com ela que tava ali, que tava assim, que aconteceu isso e o pastor foi conferindo, conferindo, até que no final ele não tinha mais como negar e o pastor o pegou na mentira. Nesse caso, esse rapaz saiu da igreja (Anexo 1, Entrevista 5, Questão 9) (Sic)*

O segundo fator observado pela liderança da ADB na aplicação da *disciplina* e que influencia no tipo e grau de punição do membro transgressor é o tipo de infração cometida. O estatuto prevê que dependendo da natureza e da gravidade da falta cometida, bem como de sua repercussão entre os membros na igreja e na sociedade, a punição será mais ou menos severa. O Art. 24 cita diversas faltas cuja *disciplina* é de um período até 90 dias e relata que em casos de prática de atos libidinosos pré ou extramatrimoniais que causarem escândalos (ou outros escândalos para a sociedade) o tempo da disciplina será de mais que 90 dias.

Finalmente, o último fator que influencia no grau de punição da *disciplina* é a atitude do infrator diante do processo disciplinar. Como foi dito anteriormente, diante da denúncia com provas convincentes, o infrator é chamado para comparecer diante da comissão de aconselhamento. Se, diante desta comissão, o membro infrator reconhece que errou e pede perdão, o processo é mais rápido e menos complicado. Contudo, se ele se nega a comparecer diante da comissão ou se diante dela, ele nega sua infração, o processo se torna mais delicado e mais demorado, levando a um desgaste maior de ambas as partes. Dependendo das provas e da repercussão do caso, o membro transgressor pode ser solicitado pela comissão a deixar seus cargos na igreja, até a elaboração do relatório final do processo.

O assembleiano que está em *disciplina* fica suspenso da comunhão da igreja, ou seja, perde seus direitos de membro e passa a ser tratado como um simples congregado, cuja atuação é bastante restrita no cenário da ADB, e no qual se restringe apenas à condição de platéia que recebe informações oriundas do palco. Ele pode ir aos cultos, mas não pode participar da *Santa Ceia*, não pode participar das *Assembléias Gerais*, não pode votar e nem ser votado e não pode ter acesso a relatórios financeiros (Cf. Art. 24).

Enquanto o *desviado retornante* está em *disciplina* ele também fica sob observação da igreja. “*Ele passa por um período de, mais ou menos, três meses de observação, se a igreja observar que ele tá firme, então, com o tempo, ele vai ganhando os cargos de volta*” (Anexo 1, Entrevista 1, Questão 11) (Sic). Neste monitoramento eclesiástico, os membros da igreja “*ficam observando você, se você tá vindo pra igreja, se você tá tendo uma postura de crente, se você não caiu no pecado de novo*” (Anexo 2, Entrevista 2, Questão 13) (Sic).

Nesta condição, em qualquer momento que o *desviado retornante* esteja sob o possível olhar de um assembleiano (ou de alguém que pode interferir em sua situação) espera-se que ele seja minuciosamente disciplinado<sup>35</sup> e represente seu papel de forma convincente, tratando tal lugar como uma *região de fachada*, pois, uma vez que este *desviado retornante* conhece o sistema da igreja e sabe que está sendo observado e que sua completa reinserção depende da impressão que os outros membros têm sobre sua mudança, ele deve encenar de tal forma o papel de assembleiano que não desperte dúvidas sobre sua *nova conversão*.

Se para ser aceito por Deus é necessário o elemento interno do arrependimento, para ser aceito pela ADB é necessário que o arrependimento se exteriorize na encenação e, portanto, uma vez que o *desviado retornante* conhece a fachada idealizada do ator assembleiano, ele deve vestir o figurino, memorizar o *script* e se policiar em relação aos *atos*

---

<sup>35</sup> A palavra aqui se refere à autodisciplina e monitoramento das próprias práticas.

*ameaçadores da fachada* para que suas pretensões de aceitação não sejam frustradas. Nas palavras de Goffman (1985, p. 46): “Se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles”.

Nessa nova atuação, alguns *desviados retornantes* usam táticas de representação para adaptar suas atitudes à *região de fachada* e, assim, convencer os outros de sua conversão. Com esta finalidade, eles submetem suas crenças pessoais aos costumes da ADB, restringindo as transgressões à *região de fundo* e apresentando-se na *região de fachada* de acordo com a expectativa da igreja. Este é o caso, por exemplo, de um entrevistado que diz: “*Tem coisa que eu sei que não é pecado, como usar short, jogar bola, mas como eu já tinha me desviado, então quando eu tava na igreja eu tinha o maior cuidado, ou então na rua, porque podia ser que alguém me encontrasse e o que ia pensar?*” (Anexo 2, Entrevista 2, Questão 17) (Sic).

Na fala deste entrevistado percebemos um medo de ser associado novamente com as práticas desviantes e, por isso, ele vive como se todos o estivessem observando constantemente. Se ele acredita, por exemplo, que usar short não é pecado, ele o usará quando estiver sozinho, mas quando estiver diante de outras pessoas, terá cuidado para se apresentar vestido de calça (o figurino *correto*) para não dificultar seu processo de reinserção.

Além de reprimir os atos impróprios na *região de fachada*, para provar a veracidade de sua nova conversão o *desviado retornante* age pensando no que os outros pensarão sobre ele e por isso, ele usa os mecanismos de *manipulação da impressão* a fim que produzam o efeito interacional desejado (Cf. GOFFMAN, 1985). É isso que um entrevistado relata: “*a gente, quando volta, tem que andar como quem tá pisando em ovo porque qualquer coisinha que você fizer de errado, o povo pode pensar que a gente não se converteu de verdade*” (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 17) (Sic).

Uma vez que o “ex-desviado” demonstrou sua incapacidade de representar o papel requerido pela ADB, muitos assembleianos o tratam como alguém que tem uma “predisposição para o pecado” e uma fraqueza que se apresenta diante das *tentações*. tal pessoa é vista como uma possível ameaça para o espetáculo na ADB e, por isso, para o assembleiano, a observação da igreja é importante porque previne que o nome da igreja seja maculado pela possível “má conduta” do *desviado retornante*. Nas palavras de um entrevistado:

*Cada pessoa tem um ponto fraco e o inimigo [Satanás] sabe qual é esse ponto fraco e fica tentando até a pessoa cair. Aí, quando a pessoa cai uma*

*vez e depois volta pra igreja, ela deve ficar atenta pra não cair de novo e escandalizar o evangelho né? Por isso, é importante a igreja ficar observando a conduta da pessoa que voltou porque se ela der uma escorregada, aí alguém chega junto e não deixa que a igreja e o nome de Deus seja envergonhado. (Anexo 1, Entrevista 3, Questão 11) (Sic)*

Portanto, dois fatores motivam o *desviado retornante* na representação de seu papel. Primeiro, como foi dito na seção anterior, o desejo de dar a volta por cima e *ser honrado no lugar em que antes havia sido humilhado* (e pelas pessoas pelas quais foi humilhado); e, segundo, o desejo de ser novamente aceito na comunidade, dissipando as dúvidas dos *membros permanentes* quanto à sua identidade.

É por isso que, de acordo com os *desviados retornantes*, suas atitudes devem testemunhar da mudança em suas vidas, mostrando aos *membros permanentes* que a condição desviante é apenas uma mácula do passado. Nesta representação do papel, quando o ator desviante retorna para a ADB (estando sob a observação dos outros) ele deve estar atento para os mínimos detalhes que podem comprometer sua nova carreira na igreja e, assim, ele “agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter”. (GOFFMAN, 1985, p. 15).

Na luta pelo reconhecimento de sua nova conversão, um elemento que será explorado pelo *desviado retornante* é o *decoro*, que, segundo Goffman (*Ibidem*, p. 102): é o “grupo de padrões [que] diz respeito ao modo como o ator se comporta enquanto está ao alcance visual ou auditivo da plateia, mas não necessariamente empenhado em conversar com ela”.

Goffman (*Ibidem*) trata sobre como o *decoro* é usado pelos indivíduos na encenação, citando o exemplo da formulação do trabalho simulado dos empregados, que sem dirigir-se diretamente à plateia, tenta convencê-la do “trabalho árduo” que está desempenhando. De forma semelhante, o *desviado retornante* utiliza o *decoro* para simular práticas que demonstram sua conversão sem, necessariamente, dirigir-se à plateia, mas, com a finalidade de convencê-la de que ele realmente foi regenerado.

Esta forma de encenação se apresenta como uma boa opção para alguns *desviados retornantes* porque uma vez que suas oportunidades de convencer, verbalmente, outras pessoas da igreja sobre sua mudança são bastante limitadas, a melhor maneira de tentar este convencimento é deixar que suas atitudes falem e, de forma indireta, mostrem que sua nova conversão foi genuína. Nas palavras de um *desviado retornante*:



*A gente é vigiado, eles cobram muito, exigem muito, então eu tento fazer a diferença, tento obedecer ao Senhor e às normas da igreja. No início, eu ficava ansioso querendo que eles vissem logo que eu tinha voltado de coração pra o Senhor, mas agora eu aprendi que eles têm que ver Cristo em minha vida com meus atos, com a minha caminhada. Por exemplo, tem um rapaz lá que não gosta de mim, mas eu tava descendo pra igreja e passei por ele e me disseram que ele olhou pra pessoa que tava do lado dele (e eu tava bem vestidinho, bem cheiroso, com a Bíblia debaixo do braço, com cabelo cortado, com o semblante brilhando, com o Espírito Santo) e disse, mas rapaz com é que pode...? Então é isso que eles têm que ver, eu de boca fechada, andando e glorificando ao Senhor, fazendo a minha parte, isso é fazer a diferença. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 17) (Sic)*

Uma vez que a atuação dos desviados retornantes é bastante restrita no cenário da ADB, eles aproveitam as oportunidades e utilizam o recurso do *decoro* para fortalecer seu poder de convencimento. Enquanto a platéia não está ciente do espetáculo e pensa que está presenciando atos aleatórios do ator, este aproveita a aparência de “acaso” e utiliza o *decoro* para salientar os efeitos de sua representação.

Além disso, em sua atuação o *desviado retornante* tende a preservar sua fachada, evitando situações que lembrem ou estejam, de alguma forma, associadas a seu ato desviante do passado e que, conseqüentemente, levem os assembleianos a duvidar de sua condição atual. Um entrevistado, cujo problema que o levou à disciplina foi adultério disse: “*se eu já tinha cuidado antes, hoje eu tenho mais ainda, eu, praticamente, não falo com irmã na igreja, a não ser acompanhado* (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 15) (Sic).

Não há nenhum problema em um homem conversar sozinho com uma mulher na igreja, mas devido o histórico desviante deste entrevistado, ele prefere evitar esta situação que pode ser mal interpretada por alguém, macular sua fachada e dificultar o processo de reinserção. Outro entrevistado, que tinha se desviado por causa do alcoolismo, falou sobre seu cuidado na representação, dizendo: “*se meus familiares ou amigos tiverem bebendo em algum lugar, eu saio logo de perto, porque eu sei que se passar algum irmão da igreja, ele pode pensar que eu também tô bebendo, aí, daqui pra venha explicar, já houve muito falatório*” (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 17) (Sic). Esse cálculo cuidadoso da representação a ser encenada é descrita por Goffman (1985: p. 25) assim:

Quando o indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser.

A partir do que foi exposto acima, percebemos que o *desviado retornante* quer e luta pelo reconhecimento de sua conversão diante dos *membros permanentes*. Ele, pessoalmente, acredita que foi *regenerado pelo poder divino*, mas também quer que os outros acreditem nesta regeneração e, por isso, ele atua diante da plateia, acreditando que esta o reconhecerá como verdadeiro convertido.

A resposta de reconhecimento dos *membros permanentes* ao *desviado retornante* é dada no culto administrativo, que acontece uma vez por mês, no templo matriz. Neste culto (que é restrito apenas aos membros da ADB) são citados os nomes dos *atores desviantes* que entraram em disciplina e, em outro momento, os nomes dos *desviados retornantes*<sup>36</sup>. À medida que os nomes destes são citados, cada pessoa se levanta e, em seu lugar, pede perdão à igreja. Em seguida, depois que todos os *desviados retornantes* pedem perdão, o dirigente do culto administrativo pergunta se a igreja os perdoa. Quando os membros assembleianos dizem “amém”, aqueles ex-atores desviantes são formalmente reinseridos na igreja e, no final do culto são abraçados por familiares e amigos.

Este ritual é muito importante para o *desviado retornante*, pois marca sua reinclusão formal na membresia da igreja e lhe dá novamente o direito de atuar “sem restrições” no palco da ADB. Todavia, embora tenha o direito de participar como ator *normal* dos rituais eclesiásticos, ele ainda poderá enfrentar algumas dificuldades no antigo/novo contexto, tais como as que analisaremos na próxima seção.

---

<sup>36</sup> Antes, o infrator ia ao púlpito e dizia a todos o pecado que havia cometido e, quando saía da disciplina a pessoa também ia pra frente, mas, atualmente, a pessoa apenas pede perdão e ninguém sabe o motivo.

### 3.4. O DESVIADO RETORNANTE E AS DIFICULDADES DA REINserÇÃO NA ADB

A socialização pode não envolver tanto uma aprendizagem dos múltiplos detalhes específicos de um único papel concreto; frequentemente não haveria tempo ou energia suficiente para isto. O que parece ser exigido do indivíduo é que aprenda um número suficiente de formas de expressão para ser capaz de “preencher” e dirigir mais ou menos qualquer papel que provavelmente lhe seja dado (GOFFMAN, 1985, p. 72-73)

Assim como na parábola do *filho pródigo* e no exemplo dos cristãos perseguidos no século III, uma vez que o ator desviante retorna para a ADB, no processo de representação de seu papel ele enfrenta uma série de dificuldades que obstam sua completa reinserção na comunidade.

Nas próximas seções trataremos sobre algumas dessas dificuldades enfrentadas pelos *desviados retornantes* quando tentam deixar as práticas desviantes e contracenar novamente com os *atores normais*.

#### 3.4.1. DIFICULDADES LIGADAS À REJEIÇÃO

Os *atores desviantes* que abandonaram a igreja, geralmente, voltam para ela através da reposta positiva ao apelo (assim como na primeira conversão) e, diante deste ato público de arrependimento e fé, eles vêm a nova conversão como mais uma *libertação* de Deus em suas vidas, pois antes da conversão eles eram *escravos do pecado e do diabo*. É assim que um *desviado retornante* conta sua experiência de retorno para a ADB:

*Eu voltei pra Jesus na minha casa. Eu tava bebendo muito porque eu lembrava muito da minha mãe, que tinha falecido há poucos anos pensava também na esposa e nos filhos que tinham ido embora, não tinha mais recurso, entrei em depressão, até veneno eu pensei em tomar. E foi quando o pastor de uma outra igreja (eu não lembro o nome da igreja) me fez algumas visitas, me apoiou, conversou comigo e disse: “vá pra igreja, rapaz”. Então em um momento que eu pensava que ia morrer, Deus passou a mão e eu senti a voz dele dizendo pra mim: “hoje eu tô te levantando porque eu tenho um plano na tua vida e o que tão dizendo por aí, que você vai morrer, é mentira, isso é a voz do inimigo”. E ali eu vomitava o que eu*

*não tinha mais o que vomitar, porque eu tava doente e eu fedia a carniça, ninguém chegava perto de mim porque eu tava fedendo já também, dezessete dias sem tomar um banho e aí, eu me levantei tomei um banho e fui pra igreja, onde levantei a mão e voltei para Deus. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 13) (Sic)*

Neste momento da conversa, o entrevistado se emocionou bastante quando lembrou de como estava antes da conversão e comparou com sua situação atual. Como é recorrente na esfera religiosa, para ele, tornar-se evangélico não significa apenas aceitar uma nova religião, mas é, sobretudo, uma “experiência de conversão a um sistema de significados capaz de impor ordem aos dados dispersos de uma biografia pessoal” (BERGER 1986, p. 74). Em outras palavras, é a reorganização de uma vida desestruturada, tendo por base o poder divino.

Agostinho compreende a conversão nesta perspectiva quando afirma no primeiro parágrafo de suas *Confissões*: “o homem, partícula de tua criação, deseja louvar-te. Tu mesmo o incitas para o deleite no teu louvor, porque nos fizeste para ti, e nosso coração está inquieto enquanto não encontrar em ti descanso” (AGOSTINHO, 2006, p. 29).

Esta citação expressa a concepção agostiniana em relação ao “vazio existencial do ser humano sem Deus” e é resultado de sua própria experiência de conversão, que ele descreve, nas *Confissões*, como organização de uma vida desestruturada e como a peregrinação de um indivíduo inquieto e angustiado, mas que encontra em Deus a paz que excede todo entendimento e que preenche, satisfatoriamente, o coração do ser humano.

A fala supramencionada, do *desviado retornante*, evoca estes aspectos da conversão quando associa toda desgraça e ausência de felicidade ao período anterior à sua nova fé e ressalta a intervenção divina como o fator de ruptura entre a perdição e a salvação. Nesta perspectiva, o *desviado retornante* compreende sua nova perspectiva de fé como alguém que viveu uma mudança radical em sua vida, *que estava perdido e foi achado, que estava morto e reviveu*.

Contudo, a nova conversão é apenas o início de uma nova fase na vida do “ex-desviado”. Quando ele levanta a mão e vai à frente, respondendo ao apelo, o presbítero (ou dirigente) ora por ele e se ele tiver familiares e amigos, estes normalmente o abraçam e lhe parabenizam pela decisão. Porém, uma vez que o *desviado retornante* já *caiu* uma vez, exige-se dele um esforço contínuo para que não *caia* novamente. E neste esforço ele terá que enfrentar algumas grandes lutas:

*Hoje eu me sinto um herói, um vencedor de tá lutando em meio de tanta adversidade, porque eu tô lutando contra mim mesmo pra não pecar, to*

*lutando contra o mundo que tá todo aí, e tô lutando com uma igreja dividida, tô lutando contra meus irmãos dentro da igreja que não querem, que foi a pior luta, porque você chega na igreja, dobra seu joelho e sabe que tá um disse me disse e você tem que agüentar e continuar adorando o Senhor, até que um dia eu saia da disciplina, volte a cear e tenha liberdade pra fazer a obra de Deus e continuar dando glória a Deus (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 14) (Sic)*

Este *desviado retornante* fala sobre a experiência de se reinserir na ADB como uma luta contra três inimigos. Tratamos sobre os dois primeiros (a *carne* e o *mundo*) no capítulo anterior, mas o último a que ele se refere são os próprios *irmãos* da igreja. Segundo este entrevistado, muitas pessoas da ADB não estão preparadas para receber o *desviado retornante* porque acham que, depois de sua queda, ele não é digno de estar novamente entre os *atores normais* e, por isso, “o indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão” (GOFFMAN 1988, p. 23)

Se no dia da conversão o *desviado retornante* é parabenizado e elogiado por sua decisão, nos dias seguintes os membros permanentes terão que lidar com este sujeito que está em uma condição de ambivalência, uma vez que não é nem um ator normal puro e nem um desviante total; enquanto isso, o *desviado retornante* espera ser bem tratado e acolhido, mas ao mesmo tempo fica apreensivo quanto a uma possível rejeição.

É importante destacar que o estigma em relação aos *atores desviantes* (e consequentemente em relação aos *desviados retornantes*) e sua desqualificação para atuar não estão ligados somente ao ato desviante em si, mas, sobretudo, ao conhecimento que os *atores normais* têm sobre tal ato. No capítulo primeiro vimos que, de acordo com Goffman (1985), um mesmo ator pode representar papéis conflitantes e incompatíveis para diferentes plateias, desde que ele evite que aqueles para quem tais papéis são representados tenham contato uns com os outros. Portanto, uma vez que o ator desviante pode ser *desacreditável* sem ser *desacreditado*, um assembleiano que pratica atos normais enquanto está na ADB e atos desviantes quando está fora dela pode ser normalmente aceito (durante toda sua trajetória evangélica) na igreja se conseguir manter a platéia assembleiana ignorante acerca de seus atos desviantes. Se, porém, seu procedimento dúbio for descoberto, tal pessoa será confrontada pela liderança e, se abandonar a igreja, provavelmente terá dificuldades em sua reinserção. Como um *desviado retornante* explica:

*Eu não vejo amor de muitos deles comigo, sou incompreendido, muitos não dão a paz do Senhor a mim, dizem apenas tudo bom ou viram as costas. Quando eu dou a paz do Senhor, eu dou a mão, eles tiram a mão. Isso na*

*escola dominical, onde eu era professor, por isso eu nem tô dando mais a paz do Senhor, eu sento e fico de cabeça baixa e o professor me dá a paz do Senhor, mas os alunos não. De sete alunos, três me dão a paz e quatro não. Os que me dão a paz do Senhor são os mais novos que não conhecem a minha história, mas os mais antigos quando fala é só “tudo bom”. Eu acho que eles pensam que Deus não pode fazer um milagre no ser humano, pois eu entro e saio da igreja e eles não me dão a paz do Senhor. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 14) (Sic)*

Como vimos no capítulo anterior, na ADB, a saudação com “a paz do Senhor” é uma forma de reconhecimento de que o outro é um verdadeiro convertido. Esta é a causa do descontentamento deste *desviado retornante*, pois quando os outros não lhe saúdam dessa forma significa que eles estão questionando a veracidade de sua conversão e desqualificando, logo no início da interação, a encenação que ele pretende colocar em curso.

Nesta perspectiva, a saudação com “a paz do Senhor” age como uma forma de reconhecimento da identidade do outro, pelo menos, de duas formas. Primeiro, no início da interação, que é quando um assembleiano saúda o outro, reconhecendo que ele é digno de compartilhar o mesmo Espírito (Cf. MAUSS, 2003; OLIVEIRA, 2004) e de participar como igual na relação; e segundo, como resposta, que é quando um assembleiano recebe a saudação de alguém e responde com expressões que reconhecem a sua identidade e dignidade. O entrevistado acima viveu as duas experiências de não reconhecimento e demonstrou bastante tristeza e insatisfação.

Esta manifestação de não reconhecimento é uma forma de o assembleiano colocar o outro em lugar de inferioridade, principalmente quando está ligado ao aspecto da resposta, pois, quando o *desviado retornante* expressa sua expectativa de ser reconhecido, ele sofre a indiferença.

Porém, esta forma de rejeição normalmente está ligada ao histórico da relação entre *desviados retornantes* e *membros permanentes*. O último *desviados retornantes* mencionado, por exemplo, contou que por diversas vezes tentou voltar para a ADB, respondendo positivamente ao apelo, mas não conseguia continuar na igreja e voltava a se embriagar e a se prostituir. Segundo ele, talvez este seja o motivo pelo qual alguns assembleianos o rejeitam hoje.

O presbítero da congregação deste *desviado retornante* também foi entrevistado e, comparando as duas entrevistas, ironicamente, parece que os dois entrevistados não estavam falando da mesma igreja. Ele disse:

*É uma das virtudes que a Assembléia de Deus tem que quando essa pessoa volta ela é abraçada com mais carinho do que, talvez, quando aceitou pela primeira vez. Não é que a igreja seja ensinada assim, no sentido de dizer: “vá lá naquele momento e faça assim”. É espontâneo, há um amor muito grande nesse sentido, quando alguém volta, ele é realmente recebido como filho, com abraços não só naquele momento, mas se for um jovem, a própria juventude se aproxima dele e já convida ele pra os cultos, quer dizer, há um interesse nessa pessoa. Então a Assembléia de Deus é um exemplo nisso, ela recebe muito bem os desviados que voltam, ela não olha pra o que ele fez e sim para o que ele quer. (Anexo 1, Entrevista 1, Questão 14) (Sic)*

Este presbítero elogiou a ADB bastante durante a entrevista, dizendo que ela é um exemplo na doutrina e no amor, que os que congregam lá amam os *desviados retornantes* incondicionalmente e que se esforçam ao máximo para que eles sejam bem acolhidos como irmãos amados, que merecem todo apoio e atenção. Contudo, o *desviado retornante* desta mesma congregação, contando sua própria experiência, relata fatos bastante diferentes:

*Apoio da igreja Assembléia de Deus Belém... é uma bênção, tem muito homem de Deus, mas o amor passa longe. O amor, eu digo com sinceridade, sou de lá, vai fazer um ano agora que eu me voltei e pra você ter idéia, desde que eu me voltei, o Senhor fez muita promessa na minha vida, nem a paz do Senhor um vizinho meu, que tem cargo na igreja, ele é um auxiliar há muito tempo e nem a paz do Senhor ele dá, ele é até intrigado de mim porque ele diz que eu sou um profano e que o que eu sou é tudo fogo de palha, é mentira. E faz um ano que eu tô em disciplina. E até o dia de hoje eu não encontro apoio dos meus irmãos. Por exemplo, na escola dominical eu vou pra lá, mas até uma opinião minha eles viram a cabeça. Se não fosse o Senhor na minha vida, por irmão, até hoje aí é que tinha me desviado mesmo, aí é que eu tinha me revoltado, pelo que eu escuto. Quando me vêem balançam a cabeça se afastam de mim, cortam caminho. [...] Essas pessoas me conheciam, andavam comigo, viram quando Deus me batizou com o espírito Santo, quando eu descii às águas, me abraçavam muito, pessoas que eu tinha ajudado através de oração e profecia, mas até hoje ninguém me chama para saber como é que o irmão tá, o que é que tá faltando. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 11) (Sic)*

Temos dois relatos antagônicos (e de pessoas que estão em condições diferentes) sobre a mesma igreja. De um lado o *membro permanente*, que tenta passar uma imagem positiva da ADB e de outro lado, o *desviado retornante*, que não teria nada a perder se dissesse que tinha sido bem recebido na igreja, mas que narra sua experiência de rejeição.<sup>37</sup>

Como foi dito no primeiro capítulo, esta é uma das limitações da pesquisa baseada em entrevistas, pois aquele que responde tende a selecionar fatos que sejam coerentes com as

---

<sup>37</sup> Com este comentário, não estamos questionando a sinceridade da entrevista do *membro permanente*, mas, levantamos a possibilidade do desconhecimento de alguns fatos sobre os *desviados retornantes*.

expectativas do que é “correto” e “bom” e, por isso, exige do pesquisador sensibilidade para interpretar a produção dos dois discursos, examinando se o entrevistado está faltando com a verdade, se há desconhecimento dos fatos verdadeiros ou se há dois olhares sobre o mesmo fato com focos diferenciados.

O relato do *desviado retornante* é produzido a partir de uma posição de desqualificação produzida pela instituição e, por isso, a rejeição é um fator que dificulta sua encenação diante dos *atores normais*. Vimos no capítulo primeiro que, segundo Goffman (1985), para que o ator sincero tenha êxito em sua representação, ele precisa do auto-reconhecimento, do reconhecimento dos outros atores e da platéia e, se um desses lhe faltar, sua *estrutura de plausibilidade* tende a ser abalada. Nesta condição, se o *desviado retornante* não tivesse apoio e reconhecimento de nenhum membro da ADB (o que não é o caso, como veremos abaixo) a tendência seria que sua crença no papel que desempenha fosse minimizada e abalada até deixar de existir, uma vez que ele atua para os outros.

Outro *desviado retornante*, chateado com a forma como alguns assembleianos tratam os ex-desviados, comenta:

*Não tem apoio nenhum. Assim, o assembleiano faz de tudo pra sair trinta, quarenta pessoas num grupo, dia de domingo, pra ir evangelizar pessoas, mas tem uma pessoa que se afastou e voltou ao lado deles e eles não têm uma palavra pra dar, porque a palavra que eles tem pra ele é dar as costas, é julgar, criticar. O cara que já tá tentando se levantar, aí o que é pra eles fazerem? É chegar com amor e mostrar com amor que a pessoa é importante, mas é como se alguns deles tivessem prazer em ver o cara se desviar. (Anexo 2, Entrevista 4, Questão 20) (Sic)*

A esperança dos *desviados retornantes* que vivem esta experiência de rejeição, é que aqueles que os rejeitam, passem a vê-los mais pelo que são no presente do que pelo seu histórico desviante passado e, para que isso aconteça, é necessário que haja uma *rotinização* do desvio. Segundo Goffman (1988), há alguns sinais de estigma que geram espanto naqueles que tem o primeiro contato com o indivíduo estigmatizado, mas que, pelo fato de já serem *rotinizados* pelos mais próximos, são tratados com naturalidade. Portanto, para que os *desviados retornantes* sejam completamente aceitos pelos *atores normais*, eles esperam que chegue o tempo em que, não necessariamente seu passado seja esquecido, mas que seja *rotinizado* de tal forma que não seja visto mais como um empecilho. Um *desviado retornante* que viveu este processo afirma: “*Durante um ano, mais ou menos, você fica sempre sendo olhado de lado por pessoas que antes ajudavam você. Hoje não, depois de um tempo as*



*peessoas deixam de pegar no seu pé, mas no início eu ficava chocado”* (Anexo 2, Entrevista 3, Questão 14) (Sic).

Neste processo, o ato desviante cometido e a conduta do *desviado retornante* interferem no adiantamento (ou atraso) da *rotinização* do desvio e, conseqüentemente, na aceitação do convertido, mas enquanto isso não acontece espera-se do “ex-desviado” paciência e perseverança diante da experiência da rejeição.

Para alguns assembleianos, a diferença de tratamento para com os *desviados retornantes* não está associada à falta de amor, mas é uma forma de constatar se sua conversão foi, realmente verdadeira, pois uma vez que ele *caiu*, eles acreditam que a igreja deve provocar situações que estimulem e comprovem a veracidade de sua conversão. Nas palavras de um membro permanente:

*Imagine só uma pessoa que cai e volta pra igreja, aí todo mundo acolhe, acredita, apóia, tudo... aí quando é depois de cinco, seis meses, ele vai e cai de novo no mesmo pecado, isso é mais uma vergonha pra igreja. Por isso eu acho que deve haver uma diferença de tratamento até que depois de um certo tempo, a igreja tenha certeza que ele mudou de vida. Aí depois sim, todo mundo deve tratá-lo com a atenção de membro. (Anexo 1, Entrevistado 4, Questão 14)*

Antes de concluir esta subseção é importante deixar claro que não podemos generalizar e dizer que todos os assembleianos rejeitam os *desviados retornantes*. Estes falaram sobre alguns membros da ADB que os tinham acolhido e que os encorajavam diante das acusações dos outros. O *desviado retornante* nº 1, por exemplo, disse o seguinte: “*no meio deles também tem alguns que chegam em mim e dizem: ‘rapaz não desista não, o caminho é esse mesmo’, me abraçam e dizem: ‘eu tô contigo também, tô orando pelo irmão’. Isso nos dá força”* (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 12) (Sic).

### **3.4.2. DIFICULDADES REFERENTES AO DESCRÉDITO**

Além da dificuldade da rejeição, o *desviado retornante* deve lutar também contra o descrédito dos que questionam a veracidade de sua conversão, pois uma vez que, na interação, há uma relação de confiança nos papéis que os atores desempenham e que o ator desviante “traiu” esta confiança (demonstrando ser diferente do que os outros atores pensavam), nem sempre é fácil o processo de retomada de crédito diante dos *atores normais* e da plateia.

O ato desviante pode macular de tal forma o ator, que até o fim de sua vida ele não consiga obter diante dos outros o crédito que tinha antes do desvio e, conseqüentemente, o *desviado retornante* sofre para recuperar a confiança diante de sua representação sincera. Em um exemplo citado por Goffman (1985, p. 63):

Os indivíduos surpreendidos em flagrante no ato de dizer mentiras descaradas não apenas ficam desacreditados durante a interação, mas podem ter sua dignidade destruída, pois muitas platéias acharão que se um indivíduo pode permitir-se uma vez contar semelhante mentira, não deve nunca mais merecer confiança.

Este é o caso, por exemplo, da traição conjugal, na qual o cônjuge que trai demonstra ser um ator desviante e depois, ao tentar reinserir-se na relação como ator *normal*, na maioria das vezes, sofre o descrédito diante do cônjuge traído e, em muitos casos, de familiares e amigos. Embora aquele que traiu demonstre arrependimento e mudança, a reconquista da confiança tende a ser um caminho lento e, talvez, nunca alcançado.

Em alguns casos de traição conjugal, o cônjuge traído perdoa, mas nas práticas diárias expressa algumas atitudes de desconfiança, demonstrando que o passado, embora “abandonado”, ainda está presente na relação. Segundo Kemp (2007, p. 162):

Para mim, não há nada pior e mais prejudicial num casamento do que a deslealdade, o rompimento da confiança, do respeito. Quando os votos feitos no dia do casamento são quebrados e o oferecimento de si mesmo ao parceiro é dividido com outra pessoa que não a esposa ou o marido, uma grande desilusão se irrompe entre o casal.

Outro caso de perda da confiança e descrédito é resultante das maquinações. Como vimos no capítulo primeiro, Goffman (2012) entende por maquinação uma vulnerabilidade transformacional do quadro primário na qual há um projeto traiçoeiro de um ou mais atores na tentativa de induzir outro(s) a ter uma falsa convicção da encenação.

Embora muitas maquinações não sejam danosas para o sujeito enganado, o fato de haver uma expectativa frustrada pelo rompimento abrupto da situação criada e também por haver o sentimento de ser enganado sendo o “bobo” na história (principalmente quando há um maior envolvimento emocional na situação) pode levar o sujeito enganado a uma repulsa diante dos enganadores. Segundo Goffman (2012, p. 120): “Quando a vítima descobre o jogo, aquilo que para ela era real um momento atrás é agora visto como um engano e fica totalmente destruído”.

Esta destruição da cena tende a gerar desconfiança no sujeito enganado diante de outras propostas feitas pelos “enganadores” e, por isso, eles serão penalizados pela desconfiança quando, posteriormente, estiverem falando a verdade. Ainda que após a descoberta da maquinação tais pessoas se arrependam e prometam que não repetirão o erro cometido, é provável que no futuro o ato seja novamente trazido à memória, levando tais pessoas ao descrédito e à desconfiança.

Este descrédito presente resulta de uma confiança que foi quebrada no passado. Segundo Goffman (2012, p. 25): “Quando o indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles”, portanto, em uma interação há uma relação de credibilidade e confiança de que o papel que a outra pessoa representa é sincero e verdadeiro e, conseqüentemente, quando o ator perde a fachada que sustentava a interação, ele se torna desacreditado, tornando difícil sua reinserção no grupo devido ao descrédito.

Nesta perspectiva, o ator desviante, devido à mácula em seu passado, mesmo quando volta ao grupo dos *normais*, tende a ser associado ao ato desviante que cometeu. Esta realidade foi constatada entre os *desviados retornantes* entrevistados:

*É como se tivesse uma ovelha negra no meio do povo, mesmo sabendo que você se arrependeu, mas ninguém acredita, devido ao meu histórico, o que eu tinha feito no passado. Eu era um homem que se envolvia com mulheres e que bebia, e quando eu voltei pra igreja eu percebia que ficava um mostrando ao outro, apontando pra mim (Anexo 2, Entrevista 4, Questão 14) (Sic)*

O passado do *desviado retornante* continua tão vivo na mente dos *atores normais* que desfocaliza sua identidade presente. Para aqueles que não conhecem seu passado (como visitantes e novos convertidos) ele é tratado como qualquer outro ator *normal*, mas muitos dos *atores normais* que conhecem seu histórico desviante tendem a se achar superiores, desacreditando-os e questionando sua experiência de conversão.

Como já foi dito, esta atitude não é uma peculiaridade do espaço de interações da ADB. Goffman (1988), por exemplo, cita dois casos que ilustram esta realidade em espaços sociais diferenciados: o primeiro é o caso de ex-pacientes mentais que, tendo passado pela experiência de internação, quando voltam para suas casas tendem a policiar suas atitudes para que não sejam mal interpretados. Em suas palavras: “ex-pacientes mentais [...] às vezes receiam uma discussão acalorada com a esposa ou o empregador por medo da interpretação errônea de suas emoções” (GOFFMAN, 1988, p. 24); o segundo caso citado por Goffman é o

da ex-prostituta que se casa com um homem que conhece o seu passado. Segundo o autor, ela teme que posteriormente “em qualquer momento pode haver uma volta ao estado anterior, sobretudo quando as defesas diminuem e a dependência aumenta” (*Ibidem*, p. 40).

Nestes casos, embora os sujeitos não estejam mais na condição de desviantes, pela qual eram excluídos e estigmatizados, eles ainda continuam sendo tratados como “sujeitos diferentes”, não mais por suas atitudes, mas por causa de seu histórico e, por causa disso, uma vez que o histórico não pode ser mudado, o *ex-desviante* tende a evitar práticas que o associam ao seu desvio do passado para não reforçar os preconceitos já existentes.

Vimos acima, pelo menos, cinco casos de *desviados retornantes* em que o problema do descrédito pode (e tende a) se revelar: a mentira, a traição conjugal, a questão do expaciente mental, a ex-prostituta casada e o exemplo que queremos enfatizar aqui, que é o do *desviado retornante* da ADB. Em todos estes casos um fator que dificulta, ainda mais, a confiança é quando o ato desviante acontece mais de uma vez, como ilustra o seguinte exemplo:

*A maior dificuldade é a descrença por parte de algumas pessoas, por exemplo, tem um rapaz que ele caiu umas três ou quatro vezes, aí na última vez que ele se desviou e voltou, quando ele foi saindo do culto aí, um dos irmãos falou assim pra ele: “rapaz, tu de novo! Num tem jeito não, é no mundo e na igreja, porque tu não fica logo no mundo?” Tá vendo só! Isso existe, muita gente não acredita mais. Uma coisa parecida aconteceu comigo, depois de um tempo já que eu tinha voltado, eu caí em adultério, aí no outro dia eu procurei o pastor e confessei, aí passei mais uma vez pela disciplina, aí isso descredibiliza você, porque as pessoas não confiam mais em você. Algumas olham pra você com desdém [...] por causa daquele erro que você cometeu [e repetiu]. (Anexo 2, Entrevista 2, Questão 20) (Sic)*

A fala do membro da ADB, citada pelo entrevistado, revela a exigência (e a necessidade) que normalmente é feita pelas pessoas para que o ator tenha um papel “coerente” diante das diversas plateias (no mundo ou na igreja). Segundo Goffman, o indivíduo pode representar papéis diversos para diferentes plateias, mas no caso de papéis discrepantes e excludentes, ele deve ser cuidadoso para que as plateias não se encontrem, ou tomem conhecimento do outro papel. Contextualizando, o indivíduo pode ser um assembleiano e ter práticas desviantes desde que a plateia assembleiana seja ignorante em relação ao seu personagem desviante, se não sua credibilidade será abalada.

Se, como foi dito acima, reconquistar a confiança do outro quando se erra uma vez é difícil, torna-se ainda mais complicado quando a pessoa é reincidente, uma vez que traiu a confiança do outro mais de uma vez. Neste caso, o histórico “desvio – retorno – desvio –

retorno” dificulta o processo de reinserção de, pelo menos, duas formas: através dos atores *normais*, que tendem a ver os *desviantes* como incapazes de estar entre os *normais*; e através dos atores *desviantes*, que tendem a sentir vergonha de pedir perdão novamente e tentar uma nova reinserção. Portanto, quando acontece de um membro da ADB “cair mais de uma vez” eles se vêem diante do dilema de voltar para a igreja e se submeter novamente ao processo de disciplina (aumentando mais o descrédito) ou abandonar a igreja.

Este foi o caso, por exemplo, do desviado n° 5, cujo principal motivo de ter abandonado a ADB foi o fato de ter “caído duas vezes”. Ele disse que após ter traído sua esposa pela primeira vez, passou pela disciplina e sentiu que passou a ser visto de uma forma diferente pelos assembleianos. Portanto, na segunda vez que adulterou, devido à vergonha, ele preferiu abandonar a igreja, pois, para ele: “*peessoas que estão na igreja apontam muito a gente, principalmente quando cai duas vezes*” (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 4) (Sic).

A experiência dos que “caíram mais de uma vez” levanta uma questão importante sobre perdão e esquecimento, pois como vimos, no final de um período de disciplina o ator desviante pede perdão no culto administrativo e a igreja unanimemente o perdoa de sua falha, mas, se este membro falha novamente, seu primeiro ato desviante logo vem à tona novamente, o que leva a questionar se ele foi, realmente perdoado ou se o “sim” do culto administrativo foi apenas o cumprimento irrefletido do ritual. Sobre este assunto, um *desviado retornante* afirma:

*Eu tenho consciência de que a penalidade eu vou pagar pro resto da vida, porque Deus é o único que realmente exerce o perdão na sua essência. O sentido do perdão é o esquecimento, o sentido do perdão é não se lembrar mais, não trazer mais à memória, ainda que o infrator cometa o mesmo crime. Mas nós humanos, na igreja, não fazemos isso na prática. [...] O camarada volta, mas as pessoas continuam comentando e se ele cometer o mesmo pecado a primeira coisa que vão dizer é “é reincidente”. Mas não perdoou? Aquilo não foi passado, apagado, deixado? Mas isso é da essência do ser humano. (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 14) (Sic)*

A fala deste entrevistado faz um contraponto entre o “perdão de Deus” (como descrito na doutrina assembleiana) e o “perdão dos homens”. Nesta perspectiva, a situação do *desviado retornante* é a seguinte: ele voltou para a *família da fé*, foi *aceito pelo Pai*, mas tem sua sinceridade (e credibilidade) questionada pelos irmãos. Eles questionam sua conversão, sua permanência e sua motivação, como ilustra o exemplo de um *desviado retornante* que, devido à dependência alcoólica, perdeu quase todos os seus bens: “*Hoje alguns dizem: ‘ele tá*

*indo pra igreja pra os irmãos terem pena dele, dar as coisas a ele, pra depois se desviar, vender as coisas pra tomar de cachaça'. Eles não vêem que é Deus que tem feito a obra em mim"* (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 12) (Sic).

Na ADB, um ato desviante pode destruir a credibilidade de alguém cujo exemplo de vida era louvável e macular não somente sua identidade, mas também seus relacionamentos. Nas palavras de Goffman (1985, p. 65): “uma falsa impressão mantida por um indivíduo em qualquer de suas práticas pode ser uma ameaça ao relacionamento ou papel inteiro do qual a prática é apenas uma parte”.

Com sua identidade maculada e diante de outros problemas que seu histórico desviante pode causar, o *desviado retornante* tende a ocultar, em sua representação, informações de seu passado que o deixem em situação constrangedora e, portanto, quando ele encontra pessoas que não conhecem o desvio de seu passado, ele controla as informações para que não se prejudique. Segundo Goffman (1988, p. 88): “Se há algo de desacreditável sobre o passado de um indivíduo, ou sobre o seu presente, a precariedade de sua posição parece variar diretamente em função do número de pessoas que sabem do segredo”. Portanto, não é do interesse do *desviado retornante* que mais pessoas conheçam as marcas negativas de seu passado.

Goffman, por exemplo, cita algumas *técnicas de controle de informação* usadas por indivíduos que são desacreditáveis na tentativa de esconder ou eliminar signos que se tornam símbolos de estigma. Dentre estas técnicas, destaca-se a apresentação de signos de estigma como signos de um outro atributo que seja um estigma menos significativo, ou a divisão do “mundo” em dois grupos, um grande ao qual ele não diz nada e um pequeno ao qual ele revela seus segredos (Cf. GOFFMAN, 1988, p. 106).

Nas entrevistas também percebemos que alguns desviados utilizavam meios para ocultar seu histórico desviante. O *desviado retornante* n° 5, por exemplo, (que cometeu um ato desviante, mas não chegou a abandonar a ADB) disse que enquanto estava em disciplina, uma senhora idosa da igreja, que não sabia do fato, o convidou para pregar no círculo de oração. Ele não aceitou o convite (porque não podia), mas também evitou dizer o real motivo de sua impossibilidade, pois não sabia qual seria a atitude dela.

Outro entrevistado disse: “*quando a pessoa tá em disciplina é ruim, porque você não pode participar de nada, aí algumas pessoas que não sabem o motivo, começam a perguntar o que aconteceu e tudo... então, eu nem queria conversa. Assim que terminava o culto, eu já ia pra casa*” (Anexo 3, Entrevista 5, Questão 5) (Sic). Uma vez que para o *desviado*

*retornante* o motivo que o levou a esta condição é vergonhoso, ele usa o mecanismo de evitação, tentando assim não deixar mais pessoas cientes de sua situação. E nos casos em a evitação da conversa não é possível, quando ele percebe que o outro não sabe de sua situação, logo evita revelar toda verdade.

O *processo de evitação*, segundo Goffman (2011), é usado pelo sujeito que deseja evitar algumas situações constrangedoras a fim de que não tenha sua fachada derrubada. No caso dos *desviados retornantes* da ADB que estão em disciplina<sup>38</sup>, eles usam este processo para ocultar seu desvio dos que não tomaram conhecimento (os que não estiveram no culto administrativo). Desta forma, eles mantêm a aparência de que está tudo certo e, após o período de disciplina, voltam à comunhão da igreja, como se nada tivesse acontecido e não correm o risco de ter sua credibilidade questionada.

O *desviado retornante* tende a utilizar o *processo de evitação* porque ele não sabe como será a reação de alguns membros da igreja diante de seu desvio. Como disse um entrevistado: “*Pra agente que voltou pro Evangelho, é melhor nem dizer que já se desviou, Aqueles que não me conheciam pensam que eu me converti a primeira vez agora. É melhor pensar assim, porque a gente nunca sabe a reação deles né?*” (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 17) (*Sic*).

Além do controle de informação, a falta de credibilidade e o medo de “cair mais uma vez” fazem com que o *desviado retornante* seja mais cuidadoso na representação de seu novo papel, pois ele está ciente de que um ato dissonante (seja um *gesto involuntário*, uma *intromissão inoportuna*, ou qualquer outro) pode dificultar, ainda mais, sua credibilidade no processo de re inserção.

Ele já conhece as regras do espetáculo e também sabe o alto preço da desobediência, portanto, é mais cauteloso no uso das técnicas para representar seu papel de maneira mais eficaz. Como relata um *desviado retornante*:

*As pessoas perdoam, mas não perdoam; perdoam, mas se eu for visto conversando com uma moça na igreja, com uma irmã, e for trinta segundos sozinho, alguém pode levantar. Mas, também eu entendo o outro lado, o lado da limitação da outra pessoa, o camarada roubou, você sabe que ele já pagou uma pena por que foi ladrão, furtou, se tiver eu e ele aqui, e tiver cinquenta reais ali, se você fosse ao banheiro e sem perceber, depois nós fôssemos embora, quando você desse falta dos cinquenta reais, qual seria a primeira pessoa que você ia pensar que roubou o dinheiro? Na igreja é do mesmo jeito, se eu já tinha cuidado antes, hoje eu tenho mais ainda, eu,*

---

<sup>38</sup> Isso se aplica principalmente àqueles que praticaram um ato desviante, mas não chegaram a sair da igreja. Eles foram apenas disciplinados.

*praticamente, não falo com irmã na igreja, a não ser acompanhado. Isso não é uma determinação da igreja, é uma coisa minha. (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 20) (Sic)*

Além de sofrer a dificuldade do descrédito e da rejeição o outro desafio enfrentado por muitos *desviados retornantes* é a *dificuldade de deixar de ser*. É sobre isso que trataremos na próxima subseção.

### **3.4.3 DIFICULDADES RELATIVAS A *DEIXAR DE SER***

No final da subseção anterior, o *desviado retornante*, em sua fala, comparou sua situação à de um ladrão, que pelo fato de ter sido descoberto na prática de um ato desviante, torna-se o principal suspeito em roubos posteriores, nos quais esteja próximo. A lógica deste exemplo é que, segundo o entrevistado, mesmo que o ladrão tenha se arrependido do ato desviante (furto ou furtos) que cometeu e tenha demonstrado que mudou de atitudes, seu histórico desviante continua presente na mente dos que interagem com ele e, portanto, se algum furto acontecer e o *desviado retornante* estiver presente, ele será um dos principais suspeitos do crime.

Como já foi dito, o problema do estigma não está no próprio ato desviante que o ator comete, mas no fato deste ato se tornar conhecido de outras pessoas, pois é a partir deste conhecimento que os *atores normais* rotulam os outros como desqualificados para atuar e que estes enfrentam os desafios supramencionados.

No caso de criminosos, o problema se complica ainda mais se por causa do crime cometido o ator desviante for preso. Neste caso, ele é excluído do convívio com os *atores normais* e é confinado em um lugar específico para *atores desviantes*, desqualificados e indesejáveis para a sociedade *normal*, aumentando assim seu currículo de *desviante*. Como resultado da prisão, após serem libertos muitos ex-presidiários sofrem a rejeição, o descrédito e a dificuldade de não poderem nem sequer ser aceitos como profissionais qualificados. Nas palavras de Pozzebon (2007, p. 274):

Aqueles que cumpriram sua pena e por condições legais e pessoais chegam à liberdade, iniciam outra luta importante em suas vidas. A da convivência em sociedade. [... O preso] percebe, ao procurar o primeiro trabalho que a prisão marcou-o a ponto de criar-lhe problemas de adaptação, pois o fenômeno da estigmatização, a marca jurídica ou social que a pena acarreta, produz uma fratura na



vida do indivíduo, e este neste momento de retorno, encontra a maioria das portas fechadas.

Algo muito semelhante acontece com os *desviados retornantes* da ADB. Muitos deles, antes de passar pela experiência de serem *atores desviantes*, tinham cargos de liderança na igreja e, devido ao problema do desvio, tiveram a carreira eclesiástica interrompida. Mas, quando estes ex-líderes voltam para a ADB, ficam impossibilitados de ter seus cargos de volta e se restringem apenas a (mesmo após a *disciplina*) participar de algum conjunto como liderados.

Portanto, assim como os ex-presidiários são estigmatizados e têm dificuldades para voltar ao mercado de trabalho, assim também o *desviado retornante* que era líder, ao retornar para a ADB, tem sérias dificuldades para voltar à liderança e, em muitos casos, jamais terá seu cargo de volta. É assim que um *desviado retornante* comenta sobre esta situação:

*Na Assembléia, eles têm um controle, aí lá tem seu registro, fulano de tal, casado, é membro desde tal data. Aí lá tem uma observação, digamos que você em 2010 caiu, desviou-se, aí lá tá escrito, você tá entendendo? Aí isso vai ficar lá. Aí um dia eu até me confrontei com uma determinada pessoa, eu disse: “por que você compra numa loja, aí você atrasa a conta, aí você vai pro SPC, aí quando paga, automaticamente você é reabilitado, no SPC você é apagado, por que na igreja é diferente?”. Porque o negócio é o seguinte, anos depois vem outro pastor, aí olha pra você e diz: “Rapaz, esse irmão tem tudo pra ser um diácono na igreja”, aí a primeira coisa que ele vai fazer é olhar na ficha, aí se você caiu em pecado de adultério lá atrás, Deus já perdoou, você não fez mais, deixou, mas ele veta aquela pessoa. Então lá eu sou um ficha suja. Por exemplo, já teve pastores que quiseram me colocar como diácono, mas como eu sou ficha suja, eu não posso. (Anexo 2, Entrevista 2, Questão 14) (Sic)*

Para um líder que teve sua *ficha suja* é bastante difícil a reinserção na liderança, pois, como o entrevistado relatou, ainda que ele tenha o talento para o ofício, o passado desviante expresso em sua ficha será uma testemunha forte contra ele. Todavia, é importante destacar aqui que não há uma regra geral para todos os tipos de liderança e desvios. Um dos entrevistados, por exemplo, era líder do conjunto e quando voltou para a ADB, após cerca de um ano, teve seu cargo de volta.

Uma série de fatores é levada em conta e contribui positiva ou negativamente para que o *desviado retornante* tenha seu cargo de volta. Dentre estes fatores, citamos dois: o primeiro é tipo de transgressão cometida e o segundo é o cargo que o sujeito tem na igreja. Por exemplo, se um adolescente, líder do conjunto, se desvia e começa apenas a beber bebida alcoólica, há uma grande probabilidade de que quando ele volte para a ADB, depois de um

período de observação, tenha seu cargo de volta (este foi o caso, por exemplo, do *desviado retornante* n° 3); porém, se um homem casado, presbítero da igreja, trair sua esposa e abandonar a igreja. Quando ele voltar, provavelmente nunca mais terá seu cargo de volta, como um *desviado retornante* comenta: “*Um presbítero que se desviar, jamais ele recebe o presbitério de volta. O presbitério é dado pelo pastor, não pelo Senhor. Lá é assim, o pastor dá o cargo e quando a pessoa se afasta ele toma*” (Anexo 2, Entrevista 4, Questão 20) (Sic).

A razão pela qual o presbítero que adultera não tem mais seu cargo de volta na ADB é, segundo um *membro permanente*, a seguinte: “*se o cara adulterou, aí ele tá na frente de um trabalho, aí um casal teve um adultério, ele é quem vai aconselhar, aconselhar o quê? Não pode*” (Anexo 1, Entrevista 2, Questão 17) (Sic). De acordo com este assembleiano, o adultério macula de tal maneira o ministério do presbítero que o impossibilita de cuidar da igreja de forma eficaz.

Como podemos perceber, a pena sobre os presbíteros, diáconos, auxiliares de trabalho, evangelistas e pastores (pessoas que estão na linha de frente da igreja) é mais severa e a volta para o cargo depende exclusivamente do pastor. Neste caso, “*a obtenção de cargos é liberada aos poucos e essa análise é subjetiva, é o pastor que vai fazer, ele é que vai decidir. Não é previsto nem estatutariamente, nem tacitamente pra que eu chegue até ele e diga: ‘pastor, eu acho que já tá na hora, eu posso pregar’*” (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 17) (Sic).

É assim, por exemplo, que um *membro permanente* narra a experiência de auxiliares de trabalho e presbíteros que adulteram, se deviam e depois voltam para a igreja:

*Teve um homem que era auxiliar de trabalho e dirigia uma congregação, mas quando foi em junho do ano passado, viram ele no pátio bebendo e ele disse à liderança só sobre a bebida, mas não disse que tinha mulher no meio. A esposa sabia, mas pra não deixá-lo acabou aceitando também né? Mas tudo foi descoberto lá na frente. Pronto, até hoje o homem não voltou mais. Hoje ele ceia, tudo, mas não participa de atividade nenhuma. Nós temos alguns exemplos, na igreja, de presbíteros que se prostituíram, fugiram, deixaram família, depois quebraram a cara, voltaram, mas hoje não assumem mais nada e quando voltam muito poucos dão atenção, aqueles mais próximos que gostam ainda vão “a paz do Senhor”. Eles chegam na igreja agitados, recuados. (Anexo 1, Entrevista 3, Questão 9) (Sic)*

Nenhum dos entrevistados conhecia algum presbítero que, após ter retornado para a ADB teve seu cargo de volta, pelo contrário, todos viam tal fato como quase impossível. E para os que adulteram, a obtenção de qualquer cargo torna-se bastante difícil. Como um *desviado retornante* expressa: “*Um irmão chegou a mim e me disse: ‘irmão, se tu tiver algum*

*projeto de um dia ter algum cargo na Assembléia de Deus, desista, por que quando alguém cai nesse pecado [prostituição], ele é escanteiado mesmo, ele é esquecido mesmo”* (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 12) (Sic).

Provavelmente, o líder que comete um ato desviante mas não abandona a igreja sofre mais pela perda de seu cargo do que o que abandona, pois enquanto este perde o cargo e não tem contato próximo com os *atores normais*, aquele se encontra semanalmente com os membros da igreja, porém, apresentando-se como um simples membro e não mais como líder. Nesta condição, o papel que ele representava como líder, deve ser remodelado, o que torna quase inevitável o questionamento de alguns membros sobre o caso. Como revela o seguinte entrevistado:

*Não é fácil não, nem todo mundo tem estrutura pra agüentar. Nem todo mundo agüenta ir pra igreja, entrar e sair e as pessoas já não lhe notar mais, principalmente quem tinha uma liderança na igreja, que dava um conselho, fazia uma oração, pregava a Palavra, fazia visita, dava uma palavra na escola dominical, preparava um trabalho da igreja, participava dos desfiles e de repente, você desaparece! É uma mudança trágica, principalmente, pro obreiro. [...] a pessoa que não tem estrutura acaba sendo influenciada, por que o diabo aproveita essa oportunidade e começa a querer jogar na sua mente: “eles não gostam mais de você não, você não vale nada”* (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 25) (Sic)

Este entrevistado era presbítero da ADB, mas, após ter cometido um ato desviante, perdeu seu cargo e passou a ser um simples membro que está em disciplina, tendo compartilhado, portanto, as dificuldades enfrentadas por alguém que vive esta mudança drástica de posição.

A mudança, neste caso, não é somente de título, mas também de rotina, pois aquele que era convidado para orar por outros, agora é visto como alguém que precisa desesperadamente de oração; quem antes pregava, agora restringe-se a sentar na cadeira e ouvir os sermões. Enfim, aquele que antes liderava a igreja, até participando de comissões de disciplinas, agora é tido como desqualificado para atuar entre os *atores normais* por um tempo indeterminado. Nas palavras de quem já viveu esta experiência:

*Você fica muito retraído no início, sua cabeça tá confusa, por mais maduro que você seja, tem dias de angústia terrível, que você quer ficar sozinho, sozinho, sozinho, sozinho, e o domingo é o pior dia. O domingo era o dia que eu mais trabalhava na igreja. Teve domingo de eu me acordar seis da manhã, ir pra consagração, depois escola dominical, depois evangelização, reunião à tarde e depois culto à noite; eu viajava muito pra pregar fora nas cidades da região, até na zona da mata e isso lhe faz falta, porque às vezes*

*eu me pego, como eu fazia muito sermão, às vezes eu me pego fazendo um esboço do sermão de algum texto bíblico e eu me pergunto: “pra que eu tô fazendo isso?” Isso é muito dolorido (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 14) (Sic)*

Nesta situação, o *desviado retornante* se sente muito limitado, além de bastante debilitado emocionalmente. Portanto, o que ele pode fazer é mostrar aos outros que, de fato, se arrependeu e esperar. Esperar que seu desvio seja *rotinizado* e que o pastor lhe dê novamente oportunidade para trabalhar, mas, enquanto isso não acontece, ele afirma: “*O processo de esperar é dolorido, o processo de ter deixado de ser é dolorido, o processo de deixar de poder fazer é dolorido*” (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 20) (Sic).

Agora que já tratamos sobre a reinserção dos desviados na ADB e as dificuldades desse processo, na próxima seção analisaremos algumas mudanças de perspectiva no *desviado retornante* em relação à ADB e aos outros desviados.

### 3.5 O DESVIADO RETORNANTE E SUA NOVA PERSPECTIVA DE FÉ

O ator que quiser ser dramaturgicamente prudente terá de adaptar sua representação às condições de informação sob as quais deve ser encenada (GOFFMAN, 1985, p. 204)

Para finalizar este capítulo, destacaremos duas mudanças detectadas nos *desviados retornantes* entrevistados, que são decorrentes das dificuldades que eles enfrentaram na trajetória de saída e retorno. A primeira é em relação à maneira de ver outros atores desviantes, ou seja, após ter passado por todas as experiências supramencionadas os *desviados retornantes* tendem a se tornar mais sensíveis diante da condição de outros *desviados*. O entrevistado nº 3, por exemplo, disse que “*enquanto a pessoa tá na igreja, ela pensa que nunca vai se desviar, aí, por isso, às vezes ela é incompreensiva quando alguém cai, mas quando a gente se desvia, agente percebe que não é super-crente aí, por isso, a gente ajuda os que tão fracos na fé*” (Anexo 2, Entrevista 3, Questão 21) (Sic).

Pelo fato de terem passado pela experiência do desvio e terem sofrido a rejeição de muitos assembleianos quando tentaram se reerguer, os *desviados retornantes* tendem a se ver no sofrimento do *ator desviante* e por isso, um deles afirma: “*eu creio que eu estou mais compreensivo diante da fraqueza do outro. o que mudou nesse aspecto é compreender exatamente o que a pessoa passa né? Você sentiu na pele o que ela está sentindo*” (Anexo 2, Entrevista 5, Questão 21) (Sic). Ou seja, enquanto se conhece a fraqueza do outro apenas intelectualmente, o indivíduo pode ser arrogante, mas quando seu conhecimento é empírico, ele tende a ser mais sensível, como demonstra este entrevistado:

*Hoje, eu vejo essas pessoas assim, eu me coloco no lugar delas e por isso eu tento mostrar pra elas que existe um Deus que ama elas. Se eu não puder amar uma prostituta, um bêbado, um maconheiro, meu vizinho (seja ele quem for), o que eu tô fazendo na igreja? [...] Antes eu era muito arrogante, mas hoje vejo o seguinte: uma pessoa que humilhada, pisada, jogada escanteiada, fedendo e bêbado e eu via pessoas que não tinham nada de religioso, mas iam em casa pegava roupa pra me dar, uma comida, um pão e que os crentes não faziam isso, agora eu vi que a arrogância e o eu ficam lá em baixo. Hoje, graças a Deus, eu não vejo ninguém de forma diferente, se é pra ser arrogante, eu prefiro ter só o que comer e vestir, mas ter humildade pra tratar o outro com amor, pra dizer ao meu irmão: “irmão, eu tô aqui pra te apoiar, ergue a cabeça, se alguém não lhe apóia você tem um irmão aqui, um amigo.” (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 21) (Sic)*

A segunda mudança constatada em alguns entrevistados foi em relação à concepção exclusivista da igreja. Como vimos no início deste capítulo, um dos motivos que fazem com que os desviados retornem para a ADB é sua concepção de que esta igreja é a *melhor* e que *nenhuma se compara a ela*.

Contudo depois de passar pela dificuldade da rejeição, do descrédito e da perda permanente do cargo, muitos *desviados retornantes* tendem a se sentir injustiçados e passam a ter contato com outras igrejas evangélicas, fazendo com que a imagem negativa das outras igrejas desapareça de sua mente. Como afirma um entrevistado:

*Eu tinha muito preconceito com pessoas de outras igrejas porque eu pensava que a Assembléia era mais crente e era mais santa e, por isso, eu não gostava de me misturar com pessoas de outras igrejas. Hoje eu entendi que o amor prevalece em tudo, o amor é o principal, é o foco, é o início de todas as coisas na vida do cristão. (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 21) (Sic)*

Neste contato com outras igrejas evangélicas, os *desviados retornantes* percebem que, muitas vezes, a aceitação de tais igrejas é bastante diferente da ADB e, por isso, eles passam a não levar mais em consideração aquilo que viam nelas como “pontos negativos”. Como resultado disso, a admiração que muitos tinham pela ADB dá lugar a críticas e insatisfação diante do modelo eclesiástico assembleiano.

Os *desviados retornantes* não abandonam a ADB imediatamente, mas a tendência é que à medida que o tempo passa, eles vejam seu próprio preconceito com outras igrejas diminuir e compreendam que podem recomeçar sua carreira em outras denominações, sem ter que passar pela experiência da rejeição, do descrédito e da restrição para o exercício de cargos de liderança. Nesta condição, um simples fato pode fazer com que o *desviado retornante* deixe a ADB. Um entrevistado, por exemplo, disse que diante da rejeição de alguns membros da ADB: “*ai foi quando eu me chateei e disse a minha sogra que não tinha mais condição de ficar na Assembléia de Deus*”. (Anexo 2, Entrevista 4, Questão 14) (Sic)

Dos *desviados retornantes* entrevistados, dois não congregam mais na ADB e hoje descartam qualquer possibilidade de voltar para esta igreja. Um deles, que participa da igreja Congregacional há cerca de oito meses, afirma: “*Se eu sáísse da igreja congregacional, eu não queria voltar pra Assembleia de jeito nenhum. Eu não consigo mais me adaptar a ela. Pra você ter ideia, o que eu aprendi na minha igreja em dois anos foi mais do que eu aprendi lá em mais de dez que eu passei lá*”. (Anexo 2, Entrevista 2, Questão 22) (Sic).

O outro entrevistado foi mais radical em seu posicionamento. Ele deixou a ADB há quase um ano e disse: *“hoje eu congrego no Verbo da vida e eu discordo de tudo que a Assembléia de Deus ensina”* (Anexo 2, Entrevista 4, Questão 20) (Sic). Na entrevista, ele estava tão indignado com a ADB que disse o seguinte:

*Um dia, no dia dos pais, a minha filha me chamou pra ir pra assembléia, aí quando eu cheguei lá eu não me senti bem. É como se eu não estivesse numa igreja evangélica. O que você ouve, eu não sei como há crescimento num assembleiano, não. Porque assim, nas outras igrejas é Bíblia, né? Você cresce com a Palavra, mas eles não. Eles começam a falar sobre costumes o tempo todo e quando busca um texto bíblico vai só pra pegar aquilo que serve pra eles.* (Anexo 2, Entrevista 4, Questão 20) (Sic)

Além destes, outros dois *desviados retornantes* disseram que estavam pensando na possibilidade de deixar a ADB e congregar em outra igreja. Para concluir esta seção, citamos as palavras de um destes entrevistados: *“eu conheço algumas pessoas que se desviaram e hoje dizem que vão pro centro de macumba, mas não voltam pra Assembléia de Deus, porque dizem que é melhor tá no mundo do que lá que tem mais amor numa mesa de bar, num campo de futebol do que lá dentro”* (Anexo 2, Entrevista 1, Questão 14) (Sic).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre a estrutura deste trabalho e apresentar algumas conclusões a que chegamos na pesquisa.

A primeira consideração é sobre nosso referencial teórico. Entendemos que a realidade é muito complexa para ser compreendida holisticamente utilizando apenas as ferramentas de um autor. Contudo, é uma exigência acadêmica que trabalhemos sob a perspectiva de um (ou mais) autor que apresente conceitos importantes para a problematização e aprofundamento dos dados.

Como vimos, esta pesquisa se inspirou, sobretudo, nas contribuições sociológicas de Goffman, que nos levaram a ver os *desviados retornantes* como atores que, ao retornarem ao cenário da ADB, representam seu papel com a finalidade de convencer os membros assembleianos sobre a sinceridade de sua conversão. Porém, embora as ferramentas teóricas proposta por Goffman tenham sido úteis, há aspectos que elas não contemplam e que para serem analisados exigiriam investimentos em outras contribuições teóricas, o que poderemos fazer no futuro. Portanto, temos a consciência clara dos limites das conclusões aqui apresentadas, uma vez que a realidade é sempre muito maior do que nosso olhar pode abarcar e nossos resultados são o fruto de uma perspectiva e recorte adotados.

Além disso, embora Goffman tenha sido nosso principal referencial teórico, durante grande parte do trabalho suas ideias estiveram dialogando com outros autores que também contribuíram para o esclarecimento da temática e dos próprios conceitos goffmanianos. Como mostra nossa bibliografia, o trabalho que apresentamos não é resultado da consulta de apenas um autor, mas do diálogo entre vários teóricos sobre o tema central dos *desviados retornantes*. Além disso, também reconhecemos que as dinâmicas das instituições religiosas são complexas e particularmente os diversos fatores e elementos envolvidos indicam a necessidade de mais pesquisas no que se refere aos processos de conversão – desconversão – reconversão, tanto no contexto da ADB quanto em outros grupos.

A segunda consideração é sobre o trabalho de campo. Quando elaboramos o projeto dessa dissertação acreditávamos que encontrar *desviados retornantes* seria bem mais fácil do que encontrar *desviados*, uma vez que um dos fatores que havia dificultado nossa pesquisa anterior foi o fato de não haver uma região geográfica em que os *desviados* se reunissem.

Contudo, embora os *desviados retornantes* estivessem geograficamente reunidos na ADB, o que dificultou nosso trabalho foi o fato desta igreja ser bastante fechada para



pesquisadores que desejam realizar entrevistas. Em nossa pesquisa, isso se complica ainda mais por duas razões: primeiro porque os *desviados retornantes* deveriam falar sobre um assunto que eles não gostam, que é sobre sua experiência desviante e, como vimos, eles tendem a manipular estas informações; e segundo, porque, como vimos, falar sobre sua experiência de retorno para a ADB implicava em falar sobre algumas características negativas da igreja, o que fazia com que alguns temessem divulgar tais informações.

Porém, a despeito das dificuldades, conseguimos realizar as entrevistas e finalizar o trabalho. E, portanto, dedicaremos as próximas linhas a expor, resumidamente, nossas principais conclusões.

Nesta pesquisa, observamos que, exceto em alguns poucos casos, o assembleiano é, normalmente, um ator sincero e acredita no papel que representa porque crê que este papel lhe foi dado pelo próprio Deus (o grande roteirista do universo) e, portanto, uma possível especificidade é que em adição ao recebimento dos scripts e outros determinantes da cultura e do sistema social, esses atores acreditam receber de Deus as missões e tarefas – que também podem ser lidos como *scripts* e orientações gerais das encenações no cotidiano – que os constituem.

Vimos também que a identidade dos atores assembleianos está fundamentada nos costumes da igreja e nas concepções doutrinárias de sua confissão de fé, que interfere na trajetória de sua inclusão, exclusão e reinclusão na ADB, sobretudo, no aspecto soteriológico que contribui para a crença de que a salvação é eterna enquanto dura a perseverança do crente e desemboca na permanência do assembleiano e na volta do desviado para a igreja, através da mistura da ansiedade e do medo da punição eterna.

Quando projetamos este trabalho, pensávamos que o retorno dos desviados para a ADB seria o fim do estigma vivenciado por eles enquanto estavam fora da igreja. Porém, percebemos que mesmo diante do retorno, o *desviado retornante* continua sendo estigmatizado por causa de seu histórico desviante. Destarte, observamos o processo vivido pelo desviado quando volta para a igreja, desde sua nova resposta positiva ao *apelo* até seu pedido de perdão no culto administrativo e, como durante todo esse processo a boa ou má representação de seu papel interfere em sua aceitação ou rejeição diante dos *membros permanentes*, fazendo com que ele esteja atento aos mínimos detalhes de sua representação, que pode ser desacreditada por pequenos gestos involuntários.

Observamos também como os *desviados retornantes*, em alguns casos, controlam a informação sobre seu passado desviante para que não sejam desacreditados pelos *membros*

*permanentes*, e como eles usam as regiões de fachada e de fundo para transmitir a impressão que desejam para a plateia.

Contudo, percebemos que no decorrer da representação do *desviado retornante* na região de fachada ele se depara com, pelo menos três dificuldades. A primeira é a rejeição, pois como vimos, devido a seu histórico desviante, ele é tido, algumas vezes como *inferior* e *outsider*; a segunda dificuldade é a falta de crédito, que ele sofre pelo fato de já ter mostrado aos atores normais, em um dado momento, que era um ator *desviante*; e, por fim, a dificuldade de deixar os cargos (as funções que definem o que ele é), que se refere ao fato de muitos *desviados*, devido ao histórico desviante, jamais terem seus cargos/funções de volta.

Finalmente, depois de todas as dificuldades enfrentadas, observamos que o *desviado retornante* tem a esperança de que seu histórico desviante seja *rotinizado* e que os outros não o levem mais em consideração. Percebemos também que em alguns casos, as dificuldades de reinserção podem levar os desviados retornantes a se abrirem ao contato com outras igrejas e deixar a ADB.

Enfim, o fenômeno religioso pentecostal é bastante complexo para ser esgotado em apenas uma dissertação, por isso, ao invés deste trabalho ser uma análise exaustiva sobre o sujeito *desviado retornante* e de sua relação com os *membros permanentes*, ele apenas aponta caminhos que podem e devem ser aprofundados em pesquisas posteriores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO. **Confissões**. Rio de Janeiro, Martin Claret, 2006.

ANGLADA, Paulo. **Calvinismo**: As antigas doutrinas da graça. São Paulo, Os Puritanos, 1996.

ASSEMBLÉIA DE DEUS-PE. **Estatuto da igreja**, 2003

ASSEMBLÉIA DE DEUS BELÉM (INTERLAGOS). **Saudação**, disponível em <http://www.adimb.com/assembleia/costume/saudacao.php#goPagIni>, publicado em 17-08-2004. Acessado em 22-06-2010.

ASSEMBLÉIA DE DEUS-PE. A importância dos Usos e Costumes (Parte 1). **ADNEWS**, Pernambuco, p. 09 Jan. 2013.

ASSEMBLÉIA DE DEUS-PE. “Como Deus ama a Assembleia de Deus”. **ADNEWS**, Pernambuco, p. 16. Maio. 2013.

AZEVEDO, Israel Belo de. **Gente cansada de igreja**. São Paulo, Hagnos, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 1999.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed, 2008.

BERGER, Bennett M. Prefácio. In: GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis, Vozes, 2012.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo, Paulus, 1985.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis, Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Petrópolis, Vozes, 1996.

BERKHOF, Lois. **Teologia Sistemática**. 3. Ed., São Paulo, Cultura Cristã, 2007.

BOAVENTURA, Carlos. **O Brasil pentecostal**: uma análise da história. Rio de Janeiro, Nova Jerusalém, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Goffman, o descobridor do infinitamente pequeno. In: GASTALDO, Édison. (org) **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2009.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge, Cambridge University Press. 1987.

BURKE, Kenneth. **A Grammar of motives**. Berkeley, University of California press, 1969.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **A Igreja universal do reino de Deus, um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa)**. Lusotopie 1999. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/campos99.pdf>>. Acesso: 03/07/2013.

CAPELLARI, Maurício. Ser chamado de irmão é a maior honra, **Mensageiro da paz**. Rio de Janeiro, p. 6, Jan. 2010.

CASA PULBLICADORA DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS. Tragédia na Ásia indica fim dos tempos: Jesus falou de grandes terremotos antecedendo sua vinda, **Mensageiro da paz**. Rio de Janeiro, p. 3, Jun. 2008.

CASA PULBLICADORA DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS. Pastor George Oliver Wood: Líder das ADs nos Estados Unidos analisa pentecostalismo no mundo, **Mensageiro da paz**. Rio de Janeiro, p. 11, Jun. 2008.

CIPRIANI, Roberto. **Manual de sociologia da religião**. São Paulo, Paulus, 2007.

CONSELHO DE DOCTRINA DA CGADB, **Manual de Doutrina das Assembléias de Deus no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro, CPAD, 2004.

DAHER, Rafael Pires. **A polidez linguística em panfletos políticos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

DANIEL, Silas. À luz da Bíblia, a eleição é condicional e a expiação é universal qualificada. **Mensageiro da paz**. Rio de Janeiro, p. 25, Maio de 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 8. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

EDUARDO, J. A força do Senhor, **Revista Veja**, São Paulo. Ed. Abril: 03-07-2002, p. 94 n° 1758 (sobre o crescimento dos evangélicos a partir da década de 1970).

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed, 1995.

ELIAS, Norbert.; ESCOTTON. John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 2000.

ERICKSON, Millard J. **Escatologia: A polêmica em torno do milênio**. São Paulo, Vida Nova, 2010.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira. Papéis discursivos estratégias de polidez nas entrevistas de televisão. In: **Veredas, revista de estudos lingüísticos**. Juiz de Fora. v.4. n° 1, 2000. p. 67-77.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (Org.). **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis, Vozes, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.

GILBERTO, Antonio. Doutrina da Salvação (2ª parte), **Mensageiro da paz**, Rio de Janeiro, p. 27, Fev. 2006.

GLOBO REPÓRTER. **Mentiras do bem e do mal**. Rede Globo, 07/07/2006. Disponível em: <<http://grop.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-10909-4,00.html>>. Acesso em: 18/01/2013.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. A situação negligenciada. In: RIBEIRO; GARCÉZ (Org.). **Sociolingüística Interacional**. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis, Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis, Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, Vozes, 2012.

GONÇALVES, José. As línguas são a evidência inicial externa do batismo no Espírito Santo, **Mensageiro da paz**, Rio de Janeiro, p. 16, Nov. 2008.

GONZÁLES, Justo L. **E até aos confins da Terra: uma história ilustrada do cristianismo**. São Paulo, Vida Nova, 1995, vol. 1.

GRUDEM, Wayne A. **Teologia Sistemática**. São Paulo, Vida Nova, 1999.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Teorias Sociológicas**. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1972.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: População residente, por sexo e situação do domicílio, segundo a religião**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao\\_Censo2000.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao_Censo2000.pdf)>. Acesso: 25/12/2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de religião. Disponível em: < [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religiao\\_Deficiencia/tab1\\_4.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf) >. Acesso: 25/12/2013.

JARDIM NETO, Sinfrônio. **A Reconquista**. 2. ed. Belo Horizonte, Betânia, 2000.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

KEMP, Jaime. **A arte de permanecer casado**: um guia para quem deseja salvar um casamento. São Paulo, Hagnos, 2007.

LUCAS. Português. In **Bíblia Sagrada**, Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. Barueri, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

MACGRATH, Alistar. **Paixão pela verdade**: a coerência intelectual do evangelicalismo. São Paulo, Shedd Publicações, 2007.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. São Paulo, Autores associados, 1996.

MALUFE, José Roberto. **A retórica da ciência**: uma leitura de Goffman. São Paulo, EDUC, 1992.

MARIZ, Cecília Loreto. Libertação e ética. Uma análise do discurso de pentecostais que se recuperaram do alcoolismo. In: ANTONIAZZI, Alberto. et al. **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, Vozes, 1994.

MATEUS. Português. In **Bíblia Sagrada**, Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. Barueri, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

MEAD, George Herbert. **Espírito, persona y sociedad**. Desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires, Paidós, 1973.

MEAD, George H. **The genesis of the self and social control**. International Journal of Ethics, Vl. 35, issue 3. 251-277 (1925). Disponível em: <http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4111/Readings/MeadSelf.pdf>> Acesso: 18/07/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças, In: **teoria e pesquisa**, São Carlo: Programa de Pós graduação em ciências sociais/ Departamento de Ciências Sociais, n. 47, Julho/Dezembro de 2005, p. 9-41. Disponível em <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/43/36> Acessado em 25-01-2010.

MORAIS, Itelvides José de. **Protestantes pentecostais em Goiânia: discurso e ação política**. Tese de doutorado, Brasília, DF. Universidade de Brasília, sociologia, 2000.

Disponível em <<http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tdebusca/arquivo.php?codArquivo=1786>> acessado em 07 fev. 2009.

NUNES, João Arriscado. **Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana**. Revista Crítica de Ciências Sociais N° 37, Junho/ 1993. Disponível em: <[http://servidor-opsu.tach.ula.ve/profeso/sant\\_arm/l\\_c/pdf/geo\\_do\\_c.pdf](http://servidor-opsu.tach.ula.ve/profeso/sant_arm/l_c/pdf/geo_do_c.pdf)> Acesso: 09/06/2013

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo simbólico e dramaturgia: A sociologia de Goffman**. Goiânia, UFG, 2005.

NUNES, Ronald Alves. **Conversão, dinheiro e batismo: um estudo sobre dois grupos protestantes**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, Sociologia e antropologia, 2005. Disponível em <[http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa/mestrado/Texto\\_completo\\_238.prn.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa/mestrado/Texto_completo_238.prn.pdf)> > acessado em 11 fev. 2009.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Honra, dignidade e reciprocidade**. Série antropológica, n° 344, Brasília, 2004. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie344empdf.pdf>>. Acesso em: 21-12-2013.

OLIVEIRA, Marco Davi de. **A religião mais negra do Brasil**. São Paulo, Mundo Cristão, 2004.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

PEDRO. Português. In: **Bíblia Sagrada**, Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada. Barueri, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

POZZEBON, Fernanda S. de Souza. Aspectos da prisionização e o ex-presidiário. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 267-278, Dez. 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewFile/2921/2208>> Acesso: 09/09/2013.

RODRIGUES, Kleber Fernando. **Teologia da prosperidade, sagrado e mercado: Um estudo sobre a Igreja Universal do Reino de Deus em Caruaru-PE**. São Paulo, Edições ABHR: Edições FAFICA, 2003.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e classes populares**. Petrópolis, Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Pentecostalismo no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa**. Petrópolis, Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **O que é pentecostalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ROMEIRO, Paulo. **Decepcionados com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal**. São Paulo, Mundo Cristão, 2005.

SILVA, Claudio José da. **A doutrina dos usos e costumes na Assembléia de Deus**. Dissertação de mestrado, Goiânia GO, Universidade Católica de Goiás, ciências da religião,

2003. Disponível em [http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?Cod\\_Arquivo=257](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?Cod_Arquivo=257), acessado em 07 fev. 2009.

SILVA, Agailton. Sabor de mel. In: DAMARES. **Apocalipse**. Curitiba, PR, Louvor eterno, 2008, CD. Faixa 3.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Goffman, discípulo de Mead?** InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 13, n. 25, jan.-jun./2007. Disponível em <[http://www.intermeio.ufms.br/revistas/25/Intermeio\\_25.pdf](http://www.intermeio.ufms.br/revistas/25/Intermeio_25.pdf)> Acesso: 10-06-2013.

SILVA, Robson Gerliandro da. **De fora do “paraíso”**: uma análise sociológica dos ‘desviados’ da igreja Assembléia de Deus Belém em Caruaru-PE e sua relação com os ‘estabelecidos’ assembleianos. (Monografia de Iniciação Científica), Caruaru, PE: FAFICA, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *IDEM*, (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 2006.

SMITH, Greg. Instantâneos ‘sub specie aeternitatis’. In: GASTALDO, Édison. (org) **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2004.

STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1999.

STRATHERN, Paul. **Kant em 90 minutos**. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 1997.

TODOROV, tzvetan. **A conquista da América**: A questão do outro. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante, In: **Desvio e divergência**. Rio de Janeiro, Zaar Ed, 1974.

VILA NOVA, Sebastião, **Introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro, Martin Claret, 2001.

WINKIN, Yves. Erving Goffman: o que é uma vida? O incômodo fazer de uma biografia intelectual. In: GASTALDO, Édison. (org) **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma Introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais Petrópolis, Vozes, 2000.



De volta à Família

## **Anexos**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA – MEMBROS PERMANENTES****ENTREVISTA N.º \_\_\_\_\_**

Nome do assembleiano: \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

Sexo: (M) / (F) Idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_ Ocupação \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Filhos(as) \_\_\_\_\_

Função que exerce na igreja: \_\_\_\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Data da entrevista \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Horário \_\_\_\_\_

- 1- Há quanto tempo você faz parte da ADB?
- 2- Por que você escolheu fazer parte da ADB?
- 3- Em sua opinião, o que leva um membro da ADB a se desviar?
- 4- Qual o procedimento eclesiástico quando alguém se desvia da ADB? Há algum ritual de exclusão?
- 5- Quais atos, normalmente, levam o membro da ADB a ser disciplinado?
- 6- O que você acha do processo de disciplina da igreja? Você mudaria alguma coisa?
- 7- A desobediência aos usos e costumes é causa de disciplina na ADB?
- 8- Normalmente as disciplinas são por confissão espontânea ou por denúncia?
- 9- Você conhece algum caso de disciplina que tenha sido tenso?
- 10- Como o assembleiano trata os desviados?
- 11- Como é o processo de volta do desviado para a igreja? Há algum ritual que marca esta volta? E de retorno do disciplinado?
- 12- Quais os mecanismos usados pela igreja para constatar que o desviado, realmente, se arrependeu e voltou para a igreja?
- 13- Há algum requisito que um desviado retornante precise preencher para desenvolver alguma função em departamentos ou lideranças da igreja?
- 14- Os membros permanentes são instruídos a cerca da forma como devem recepcionar e tratar os desviados retornantes?
- 15- Em sua opinião, quais as dificuldades enfrentadas por um desviado que volta para a ADB?
- 16- Em sua opinião, a maioria das pessoas que se desviam da ADB, quando se convertem novamente voltam para a ADB ou vão para outras igrejas? Por quê?
- 17- Em sua opinião, um desviado retornante deve ter o mesmo espaço na igreja que um membro permanente?
- 18- Você já pensou na possibilidade de ser desviado ou disciplinado? O que você faria?
- 19- Há alguma restrição da igreja que você acha que não é pecado e pratica, diante dos outros ou in off?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA – DESVIADOS RETORNANTES****ENTREVISTA N.º \_\_\_\_\_**

Nome do assembleiano: \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_  
 Sexo: (M) / (F) Idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_ Ocupação \_\_\_\_\_  
 Estado civil: \_\_\_\_\_ Filhos(as) \_\_\_\_\_  
 Função que exerce na igreja: \_\_\_\_\_  
 Local da entrevista: \_\_\_\_\_  
 Data da entrevista \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Horário \_\_\_\_\_

- 1- Como foi sua conversão?
- 2- Como era sua vida na ADB antes de se desviar?
- 3- Qual motivo levou você a sair da ADB?
- 4- Você abandonou a ADB ou foi excluído?
  - Se abandonou, vá para a questão 3; se foi excluído, vá para a questão 4.
- 5- Se abandonou, por quais motivos?
- 6- Se foi excluído, por quais motivos?
- 7- Como foi o processo de sua exclusão?
- 8- Quanto tempo você ficou afastado da ADB?
- 9- Você sentiu vergonha diante das pessoas que você tinha evangelizado?
- 10- Há quanto tempo voltou?
- 11- Enquanto estava afastado, você teve algum contato com membros da ADB? Se sim, Como era o contato?
- 12- Por que você Voltou para a ADB (e não foi para outra igreja)?
- 13- Como foi sua volta para a igreja?
- 14- Você teve alguma dificuldade em sua reinserção na igreja?
- 15- Como você interpreta o tempo que passou afastado da igreja?
- 16- Como percebe a condição dos atuais desviados?
- 17- O que você precisou fazer para poder voltar? (Você precisou fazer algo para mostrar à igreja que estava arrependido)?
- 18- Você costuma dizer às pessoas que já se desviou?
  - Se sim, vá para a questão 16, se não pule para a 17.
- 19- Quando você diz que foi desviado sente alguma diferença no tratamento que recebe dos irmãos?
- 20- Em sua opinião quais as dificuldades enfrentadas por um desviado que volta para a ADB?
- 21- O que mudou em sua vida cristã, em sua forma de pensar e ser, comparando antes de se desviar e depois, nesta nova fase de retorno para a igreja?
- 22- Você teve alguma dificuldade para participar de algum ministério ou relacionamento por causa do histórico desviante?
- 23- Você se submeteu a alguma exigência institucional quando voltou para a ADB?
- 24- Qual exigência
- 25- Como você se sentiu?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA – DESVIADOS****ENTREVISTA N.º \_\_\_\_\_**

Nome do “desviado”: \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

Sexo: (M) / (F) Idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_ Ocupação \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Filhos(as) \_\_\_\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Data da entrevista \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Horário \_\_\_\_\_

- 1- Quanto tempo você participou da ADB?
- 2- Quais motivos levaram você a participar da ADB?
- 3- Como era sua vida religiosa enquanto estava na ADB?
- 4- Quais motivos levaram você a sair da ADB?
- 5- Como foi o processo de sua saída da ADB?
- 6- Como você lida com o rótulo de “desviado” que é lançado sobre você?
- 7- Qual era a sua concepção da ADB, enquanto estava na igreja e agora que está afastado?
- 8- Você acredita que perdeu a salvação? Se a resposta for positiva, como você lida com a incerteza da morte e com a ideia da iminente volta de Jesus, defendida pela ADB?
- 9- Se você voltasse para uma igreja evangélica, para qual igreja voltaria? Por quê?
- 10- O que você acha da doutrina da doutrina da ADB?
- 11- Como você interpreta Deus e o diabo na condição de “desviado” que a ADB lhe impõe?
- 12- Você tem algum contato com pessoas da ADB? Se a resposta for positiva, como é?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A GRAVAÇÃO DA ENTREVISTA**

Eu \_\_\_\_\_, concordo em participar, de livre e espontânea vontade do trabalho de pesquisa do estudante Robson Gerliandro da Silva e autorizo a gravação de minha entrevista, permitindo que qualquer parte dela possa ser usada por ele para a publicação de artigos, dissertações, etc. desde que meu nome seja omitido.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data